

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

Atos Administrativos

Tomada de Preço nº 005/2011	2
Concorrência Pública	2
Resoluções de Afastamentos nº 538 a 544/2011	2

Atos Legislativos

Projeto de Lei nº 054/2011	3
Projeto de Lei nº 055/2011	3
Ato Normativo nº 002/2011	4
Ata da 2034ª Sessão Ordinária	4
Ata da 2021ª Sessão Ordinária na Íntegra	5
Ata da 2022ª Sessão Ordinária na Íntegra	8
Ata da 2023ª Sessão Ordinária na Íntegra	14
Ata da 2024ª Sessão Ordinária na Íntegra	17
Ata da 2025ª Sessão Ordinária na Íntegra	23
Ata da 2029ª Sessão Ordinária na Íntegra	28

SUMÁRIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO
 Diagramação

EXPEDIENTE

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretária e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

DA PRESIDÊNCIA: TOMADA DE PREÇO, CONCORRÊNCIA PÚBLICA

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-ALE/CPL
 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2011
 COMUNICADO**

PROCESSO: 033/2011

NATUREZA: Tomada de Preços nº 005/2011

OBJETO : Contração de empresa para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, nos equipamentos de informática da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima por seu Presidente e através da Comissão Permanente de Licitação comunica que, após avaliação dos recursos interpostos pelas empresas **SOLUÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA-ME CNPJ nº08.620.137/0001-50, HSS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ nº08.758.788/0001-01, M. BARRETO DE ARAÚJO –ME CNPJ nº07.903.606/0001-86 e RIZOLMAR A. DE OLIVEIRA CNPJ nº07.872.397/0001-50**, foi ratificada a decisão da Comissão de Permanente de Licitação para **manter a decisão de habilitação** das empresas **M. BARRETO DE ARAÚJO –ME e FLEX SERVIÇOS LTDA**, **manter a decisão de inabilitação** da empresa **HSS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA** e **reformar a decisão que inabilitou a empresa SOLUÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA-ME para declará-la habilitada no presente certame**. Dossiê franqueado p/ vistas na sede da ALE-RR

sito à Praça do Centro Cívico, 202 – Centro- Boa Vista-RR.

Notifica a todas as interessadas que a sessão para abertura dos envelopes de proposta das empresas habilitadas ocorrerá na data 12 de agosto de 2011 às 9 horas.

Boa Vista-RR, em 04 de agosto de 2011.

Giselma Tonelli

Presidente/ CPL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-ALE/CPL
 EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2011
 COMUNICADO**

PROCESSO: 000036/2011

NATUREZA: Concorrência Pública nº 007/2011

OBJETO :Contratação de empresa para ministrar cursos de capacitação, qualificação e aperfeiçoamento de servidores públicos, agente políticos e comunidade em geral da capital e, interior e comunidades indígenas, através da ESCOLEGIS.

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima por seu Presidente e através da Comissão Permanente de Licitação comunica que o recurso interposto pela empresa **OBJETIVA SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA-ME, CNPJ Nº 01.108.601/0001-66**, foi conhecido e provido parcialmente, para, ratificando a decisão da Comissão de Permanente de Licitação, **manter a habilitação** das empresas **A.P. MAIA GOMES-EPP CNPJ Nº 94.038.926/0001-66 e A.L.MARTINS E SILVA LTDA-EPP, CNPJ Nº13.439.346/0001-32** e **reformar a decisão que habilitou a empresa COSTA & RAMALHO LTDA-ME CNPJ Nº 84.038.926/0001-66 para declará-la INABILITADA no presente certame**. Dossiê franqueado p/ vistas na sede da ALE-RR sito à Praça do Centro Cívico, 202 – Centro- Boa Vista-RR.

Notifica a todas as interessadas que a sessão para abertura dos envelopes de proposta das empresas habilitadas ocorrerá na data 16 de agosto de 2011 às 9 horas.

Boa Vista-RR, em 08 de agosto de 2011.

Giselma Tonelli

Presidente/ CPL

**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
 E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
RESOLUÇÃO Nº 538/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento da servidora **BETÂNIA THOMÉ AVELINO, Diretora Geral**, para a cidade de São Paulo-SP, no período de 17.08 a 27.08.2011, aonde a mesma irá tratar de assuntos de interesse deste Legislativo, junto a Assembleia Legislativa daquele Estado, com ônus para este Poder, no tocante a 06 (seis) diárias.

Palácio Antônio Martins, 08 de agosto de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 539/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do servidor **PEDRO SOUZA PEREIRA, Agente Legislativo**, para a cidade de Manaus-AM, no período de 08.08 a 17.08.2011, aonde o mesmo participará de reuniões de interesse deste Legislativo, junto a Assembleia Legislativa daquele Estado, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 08 de agosto de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**
 2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 540/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento dos servidores **EDSON LOPES DE ARAÚJO, EDILSON PEREIRA LOPES e FRANCISCO ALBERICO AYRES DE ANDRADE, Assessores Parlamentar**, para o município de Amajari, no período de 10.08 a 19.08.2011, aonde os mesmos realizarão visitas aos moradores daquele município, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 09 de agosto de 2011

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 541/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento dos servidores **WALKEMAN SCHERLY BARROS, WILSON KENNEDY AYRES DE ANDRADE e RAIMUNDA CARVALHO CALDAS, Assessores Parlamentar**, para o município de Normandia, no período de 10.08 a 19.08.2011, aonde os mesmos realizarão visitas aos moradores daquele município, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 09 de agosto de 2011

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 542/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do servidor **ANTONIO MALVA NETO, AP-12**, para a cidade de Manaus-AM, no período de 10.08 a 19.08.2011, aonde o mesmo tratará de assuntos inerentes as atividades funcionais, junto a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 09 de agosto de 2011

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 543/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento da servidora **MAILA ARAÚJO TRIGO, ALE FG-13**, para a cidade de São Paulo-SP, no período de 17.08 a 27.08.2011, aonde a mesma irá tratar de assuntos de interesse deste Legislativo, junto a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com ônus para este Poder, no tocante a 10 (dez) diárias.

Palácio Antônio Martins, 09 de agosto de 2011

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**
 2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 544/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento da servidora **MARIA DO SOCORRO ALVES DE MIRANDA, Assessora Parlamentar**, para os municípios de São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe, no período de 11.08 a 14.08.2011, aonde a mesma participará de reuniões com lideranças políticas dos mencionados municípios, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 09 de agosto de 2011

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

PROJETODE LEI

PROJETO DE LEI Nº .054/11.

Dispõe sobre a proibição do uso de equipamentos de comunicação em estabelecimentos bancários e casas lotéricas e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibido o uso, dentro de estabelecimentos bancários e casas loterias, no território do Estado, de aparelhos celulares, rádios transmissores, palmtops e equipamentos similares que possam servir de transmissor de mensagens ou imagens dentro das instituições mencionadas ou, ainda, como meio de comunicação com pessoas no exterior das entidades.

Parágrafo único. As entidades constantes do **caput** deste artigo afixarão placas, em locais visíveis, sobre a proibição constante da presente norma, para que toda a clientela possa compreender os motivos da exigência.

Art. 2º O serviço de vigilância, quando realizado por pessoas identificadas, orientará sobre o cumprimento desta norma, no que, não sendo atendido, poderá usar de meios coercitivos para a retirada dos infratores de dentro do estabelecimento, em face da preservação da segurança coletiva e individual daqueles que no ambiente se encontrem.

Parágrafo único Cabe à vigilância dos estabelecimentos constantes da presente Lei tomar as medidas necessárias para que a clientela esteja em segurança dentro do estabelecimento, bem como, com a orientação da gerência, tomar as medidas necessárias para a retirada daqueles que descumprirem a norma.

Art. 3º O Poder Executivo Estadual regulamentará a presente Lei até 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de agosto de 2011.

ERCI DE MORAES

Deputado Estadual

GABINETE DO DEPUTADO JOAQUIM RUIZ

PROJETO DE LEI Nº .055/11.

Dispõe sobre a proibição do uso de capacete dentro de estabelecimentos comerciais, no Estado de Roraima.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibido o uso de capacetes ou outros instrumentos que possam cobrir o rosto da pessoa, dentro de

repartições públicas, bancos ou estabelecimentos comerciais, no âmbito do Estado de Roraima.

Parágrafo único. As entidades constantes do **caput** deste artigo afixarão placas com a seguinte expressão: **Valorize a segurança mostrando o seu rosto.**

Art. 2º As exigências constantes da presente Lei são necessárias em face da insegurança causada pelos referidos equipamentos, que impedem a visibilidade do rosto das pessoas, para captação de imagens.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de agosto de 2011.

JOAQUIM RUIZ
 Deputado Estadual

ATO NORMATIVO

ATO NORMATIVO Nº 002/11

Dispõe sobre as normas para concessão da comenda Ordem do Mérito Legislativo.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, promulga o seguinte Ato Normativo:

Art. 1º Para concessão da comenda Ordem do Mérito Legislativo, instituída pelo Decreto Legislativo nº 005/06, de 14 de junho de 2006, alterado pelo Decreto Legislativo nº 016/10, de 11 de maio de 2010, serão observadas as seguintes normas:

I - as comendas serão entregues em sessão especial, anualmente;

II - cada Parlamentar poderá indicar apenas 1(um) homenageado por categoria, em cada Sessão Legislativa, apresentando o respectivo curriculum vitae e justificativa;

III - o Conselho da Ordem do Mérito Legislativo, órgão colegiado, analisará as indicações, podendo aprová-las ou rejeitá-las, caso não atendam às condições necessárias à concessão;

IV - o Conselho poderá, por decisão própria, conceder até 10 (dez) comendas por categoria, anualmente.

Parágrafo único. O Conselho da Ordem do Mérito Legislativo é constituído pelos membros da Mesa Diretora.

Art. 2º Observada a presente norma, a Mesa Diretora fixará a data da entrega das comendas.

Art. 3º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins 08 de agosto de 2011.

Dep. FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Dep. REMÍDIO MONAI

2º Secretário

Dep. MARCELO CABRAL

3º Secretário

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia quatro de agosto de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trigésima quarta Sessão Ordinária do quadragésimo segundo Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Chicão da Silveira**, proceder à leitura do Expediente: **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Requerimento nº 002/12, da Comissão Especial Externa criada através da Resolução nº 018/11, solicitando mais informações e decisões importantes do Congresso Nacional com relação à matéria tratada, para concluir seu parecer e adequar as sugestões a serem enviadas. Projeto de Lei s/nº, do Deputado Chicão da Silveira, dispondo sobre a proibição da distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas a consumidores, em todos os estabelecimentos comerciais do Estado de Roraima. Projeto de Lei s/nº, do Deputado Naldo da Loteria, dispondo sobre a cobrança de serviços médicos e de saúde prestados pelo Estado de Roraima. **EXTERNO:**

Ofício Circular nº 115/2011/GP-UNALE, de 07/07/11, da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, solicitando informar, até o dia 12/08/11, quanto ao interesse pela futura adesão ao Plano de Previdência Complementar. Ofício 60/2011, de 11/07/11, da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, convidando para a XI Assembleia Geral da Copa – Confederação Parlamentar das Américas, e da XI Reunião Anual da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, no período de 05 a 09/09/11, no Canadá. Ofício nº 121/2011/GP-UNALE, de 12/07/11, da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, informando que foi deliberado sobre a formatação de um projeto nacional de mobilização em defesa dos Estados e Municípios, no sentido de promover a revisão do Pacto Federativo. Ofício nº 2585/2011, de 29/07/11, da Casa Civil, informando que a Lei Complementar nº 182, que “altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 003/94, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima”, foi editada no D.O.E nº 1596, de 29/07/11. Ofício nº 017/2011-ALE/RR/CHAME, de 01/08/11, do Centro Humanitário de Apoio à Mulher – CHAMERR, encaminhando Plano de Ação. Ofício nº 0641/2011, de 02/08/11, da Fundação Universidade Virtual de Roraima – UNIVIRR, agradecendo pela cedência do Plenário para a realização do Seminário de Educação a Distância. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** iniciou reportando-se à importância da atuação do Ministério Público do Estado em nível nacional, ressaltando ser uma das instituições mais respeitadas do País. Continuando, deu conhecimento da aprovação, no Senado Federal, do nome do doutor Alessandro Tramuja, Procurador do Estado, para compor o Conselho Nacional de Procuradores do Brasil, destacando que, além de sua vasta experiência, o referido Procurador é conhecedor dos problemas do Estado, uma vez que já trabalhou em diversos municípios de Roraima. Após, reportando-se ao Projeto de Lei, de sua autoria, que visa proibir a entrada de pessoas com capacetes em órgãos públicos e comerciais, pediu o apoio dos seus Pares para a aprovação da proposta, ressaltando que o objetivo é reduzir o número de assaltos que vêm ocorrendo no Estado por bandidos que se utilizam do capacete para não serem identificados e, dessa forma, agirem com mais segurança. Prosseguindo, informou que a Mesa Diretora realizará, ainda este mês, audiência pública para discutir o descumprimento da decisão de reassentar as pessoas retiradas da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, no sentido de buscar uma solução para o problema daqueles fazendeiros. Finalizando, informou que apresentará indicação propondo a criação do curso de medicina, nos moldes do curso que funciona na Universidade Estadual do Amazonas, com o objetivo de beneficiar os municípios do interior de Roraima, propiciando aos estudantes o acesso ao referido curso e, depois de formados, o exercício da profissão no local onde residem. O Senhor Deputado **Coronel Chagas** deu conhecimento de uma indicação, de sua autoria, encaminhada ao Governo do Estado, requerendo seguro de vida e de acidentes pessoais para Policiais Militares e Cíveis, Bombeiros Militares e Agentes Penitenciários do Estado de Roraima, justificando que a atividade policial apresenta situações de perigo iminente, sendo considerada insalubre e geradora de imenso estresse, o que leva o policial a um acelerado desgaste físico e mental. Continuando, frisou que, estando descoberto de qualquer modalidade de seguro por parte do Estado, o policial fica à mercê de uma invalidez permanente ou de morte abrupta, destacando que a atividade desses servidores requer dedicação exclusiva, diuturnamente, muito além das 44 horas semanais exigidas do trabalhador não policial, impondo-lhes sacrifícios pessoais e, inúmeras vezes, a privação do convívio familiar, dadas as peculiaridades da profissão. Finalizou solicitando o apoio dos colegas Parlamentares para a aprovação da proposta. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação de Requerimento, de autoria de vários Deputados, requerendo, após ouvido o Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 18 do corrente, às 10 horas, em Comissão Geral, momento em que será comemorado o segundo aniversário do Centro Humanizado de Atendimento à Mulher – CHAMÉ, e feito o lançamento da maquete de sua sede. Colocado em discussão e votação o Requerimento foi aprovado. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** registrou a presença do Coronel Wilson, bem como, dos senhores Miúdo e Patrício. O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** convidou todos os Parlamentares para uma mobilização das vinte e sete unidades da Federação, em Brasília, através das entidades representativas de Policiais e Bombeiros Cíveis e Militares, com o objetivo de pressionar a votação, em segundo turno, da PEC 300. O Senhor Deputado **Erci de Moraes** informou ter protocolado uma

PEC Estadual que visa reduzir o período de recesso parlamentar em 30 dias, aumentando, conseqüentemente, o Período Legislativo, com o argumento de que o Congresso Nacional já pratica o período proposto. Finalizando, destacou que a PEC já conta com 16 assinaturas, afirmando esperar a sensibilidade de todos para que se possa aumentar o vínculo com a sociedade. O Senhor Deputado **Coronel Chagas** registrou a presença do Coronel Wilson, ex-Comandante da Polícia Militar, e do vice-Prefeito de Amajari, conhecido como Zé Foca. Finalizou informando que viajará para a cidade de Cuiabá, capital do Mato Grosso, com o objetivo de buscar subsídios junto ao Presidente da Assembleia Legislativa daquele Estado para a discussão da emancipação de municípios. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 9, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamaron Portela, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**
 Aprovada em: 09/08/11

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2021ª SESSÃO, EM 31 DE MAIO.
 41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =
 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA.
 (em exercício)

Às nove horas do dia trinta e um de maio de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima vigésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**)

– Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Procede à leitura do Expediente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Indicação s/nº, de autoria do Deputado **Marcelo Cabral**, ao Governador do Estado de Roraima, “solicitando a iluminação do campo de futebol da Comunidade do Pium, Município de Alto Alegre – RR”.

- Indicação s/nº, de autoria do Deputado **Marcelo Cabral**, ao Governador do Estado de Roraima, “solicitando a recuperação e ampliação da estrada da vicinal do Ouro, localizada na Comunidade Indígena Ouro, município de Amajari – RR”.

- Indicação s/nº, de autoria do Deputado **Marcelo Cabral**, ao Governador do Estado de Roraima, “solicitando a recuperação da ponte Ouro Fino – região do Projeto Amajari, Município do Amajari – RR”.

- Indicação s/nº, de autoria do Deputado **Marcelo Cabral**, ao Governador do Estado de Roraima, “solicitando a recuperação da ponte Sete Voltas – região do Projeto Amajari, município do Amajari – RR”.

- Indicação s/nº, de autoria do Deputado **Marcelo Cabral**, ao Governador do Estado de Roraima, “solicitando a recuperação da ponte Nero – região do Bom Jesus, município de Amajari – RR”.

- Indicação s/nº, de autoria do Deputado **Francisco Assis da Silveira**, ao Governador do Estado de Roraima, “solicitando a recuperação da Vicinal 03 – da Comunidade da Vila Campos Novos, município de Iracema, numa extensão de 30 km, incluindo 03 bueiros e 02 pontes de médio porte. O atendimento a esta reivindicação beneficiará cerca de 35 famílias de produtores rurais de Campos Novos”.

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

- Mensagem Governamental nº 023, de 26/05/11, submetendo para apreciação o Projeto de Lei que “Fixa o índice de Revisão Geral

Anual, preceituada no art. 37, inciso X, da CF/88, exercício 2011, para as remunerações, salários, subsídios, proventos e pensões dos servidores, civis e militares, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, e das outras providências”.

EXTERNOS:

- Ofício 104/11, de 20/05/11, da 3ª Vara Criminal, encaminhando cópia da Ata de Reunião realizada no dia 05/05/11, versando sobre a fuga ocorrida em 03/05/11, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo.

- Ofício Circular Externo nº 43/11, de 04/05/11, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, comunicando a transferência de recursos destinados à manutenção dos Serviços de Ação Continuada.

- Comunicado nº AL000224/11, de 16/05/11, do Ministério da Educação.

- Ofício nº 198/11, de 18/05/11, do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, solicitando informação referente ao Ofício nº 000777/10, expedido no dia 16/03/11, oriundo do Superior Tribunal de Justiça.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – procede a chamada.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom dia a todos os presentes no plenário, todos que nos acompanham pela Rádio Anauá no sul do Estado, quero cumprimentar a Liga de Karatê presente no plenário. O que me traz à Tribuna no dia de hoje é uma proposta que apresentei ontem, pela manhã, nesta Casa e sobre a qual passo a discursar. Semana passada, durante a instalação da Frente Parlamentar de apoio às micro e pequenas empresas, disse aos Senhores e a todos que aqui me ouviam, que acredito na política propositiva, que respeita e trabalha pelas pessoas, e que entendo que o nosso papel, além de fiscalizar, é propor soluções e políticas públicas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do nosso povo. Tenho articulado parcerias com diversas camadas da sociedade, pois acredito na construção coletiva, e todas as propostas apresentadas por mim, em plenário, foram amplamente discutidas e analisadas, levando em consideração as reais necessidades das pessoas. A plataforma política que defendi durante a campanha tinha como prioridades estratégicas a geração de emprego e renda e a educação. E, foi sobre esses dois temas que no início dos meus trabalhos eu mais investi e me debrucei. No entanto, com o passar do tempo, fui adicionando ao plano de trabalho outros setores que também precisam de apoio como é o caso da saúde pública. Além do simpósio sobre o tema, que trouxe muitas reflexões, que trouxe a população para dentro da Casa, as Instituições, todos os Agentes que fazem o sistema público de saúde, um estudo do Instituto Calleffi, encomendado pela Assembleia Legislativa, e entregue na semana passada aos Deputados, aponta, de forma muito clara, que o principal problema enfrentado atualmente na percepção dos entrevistados, é a saúde pública, seguido pela segurança, educação e desemprego. Mais de 50% da população entrevistada apontou a saúde como o primeiro dos problemas e o maior que enfrentamos no Estado de Roraima. Precisamos dar as respostas que a sociedade espera, pois, como o Deputado **Flamaron** nos disse em uma das Sessões aqui, represento seis mil pessoas e tenho trabalhado para honrar cada voto que recebi. Por isso, protocolei ontem, proposta para a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde, um instrumento para discutir, propor, analisar e fiscalizar medidas em favor do sistema de saúde pública de Roraima. Proponho como pauta inicial, a construção do novo pacto de saúde, a fiscalização na aplicação dos recursos já existentes na área, reverter a precariedade dos vínculos empregatícios dos trabalhadores da saúde e estimular a integração entre as instituições de ensino superior e o sistema de saúde pública nas áreas correlatas, como já é feito, nos outros Estados. Vale salientar que os temas propostos para discussão, fazem parte do relatório final do I simpósio de saúde, que a meu ver precisam ser analisados e resolvidos. De nada adiantará todo o esforço da Assembleia Legislativa e das Entidades parceiras na construção dos seminários, caso os relatórios não sirvam como parâmetro para a efetivação de melhorias no sistema. Conto com o apoio dos Deputados para que, mais uma vez, esta Casa possa se unir, independente de questões partidárias de apoio ou não ao Governo. Aqui não estamos falando de questões governamentais, estamos falando de tudo que a Assembleia Legislativa pode fazer e da responsabilidade que tem com

nosso sistema de saúde. Proponho que possamos trabalhar juntos, assumirmos uma liderança muito maior nesse assunto do que a que se tem tido. Eu entendo que com esse trabalho bem articulado, vamos fortalecer muito o trabalho da Casa, o trabalho da Comissão Permanente que temos aqui, e assim, iremos dar uma contribuição maior ao sistema de saúde. Quem está na fila e precisa de remédio não quer saber de que partido nós somos e quem é o Governador que está sentado na cadeira, mas que as questões sejam resolvidas e é para isso que todos nós trabalhamos.

Eu estava, agora, no evento do DETRAN, participando da solenidade de contratação temporária daqueles que passaram no concurso que encontra-se *sub judic* e, na saída, o vice-Governador estava entregando aos Deputados presentes cópia da matéria que a VEJA publicou essa semana. Eu tive a oportunidade de ler a matéria que tem chamada de capa o seguinte: “Raposa/Serra do Sol. Como a demagogia transformou índios e fazendeiros em miseráveis urbanos”. A matéria retrata a tristeza que a vida dessas pessoas se tornou, a miséria com a qual essas pessoas passaram a conviver depois da desintração da Raposa/Serra do Sol e, mostra o quanto estamos perdendo com essa situação. Pena que o repórter da VEJA não pode ficar mais tempo para conversar com as pessoas, para visitar mais localidades e ir mais a fundo no retrato que ele fez das circunstâncias geradas após a desintração. Mas, em poucas linhas, ele mostra indígenas e não indígenas que saíram da Raposa/Serra do Sol, e hoje vivem em condições de miséria, em condição social e econômica muito aquém daquilo que tinham muito aquém do que a reserva, quando produtiva, proporcionava a cada um. Hoje, nós temos indígenas que saíram dessa área e que se encontram nas favelas de Boa Vista, fazendeiros que estão vendendo churrasquinhos nas ruas para sobreviver que perderam todo o seu gado, toda sua condição de vida e essa é a real situação dessas pessoas. Isso não pode ficar como está. A FUNAI e o INCRA estão lavando as mãos para a situação. O INCRA deixou muito claro que não vai reassentar todas as famílias e as indenizações estão muito aquém daquilo que foi prometido pelo governo federal. A FUNAI não se pronuncia. Existe, realmente, uma omissão muito grande a respeito desse tema.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Em primeiro lugar, gostaria de me solidarizar a Vossa Excelência com relação ao seu pronunciamento, e dizer que existe ainda uma preocupação maior com essa questão. O governo federal fez a transferência das terras, fez a parte dele, mas, em função da política atabalhoada, confusa de regularização fundiária que o governo do Estado promove nessa situação, estão suspensas, inclusive, as transferências de novas glebas e a emissão de novos títulos definitivos. Isso quer dizer que o governo do Estado, apesar de passar mais de 30 anos, todos os governos, que antecederam o atual, esperaram a transferência de terras, e quando aconteceu, o governo não estava preparado para recebê-las e muito menos para começar a implementar a sua titularização, a regularização fundiária do Estado. É preciso dotar o ITERAIMA de instrumentos, de técnicos, condições orçamentárias, inclusive, para que essa regularização e até mesmo os assentamentos dessas pessoas que foram excluídas possam acontecer de forma definitiva. Se o INCRA está dizendo que não pode mais assentá-las, que o Estado faça. É uma maneira até de justiça de reparar o dano que foi causado a essas famílias, e que o Estado continue lutando para que todas as glebas sejam repassadas. Há uma preocupação hoje, porque o Ministério Público Federal mandou suspender, está em apuração titulações que foram feitas, inclusive parece que todos os títulos que tinham sido, anteriormente, expedidos, serão anulados. Vivemos aí a história do samba do crioulo doido. Essas áreas de regularização fundiária estão muito confusas, e se o governo do Estado não se preocupar com isso, teremos mais problemas e essas pessoas vão ter, cada vez menos, a chance ter um lugar para morar.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** continua – Eu agradeço e concordo que o Governo Estadual tem sim que fazer a sua parte, mas acho que cada um também tem que fazer a sua. Não adianta o governo federal vir aqui fazer o que faz e simplesmente se ausentar. Precisamos sim cobrar do governo do Estado. Vamos cobrar, temos cobrado, mas temos que cobrar e muito do Governo Federal para que ele faça a sua parte. Temos recursos e instrumentos para fazer com que esse fato ganhe repercussão em todo o Brasil. Fica essa mensagem de preocupação com todos aqueles que se veem nessa situação de penúria trazida por essa realidade que não atinge só os não índios, mas, também, grande parte dos indígenas. Alguns tiveram a condição de sair e viver na pobreza da cidade e outros não tiveram condição de sair e permanecerem na área vivendo na pobreza daquela reserva. Aproveito para pedir o apoio de todos à proposição que apresentei pedindo a criação da

Frente Parlamentar de Saúde. Levando em consideração a presença da Liga de Karatê no Plenário, quero dizer a todos aqueles que se preocupam, que trabalham com o esporte, que gostam do esporte e fazem esporte em Roraima que, na próxima semana, apresentarei, nesta Casa, o projeto que cria finalmente a Bolsa Atleta no Estado. Quando fui Presidente da FETEC tive a oportunidade de criá-la no município. O município passou quatro anos pagando a Bolsa Atleta e, agora, também vamos trazer a Bolsa para o âmbito Estadual, e ela vai vir com novidades. Não vou contar agora para não estragar a surpresa, mas será mais ampla, mais forte para ajudar o Estado de Roraima a ter um esporte mais competitivo e consolidado. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhoras e Senhores Deputados, amigos, imprensa, funcionários desta Casa, amigos das galerias. Quero Senhor Presidente, fazer uma explanação breve sobre um Projeto autorizativo que fiz a esta Casa, pedindo autorização ao Governo do Estado para que possa implementar no seu programa de governo a agricultura familiar no Estado de Roraima, para mecanizar de um a três hectares de terras dos produtores da agricultura familiar. Sabendo que nenhum agricultor poderá cortar mais nenhuma uma árvore e derrubar florestas, chegou a hora do Governo do Estado sustentar o homem do campo, para dar que este possa produzir o que o Estado de Roraima precisa e o que o povo precisa para se alimentar. Ainda bem que eu fui feliz nesse dia porque a Veja comprovou que o Governo Federal não está cumprindo com suas promessas, dando mais um calote nos roraimenses. Tirou o povo da reserva indígena, os trabalhadores que lá estavam sustentando suas famílias e hoje eles estão jogados na periferia da cidade. Por isso, estamos pedindo que o Governo se atente e faça um programa no próximo ano para dar a esse povo uma vida melhor, mais digna para aqueles que necessitam sobreviver como nós.

Quero pedir aos meus amigos Parlamentares que se empenhem nesse projeto, pois o Governo tem viabilidade para fazê-lo através do Banco de Fomento, da Secretaria de Cultura, de seus programas sociais, visando levar mais felicidade aquelas pessoas que tanto precisam e almejam um dia melhor para suas vidas.

Quero, também, me manifestar a favor do pronunciamento do Deputado **Rodrigo**, que foi feliz ao defender sua proposta e, quero me solidarizar a Vossa Excelência para lhe apoiar no que for preciso.

Digo também ao povo de Roraima que estamos aqui para defendê-los e fazer o melhor. Queremos que vocês nos deem documentos e idéias para que façamos o melhor tanto na educação, como na saúde, na segurança pública, pois não iremos nos cansar de levar propostas ao Governador para que tenhamos um amanhã melhor. Tenho fé em Deus que Roraima será um Estado promissor e vamos tirá-lo desse atraso. Foi por isso que fomos eleitos. Estamos aqui para defender o povo e para dar dias melhores para suas famílias. É esse o meu propósito. É por isso que peço o apoio dos meus Pares para esse projeto, porque ele é bom e entende-se que o programa familiar, para a exploração direta e pessoal do imóvel pelo agricultor e sua família, garante a subsistência, o processo social e econômico, com área máxima fixada para cada região de acordo com o tipo de exploração que a agricultura do Estado deve produzir naquela região. Quem vai gerenciar esse programa é o Estado através da Secretaria de Agricultura.

O programa de terra pretende destinar a mecanização a quem possui, no mínimo, um a três hectares de terras mas esta tem que ser mecanizada, adubada, tem que estar preparada para o homem produzi. Caberá ao Estado como irá retornar para os cofres do Estado. Se será através de permuta com a própria produção, eu não sei, quem sabe é o Governo do Estado através do seu programa de agricultura.

Eu tenho certeza que dá para mecanizarmos no mínimo de três a quatro mil hectares no primeiro ano e, com isso, os agricultores produzirão mais e trarão os seus produtos para o Estado de Roraima, não necessitando trazer de fora do Estado à farinha, o arroz e o milho.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Eu louvo a iniciativa de Vossa Excelência. Nós temos que definir as potencialidades do nosso Estado, sazonalizar essas potencialidades, ou seja, cada município tem sua potencialidade e vocação e nós devemos explorá-los para que possamos gerar emprego e renda.

A agricultura familiar ou a agricultura de subsistência são de grande importância. É necessário que a agricultura de subsistência exista para manter o pequeno produtor no campo. Nós também temos que definir metas. A situação acusa a Prefeitura de não estar trabalhando e a oposição acusa o Governo de não estar trabalhando. Quando o problema sai da esfera municipal e estadual passa para a esfera federal. Eu acredito que nós não estamos aqui para buscar culpados, mas para tomarmos providências e acabar com o estado de calamidade pública em que se

encontra o Estado de Roraima. Há alguns dias estive aqui denunciando a situação do homem do campo que fica sem nenhum investimento, não há estradas, não há energia, nem um tipo de incentivo para produzirem, seja na agricultura familiar ou na industrial. É necessária a vinda de indústrias que geram empregos e renda para o nosso povo.

Denunciei, também, a situação dos empresários da Avenida dos Bandeirantes, que ficam com suas lojas completamente alagadas e fizeram uso de barcos. Um representante do Governo do Estado disse aqui que iria cobrar providências e que no outro dia iniciariam as obras, mas elas nunca foram iniciadas e os empresários estão na mesma situação. E nós continuamos debatendo e cobrando nesta Casa, uma solução.

Está aqui uma matéria na revista Veja falando daqueles que foram desintrusados. Eu não acredito que eles foram desintrusados porque nunca foram intrusos, eles entraram ali de maneira legal, foram expulsos, vieram morar na periferia do Estado, estão desempregados, sem ter condições de trabalho. E, até por condições de sobrevivência, que é um direito natural do ser humano, buscar de maneira não legal a sua sobrevivência, aí vão presos pela Secretaria de Segurança e irão custar, no mínimo, três mil e quinhentos reais por mês aos cofres públicos.

Então, eu parablenho Vossa Excelência e ao mesmo tempo convido os nobres colegas Parlamentares, independente de serem de situação ou oposição, para nos unirmos e sairmos do campo das idéias e passarmos à prática, para que possamos chamar o Governo do Estado, Prefeitos e trabalharmos juntos. Temos municípios que estão intrafegáveis devido às chuvas, e que agora estão isolados da capital.

Quero dizer que estou à disposição para ajudar em projetos dessa natureza.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** continua – Eu tenho ouvido falar que não é só em Roraima que as coisas estão ruins na educação, saúde, mas nós não estamos querendo saber da casa dos outros, temos que nos preocupar com a nossa casa, em arrumar a nossa saúde, a agricultura e a educação. Eu acho que, se nos reunirmos com um só propósito, vamos conseguir muitas coisas. É por isso que eu estou pedindo o apoio de Vossa Excelência que nos ajude e dê oportunidade para trabalharmos junto em prol do Estado de Roraima, para que tanto os meus projetos quanto os dos demais Deputados sejam atendidos pela esfera maior que é o Governo de Roraima. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Senhor Presidente, Senhores Deputado, amigos que nos prestigiam nesta manhã. Venho hoje, falar sobre o acordo de transporte de passageiro, internacional Brasil/Guiana.

O Acordo Brasil/Guiana de comércio foi assinado com uma grande festa. O Presidente **Lula** veio ao Bonfim, estavam presentes todas as autoridades do Estado, de Brasília, Presidente da Guiana, muito bonito. A solenidade gerou uma expectativa muito grande aos moradores de Roraima, e principalmente à população de Lethen em Guiana. Gerou uma expectativa que, a partir daquele momento, Roraima iria viver uma outra situação, que Lethen e Bonfim, a partir daquele momento, iriam se transformar em um oásis, e sabem o que aconteceu? Inaugurou-se a ponte sobre o rio Tacutu, mas a situação piorou. A Polícia Federal que funcionava das 08 às 12, e das 14 às 18h, em relação a este horário, a Comissão Fronteiriça, a Associação Comercial, o Consulado da Guiana, já havia solicitado que a Polícia Federal funcionasse das 06 da manhã às 20:00, mas até hoje continua do mesmo jeito, das 08 as 12 e das 14 as 18:00.

A Receita Federal passou então a fazer uma vistoria bastante rigorosa nas pessoas que vão a Lethen e os guianense que vêm a Boa Vista. Os veículos de turismo, os micro-ônibus, as vans que iam até Lethen, levando turistas para fazer compra, não podem mais passar da receita federal com destino àquele local. Os guianenses que vinham a Boa Vista, Bonfim em ônibus de turismo não podem mais cruzar a fronteira e por quê? Porque a receita federal alega que não tem um acordo fronteiriço nem a acordo com Guiana.

Então, lamentavelmente, às vezes, a gente ouve discurso aqui e ali falando sobre uma hidrelétrica na Guiana, sobre o asfaltamento da estrada para Georgetwon, mas lamentavelmente, meus amigos, a empresa de ônibus que opera naquele trecho Lethen/Georgetwon veio nos comunicar nesta semana que eles estão desistindo de operar nesse trecho, porque a estrada que liga Lethen a Lindem, uma grande parte dela está interditada, e todo ano é assim, todos os anos a estrada por fecha 60, 90 dias. A empresa não suportou mais ficar esse período de inverno sem operar e desistiu. Senhor Presidente, **Chico Guerra**, lamentavelmente, o finado **Chico** da Meta também não resistiu, também, interrompeu a linha para Lethen e Georgetwon. Então, hoje nós não temos a META, e nenhuma outra companhia aérea viajando

para Georgetwon, a empresa de ônibus, que fazia o trecho, suspendeu as operações, informou que não vai voltar mais a operar porque a estrada é um eterno problema.

Então, coloco essa situação aqui para que os colegas possam entender que o acordo de transporte/passageiro e carga, o comércio, que a Guiana assinou com o Brasil, quando foram colocá-lo em prática chegaram à conclusão, que ele não dava conta de pagar o seguro que o Brasil estava exigindo. Então, para colocar em prática, pediram ao Brasil rever, pois tinha que baixar o valor do seguro que as seguradoras guianense tivessem condições de dar contrapartida nesse acordo.

Então, o acordo foi assinado pelos Presidentes do Brasil, da Guiana e foi para o Congresso Nacional, para a Câmara dos Deputados para ser aprovado novamente, porém está há algum tempo, infelizmente, a Câmara tem tanta coisa para aprovar, deixando de lado à revisão desse acordo de transporte/passageiro essa infelizmente considerado sem importância para o Brasil, para São Paulo, apenas para Roraima, infelizmente está lá engavetado. Por isso, peço ajuda dos colegas aqui que têm contato com os Deputados Federais, que nos ajudem a movimentar o documento lá no congresso para que aprovação do acordo, porque senão vão passar mais 10, 20 anos sem que consigamos vender algo para Guiana e vice-versa. Infelizmente, o comércio com a Guiana, conforme venho acompanhando, desde 91 e não consegue andar. Uma grande parte dos moradores do Bonfim está trabalhando em Lethen, não sei se os colegas tiveram a oportunidade de observar que Lethen está crescendo, tem uma quantidade enorme de comércios, empresa de Georgetwon se instalando ali está havendo um movimento muito grande, do comércio, cuja grande parte dos trabalhadores são de Bonfim, que vão a pé, de bicicleta, de Bonfim a Lethen porque os táxis e os ônibus de Bonfim não podem cruzar a ponte de Tacutu. Então, acontece que o cidadão precisa pegar um táxi até a receita federal, e dali pegar um táxi da Guiana, tendo o custo é dobrado. O cidadão que vai de ônibus daqui para em Lethen, quando chega à receita federal, desce e caminham uns 800 metros, agora no inverno, caminha em baixo de chuva para poder pegar um táxi do outro lado. A receita federal não permite que ônibus, vans, microônibus, táxi façam a travessia para o outro lado, porque não existe um acordo fronteiriço não existe um acordo de turismo com a Guiana.

Então, repito, montou-se um palanque em Bonfim, o Presidente Lula veio, com todas as autoridades do Estado, realizada uma festa, fez com que as pessoas acreditassem que a partir daquele momento a realidade iria ser outra, gerou uma expectativa muito grande, porém, a realidade é outra. As pessoas que estão conseguindo um emprego em Lethen precisam ir a pé. A ponte, depois de inaugurada, com um investimento enorme, não pode ser usada, não serve como linha de ônibus para Bonfim/Lethen, com preço de dois reais, de 1,50; 2,50 para os trabalhadores irem trabalhar. Ou eles pegam um táxi até a receita federal e depois pegar um outro, qual é o trabalhador que consegue pagar isso, ganhando um salário mínimo.

Então, quero deixar registrada essa minha preocupação quanto à situação do comércio com a Guiana, que coloca o nosso relacionamento com a Guiana cada vez pior.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Beserra** - para corroborar com Vossa Excelência em seu pronunciamento, tenho conhecimento de uma empresa que tem uma transação comercial com Guiana Inglesa, após vencer toda burocracia, todos os trâmites legais para exportar para aquele país, conseguiu fazer a comercialização, conseguiu-se imprimir nas embalagens dos produtos todas as necessidades daquela língua para que tal produto fosse aceito naquele país. Essas empresas gozam do incentivo fiscal, a partir da exportação da devolução de crédito de ICMS, elas pagam e o Estado devolve. A empresa exportou a seis meses desse processo, requereu a devolução do ICMS, que deveria ser automático, mas até hoje o Estado de Roraima não pagou, e fica passando de fiscal em fiscal, vem parecer de um, parecer do próximo, e esses recursos não são devolvidos, que é de direito, é lei, tem que devolver. Todo esse transtorno inviabilizou a empresa de exportar. Agora, não existe mais essa transação comercial que gerava em torno de 18 empregos por conta dessa transação, essas pessoas vão ser desintegradas do quadro funcional da empresa, por conta do não repasse do crédito do ICMS pelo Governo do Estado, que é de direito do empresário que exporta para outro país. Então, há preocupação quanto à exportação do país vizinho Guiana Inglesa como para outros países por conta da devolução do crédito a que tem direito. Obrigado

O Senhor Deputado **Remídio Monai** continua. Na questão da BR-174, em cima da nossa realidade brasileira, estive reunido com a defesa civil, Polícia Rodoviária Federal, DNIT, Secretaria de

Infraestrutura. Embora não quero ser alarmista, pessimista, mas o inverno promete se intensificar cada vez mais. Infelizmente, pelos contatos que estive fazendo, nós não estamos preparados para enfrentar um inverno rigoroso, enfrentar alguns problemas que, em minha opinião, prometem acontecer. A Polícia Rodoviária me informou que nem diária eles dispõem para se deslocarem ao interior, também, tem uma situação, segundo o DNIT colocou, que me deixou preocupado, é que hoje existe uma quantidade de carretas, caminhões, trafegando no trecho Manaus/Boa Vista com carga de 100 toneladas, a estrada não oferece condições, está em situação difícil precária, devido à quantidade de chuvas que se precipita, é preocupante, não seria permitida a carga nem de 50 toneladas. O DNIT me informou que em Manaus já foi construído, na saída da BR/174, um local para instalar a balança. Em contato com o Deputado **Luciano Castro**, me informou que já procurou o Ministro **Alfredo Nascimento**, que estaria este final de semana em Manaus, onde iria buscar junto ao DNIT uma solução para instalar essas balanças, o mais rápido possível. Entretanto, se essas balanças não forem instaladas, continua a nos preocupar a situação do excesso de peso que está sendo transportado pela BR 174. Fui, então, ao 6º BEC saber se nós teríamos condições, uma vez que o DENIT, a Polícia Rodoviária e a Secretaria de Infraestrutura têm as suas dificuldades, então, quais seriam as alternativas em caráter de emergência, procurei saber se o BEC possui pontes móveis que possam ser instaladas de imediato. A resposta foi que o BEC também não dispõe. Mas o Comandante do 6º BE, Coronel **Matheus**, em Rondônia, junto ao Ministério das Cidades conseguiu comprar e transferir para o exército daquela região, várias pontes desse tipo. Aí eu volto a pedir que entremos em contato com os nossos Deputados Federais e nossos Senadores para providenciar algumas pontes desse suporte ao Ministério das Cidades para nos atender em caso de emergência. Então, se atendidas com o repasse dessas pontes, poderíamos atender melhor as situações de emergência. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais oradores inscritos, passamos para a Ordem do Dia, com a discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº002/11 que, “Fixa o índice de revisão geral anual, preceituada no artigo 37, X da CF/88, exercício 2011, para os subsídios dos membros ativos, inativos e pensionistas da Defensoria Pública do Estado de Roraima”, de autoria da Defensoria Pública; e Projeto de Lei Complementar nº 010/11 que “Altera os dispositivos das Leis Complementares nº 030, de 30/06/1999, e nº 079, de 10/10/2004, sobre a estrutura organizacional do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER, e dá outras providências”, de autoria governamental.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer à referida matéria.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Senhores Deputados, por não haver quorum qualificado nas Comissões para deliberar as matérias, transiro a Ordem do Dia para a próxima Sessão.

Passamos, neste momento, para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Senhor Presidente, em relação ao Requerimento, solicitando a vinda de Secretários a esta Casa, quero reiterar à nossa assessoria agendar esses Secretários para que possamos atender ao pedido desses Parlamentares,

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Senhoras e Senhores Deputados, comunico aos Senhores Deputados que já se encontra nesta Casa a LDO, e aberto o prazo de dez dias para que apresentarmos emendas e fazer uma análise mais criteriosa. Foi nomeado um relator que está disponível. Vossas Excelências devem procurar em seus gabinetes que está recebido *on line* uma cópia do Requerimento para que, até o final do mês de junho, a LDO esteja votada.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, quero convocar duas reuniões. A primeira para marcar a sabatina do Reitor da UERR, Professor **Gondin**. Lembramos à Secretária para prepara o convite da reunião para o dia 08.06, na próxima terça-feira, às 15h aqui no Plenarinho. Então, convido os Deputados que fazem parte dessa Comissão Especial para estarem presentes na sabatina. Também, convido os Deputados membros para a reunião da Comissão de Emancipação dos Municípios que envolvem Bonfim, Cantá, Iracema e Mucajaí para quarta-feira, dia 01.06, às 15h, no plenarinho.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, bem lembradas as colocações do Deputado **Remídio Monai**, pois nós encaminhamos a convocação do Presidente do BASA para ele explicar nesta Casa e a aplicabilidade do recurso em relação a seu montante,

porém até hoje, não obtivemos resposta. Gostaria que a convocação fosse feita novamente. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** - Senhor Presidente, gostaria de aproveitar a oportunidade para comentar a excelente e relevante matéria publicada pela revista VEJA com relação à Raposa/Serra do Sol e informar a Vossa Excelência que há sobre a Mesa, um Requerimento de minha autoria assinado por vários Deputados, e já aprovado em Plenário, que convoca uma Audiência Pública para ouvirmos as pessoas, popularmente chamadas de desintrusados da Raposa/Serra do Sol. Nessa Audiência Pública, gostaríamos de ouvi-los, também os Deputados Federais e Senadores da República do nosso Estado, o Presidente do ITERAIMA, o Superintendente do INCRA e o Desembargador Federal **Girair**, tendo em vista que foi ele que conduziu os acordos feitos na época. É o momento oportuno para ouvirmos essas pessoas e autoridades, inclusive, siguro a Vossa Excelência, sei que o calendário está apertado, mas eu verifiquei aqui com o Doutor **João de Carvalho** que no dia 15, numa quarta-feira, se não for possível de manhã, que seja no período da tarde. Se também o Plenário não puder ouvir, que ouça, pelo menos, a Comissão de Terras e a Comissão de Agricultura, porque o importante é que seja o Plenário presidido pelo Presidente da Casa ou por um dos Presidentes, para que a gente possa convidar essas autoridades e a sociedade de Roraima para debatermos essa questão. Por outro lado, Senhor Presidente, comunico ao Plenário da Casa e demais presentes que estamos viajando hoje à capital do Mato Grosso, Cuiabá, onde participaremos do Parlamento Amazônico, no próximo dia 03. Mais uma vez, convido a todos os parlamentares desta Casa a se fazerem presentes na reunião do Parlamento Amazônico, do qual sou o Presidente. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito à assessoria desta Casa que prossiga os tramites legais para que a Sessão do próximo dia 15 seja transformada em Audiência Pública, ocasião em que será abordado assunto pertinente à Raposa/Serra do Sol. Senhor Deputado, é uma honra para esta Casa Legislativa ter Vossa Excelência como Presidente do Parlamento Amazônico, na abrangência de nove Estados. Faço um apelo para, caso não possa estar presente em Cuiabá, que Vossa Excelência faça ter eco, faça repercutir a matéria publicada na revista Veja, por todos os Estados. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Senhor Presidente, faço uso do Expediente para convidar os membros da Comissão de Indústria, Comércio, Trabalho e Turismo, para a reunião, visando deliberar assuntos pertinentes a esta Comissão.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Não havendo mais nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais, e não havendo, mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 01, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingu, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Sargento Damosiel**.
Aprovada Ata Sucinta em: 01/06/11

ATA DA 2022ª SESSÃO, EM 01 DE JUNHO DE 2011
41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL
CHAGAS

Às nove horas do dia primeiro de junho de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima vigésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Senhor Deputado **Dhiego Coelho** para atuar como Segundo Secretário *Ad hoc*.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Dhiego Coelho**) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Procedo à leitura do Expediente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Requerimento nº 011/11, de Moção de Aplauso pelo Centenário das Igrejas Assembleia de Deus no Brasil, de autoria da Mesa Diretora.

Ofício nº 081/11, de 24/05/11, do Deputado Soldado Sampaio, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 26/05/11.

Memorando nº 017/11, de 30/05/11, do Deputado Remídio Monai Montessi, justificando sua ausência às Sessões Ordinárias dos dias 25 e 26/05/11.

Requerimento s/nº, de 30/05/11, do Deputado Rodrigo Jucá, requerendo a criação da “Frente Parlamentar em Defesa da Saúde. Indicação s/nº, de autoria do Deputado Francisco Assis da Silveira, ao Governador do Estado, solicitando a recuperação da estrada Vicinal 02 do Projeto de Assentamento Paredão, no Município de Alto Alegre, numa extensão de aproximadamente 20km, bem como, a construção de 4 pontilhões de madeira e a colocação de um bueiro.

EXTERNO:

Ofício nº 047/11, de 19/05/11, da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, encaminhando cópias das Resoluções nºs 11/11 e 12/11, contendo propostas de Emendas à Constituição Federal.

Ofício nº 667, de 25/05/11, da Procuradoria-Geral da República, solicitando pedido de informação.

Comunicados nº 260/11 e nº 261/11, de 26/05/11, do Ministério da Educação. Ofício nº 115/11, de 30/05/11, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima, encaminhando exemplar do Jornal Interno do INMETRO e da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade, referente ao mês de maio de 2011

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Deputados inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, platéia que nos assiste, hoje venho a esta tribuna para tecer alguns comentários sobre uma reportagem que vi, dizia que o Governo do Estado pretende criar mais um programa social aqui em Roraima, o que eu acho, inclusive, até louvável. Mas, o que me chama a atenção é que os programas sociais já criados, ora existentes, Deputado Erci de Moraes, não estão funcionando e se fala em criar mais um, que é o crédito social, que me lembra muito um projeto de indicação, aprovado, do Deputado Célio Wanderley. Eu lembro sucintamente as propostas deste novo programa social. Ele lembra muito um projeto que ora foi apresentado aqui pelo Deputado Célio Wanderley e que foi aprovado como projeto de indicação. Mas, o que me estranha é que o vale-solidário desde dezembro não é pago. Não sei se vão acabar com o vale-solidário de vez. Isso não vem ao meu conhecimento. Com o pró-custeio ninguém nem sonha. O estágio remunerado até hoje ninguém ouviu falar. E, o bolsa de ensino superior que, inclusive, os estudantes contemplados esse ano, o Governo cortou mais de 400 estudantes que eram beneficiados. É lógico que esse corte teve algum critério, mas se houve um corte, obviamente surgiram algumas vagas. Neste ano não houve nenhum inscrito na bolsa de ensino superior e muito menos chamaram os remanescentes que estão na fila de espera como sempre ficam. Acredito que todos possam conhecer o programa Bolsa de Ensino Superior que é aquele no qual o estudante que faz faculdade particular, o Governo seleciona os candidatos, inscritos anualmente, para serem beneficiados, dando apoio para que o estudante conclua o seu estudo superior.

Infelizmente, esses programas estão todos estagnados desde o final do ano passado. E aí, vem uma idéia que é até boa, de se criar o crédito social. Mas esse crédito social vai substituir os demais?

Eu quero deixar aqui, Deputado Rodrigo Jucá, Deputado Marcelo Cabral, uma pergunta. Quando a gente vai, principalmente no interior, e estivemos na quarta e quinta-feira da semana passada em Rorainópolis, as pessoas nos perguntam: e o vale-alimentação, quando é que vai ser pago? Ainda chamam de vale-alimentação. Hoje é vale-solidário. Ficamos sem saber como dar uma resposta. Mas, as pessoas não entendem que pelo fato de sermos Deputados não podemos dar apenas respostas positivas. Aí, eu quero indagar ao Governador quando é realmente que vai retornar o programa do vale-solidário? E outra pergunta que eu faço é para onde e o que estão fazendo com esse recurso? É um recurso estadual, gente sabemos, mas como está sendo pago esse recurso? Ele deve estar guardado em algum lugar e está sobrando. Nesses meses todos

não foi pago o vale-solidário, o pró-custeio, que sabemos que deve ser pago duas vezes ao ano. Esse ano ainda não se fala em pró-custeio. No ano passado eram 4 mil estudantes recebendo um valor de 350 reais. Para onde é que está indo esse dinheiro? A bolsa de ensino superior varia, são 300 reais, depende do custo. Diga-se de passagem, no projeto da bolsa de ensino superior existem alguns estudantes contemplados. O Governo está inadimplente. Pelo menos, é a informação que tenho da direção das faculdades, que o pagamento da bolsa de ensino superior está atrasado. Então, fica essa indagação.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Na verdade Deputado, não sei se Vossa Excelência vai se surpreender ou não, mas eu quero me solidarizar com Vossa Excelência. Eu já tive a oportunidade de cobrar e de pedir, aqui no plenário dessa Assembleia Legislativa, ao Governo que volte a pagar o vale solidário. Eu sei que o Governo está recadastrando os beneficiários do vale. O recadastramento ainda não se encerrou. É o Governo dar como previsão para o pagamento do segundo semestre, mas isso já faz mais de dois meses. Logo no início das nossas atividades eu me manifestei favorável que o Governo continuasse pagando o vale no valor atual para quem está no programa, e que, após o recadastramento, o Governador pudesse passar o reajuste somente para aqueles que continuassem sendo contemplados. Então, junto-me a Vossa Excelência; pois é importante para o contexto de Roraima o pagamento desse benefício social. Esses benefícios prejudicam quem não recebe e prejudicam também, o comerciante, porque vêm a queda de movimento de seu comércio. E, isso prejudica a questão da manutenção de empregos. Então, eu entendo sim que é importante o Governo voltar a pagar esses benefícios o mais rápido possível.

Em relação ao estágio remunerado, eu sou um crítico desse estágio, não do pagamento da bolsa. Eu acho que a bolsa é extremamente importante para a complementação da renda dessas famílias. Mas, sou um crítico no sentido de que esse estágio, hoje, da forma como está, não acrescenta nada ao currículo acadêmico, ao currículo profissional e ao conhecimento desses jovens. Então, eu estava preparando a criação de um Projeto de Lei para que o estágio deixasse de ser um estágio e fosse uma bolsa por rendimento, para que os melhores alunos, aqueles que tivessem mais de 80% de aproveitamento de suas notas, pudessem receber a bolsa e que esses alunos, na verdade, estivessem sendo incentivados a permanecer em casa para estudar e ter um bom rendimento. Não apresentei esse projeto ainda porque sei que o Governo está preparando algo nesse sentido. Então, eu não apresentei a proposta e vou deixar o Governo apresentá-los, pois entendo que é uma boa proposta, vantajosa, interessante. Então, o Governo vai apresentar essa proposta aqui e vamos analisar o que o Governo vai mudar.

Portanto, me solidarizo-me com Vossa Excelência e espero que o Governo do Estado possa voltar o mais rápido possível a pagar os benefícios sociais que hoje são tão importantes para o nosso Estado. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** continua. – Muito obrigado Deputado pela sua participação. Se a proposta do estágio remunerado for para a melhoria, a gente também se solidariza com o seu pensamento. Eu que coordenei o vale solidário e estive muito próximo da coordenação do estágio-remunerado e do início da bolsa de ensino superior. Então, conheço um pouco desses programas por ter inclusive ajudado, no início, a efetivá-los e, realmente, alguns têm as suas deficiências.

Quanto ao cadastro que desde o início do ano está sendo feito, a informação que temos é que na cidade esse cadastro já terminou. Então, que o Governo possa adotar essa sua idéia, que faça o cadastro, bem como a liberação dos pagamentos na data em que o Estado prevê ou na data em que acontecia nos anos anteriores.

Quero tecer outro comentário, para não dizer que a oposição só vê o lado negativo. Eu vou me reportar a uma visita que fiz ao Corpo de Bombeiros, onde passei praticamente o dia todo acompanhando o trabalho dos Bombeiros, isso a cerca de uma semana atrás. Hoje, nós nos encontramos num estado de emergência, decretado ontem pelo Governo. Mas eu queria me referir à administração atual do Corpo de Bombeiros, como um ponto positivo nesse Governo. Nos anos anteriores, ou melhor, nos comandos passados, o bombeiro militar, principalmente, Deputado Coronel Chagas, nessa época não tirava férias, passava ano, entrava outro ano, uma hora era enchente; outra hora eram as queimadas, e aí, cancelavam as férias. O certo era que muitos militares já acumulavam quatro, cinco, seis, oito, dez e tinha gente com 12 anos de serviço que nunca tinha tirado férias.

O Coronel **Leocádio**, que assumiu recentemente o Comando do Corpo de Bombeiros deu uma organizada na Corporação que parece

até que aumentou o efetivo. No mês passado, dos mais de 200 bombeiros que hoje estão na ativa, 38 estavam de férias. E, estão regularizando todas as férias. Lá parece não haver problema de efetivo. Sabemos que o Corpo de Bombeiros precisa de um aumento de efetivo, inclusive, para se estender até o interior do Estado. A criação do Corpo de Bombeiros de Rorainópolis é uma proposta que defendo desde 2007. É necessário o aumento do efetivo, o Comando do Corpo de Bombeiros deu uma nova dinâmica de trabalho que irá possibilitar a realização de um novo convênio com a INFRAERO, visando aumentar o número de bombeiros na INFRAERO e não vai prejudicar o andamento normal do serviço que é prestado à sociedade aqui fora. Acredito que todos sabem que o Corpo de Bombeiros mantém um convênio com a INFRAERO. Quem faz a segurança aeroportuária é o Corpo de Bombeiros. Então, várias mudanças foram promovidas por essa nova gestão. Acho que tanto a Polícia Militar, quanto à Polícia Civil e a Secretaria de Segurança Pública poderiam adotar esse modelo de gestão que o Coronel **Leocádio** implementou, para valorizar o profissional. Periodicamente os profissionais se reúnem com o comando para analisar os procedimentos, as ocorrências, ou seja, existe um canal direto do servidor com quem realmente manda. Fiquei satisfeito numa visita que fiz ao Corpo de Bombeiros, voltando um pouco às minhas origens, ao ver a satisfação dos servidores com a implementação dessa nova política de trabalho, apesar de que, o Corpo de Bombeiros está deficiente de viaturas operacionais, de alguns equipamentos, mas é uma das instituições que oferece o serviço a contento, o que eu não posso dizer a respeito da nossa saúde da polícia militar, da polícia civil que acumulam inúmeros problemas e oferecem à sociedade um serviço de péssima qualidade. Não precisa andar muito para ver essas mazelas. Em todas as escolas que visitamos os problemas são sempre os mesmos falta de professores, prédios depredados, problemas nas instalações elétricas, centrais de ar guardadas na caixa. Eu tive a felicidade de ver no Corpo de Bombeiros uma das instituições mais organizadas do Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Pincaço** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu gostaria que fosse registrado um pedido ao Governador para que ele criasse em São Luiz do Anauá, cujo um eixo fica lá em Caroebe, uma patrulha mecanizada. Qual é essa patrulha? Um trator de esteira, uma carregadeira e duas caçambas para desobstruir tanto as vicinais como nas estradas. Isso é possível e o custo é barato.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** continua – A situação do interior do Estado está pior do que estava, até mesmo em decorrência das chuvas dos últimos dias. Existem muitas vicinais intrafegáveis. Por que acontece isso? Porque as reformas que são feitas nas vicinais são reformas para 06 meses. Isso também é um problema de gestão. Eu faria igual ao **Ottomar**, não pagaria a empresa que fizesse um serviço de má qualidade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Deputado, quero parabenizá-lo e contribuir no sentido de reconhecer como fator positivo a atual gestão do Corpo de Bombeiros na pessoa do Coronel **Leocádio**. Fui durante 04 anos Presidente da Associação, conheço de perto a situação dos Bombeiros de agora e de antes e ficou claro dentro do Corpo de Bombeiros e para mim, que a receita para a segurança como um todo é a questão da gestão. O Coronel **Leocádio** através de uma gestão de conversa e entendimento com o soldado, o cabo, o sargento, o coronel. Hoje temos que reconhecer, parabenizar o comandante pela forma como ele vem conduzindo a instituição isso refere-se às férias, ao fato de que colegas, com anos acumulados, hoje estão tirando férias do corrente ano e dos anos anteriores que não foram tiradas, sem falar na folga do bombeiro, hoje ele tem uma escala de 24 por 72, uma escala que está dentro de uma carga constitucional. Isso garante ao bombeiro trabalhar com satisfação, lhe dá oportunidade de dar mais assistência à família, de estudar, ao contrário da gestão anterior, que tem uma nuvem negra. Eu fiz uma denúncia junto ao Ministério Público Federal sobre o desvio da INFRAERO aquelas enchentes do ano passado em que alugaram S10 com diária de 640 reais. Protocolo no Ministério Público e espero que se manifeste. Enquanto o preço de mercado é 200, 240 reais, o ex-comandante estava alugando S10 no valor de 640 reais, estão lá os contratos, é verba federal e isso precisa ser apurado. Estou tentando fazer a minha parte reiterando esse pedido aos Ministérios Público Estadual e Federal para que procedam à abertura de investigação nesse sentido. Estivemos acompanhando o andamento das operações, da coordenação da defesa civil feita pelo Corpo de Bombeiros, nas orientações dadas às prefeituras na parte técnica para decretar estado de emergência, calamidade caso seja necessário. Eu não sei se é a

forma como o Coronel tem administrado ou é um ato de governo, eu sei que temos que reconhecer este acerto.

No tocante aos programas sociais, eu acho que o que falta é boa vontade. O cadastramento já foi feito, tem como pagar o vale solidário às pessoas carentes, inclusive, eu queria fazer um convite para que identificássemos dentro do Estado de Roraima a quantidade de empresas que fecharam nos últimos 6 meses, principalmente, os pequenos comerciantes. É grande a quantidade, eu falo isso porque ao lado da minha casa há uma distribuidora e o dono tem se queixado bastante da diminuição das vendas em virtude da questão econômica pela qual passa o Estado. Um dos motivos é essa falta de transferência de renda através dos programas sociais. Dinheiro tem, condições técnicas tem, o que está faltando é boa vontade. Nós temos uma promessa de dobrar o vale e a mágica vai ser bem simples, vai profetizando, ele vai cortar a metade, economizar a metade, dobrar o valor do benefício e vai dizer que atendeu a promessa. Defendo que os programas sociais tenham um vínculo no sentido de estimular as pessoas a frequentarem a escola, tem que estar atrelado a algum ato voltado a educação no nosso Estado, assim como o Bolsa Família do Governo Federal que exige que o filho esteja na escola e tenha acompanhamento. Eu acredito que a base governista também esteja preocupada com essa situação. É uma questão de sobrevivência da sociedade mais carente, o pagamento imediato desses benefícios.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Primeiramente, gostaria de parabenizá-lo e comungar aqui, também da idéia do nobre Deputado **Soldado Sampaio**. Existe uma diferença básica entre assistência social e assistencialismo. O que acontece no Estado de Roraima hoje é o assistencialismo, projetos fracassados da região nordeste que foram implantados no Estado de Roraima. O assistencialismo é aquele programa social que simplesmente fomenta as pessoas que o recebem a continuarem na pobreza. Queremos políticas sérias para que possamos produzir, investir na produção. Parabéns pelo pronunciamento, Vossa Excelência é conhecedora do programa vale-alimentação, acompanhou de perto a quantidade de famílias que ficam felizes. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** continua. - Muito obrigado pelo vosso aparte. Acho que o vale alimentação é um complemento importante, mas acredito que o Governo tem que trabalhar melhor esse benefício.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra**. No início do meu pronunciamento eu disse que o vale-alimentação não era essencial e volto a dizer que não é. Não podemos manter a população na pobreza, temos que encontrar uma maneira de assistir essas pessoas até que eles consigam gerar a própria dignidade, para que isso não seja suprido por muito tempo, e as famílias atreladas a esse benefício continuem recebendo. O que temos que fazer é uma outra matriz econômica, tirar essas pessoas do assistencialismo, porque eu não sou contra a assistência social, sou contra o assistencialismo, desse você não sai nunca, fica sempre na dependência do Estado. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** continua. Eu não sei se pelo fato de ter coordenado o vale alimentação, e via a satisfação das pessoas ao recebê-lo, que o considero essencial. Acho que tem que andar lado a lado, como crédito. Sobre a possibilidade de ter um Estado forte tem que ser lado a lado. Isso vai corroborar um com o outro. Hoje eu vejo o Governo do Estado igual a BR 174, aparece um buraco, aí vem uma empresa o fecha, na frente aparece outro buraco, vem outra empresa e fecha, e dessa forma vão resolvendo os problemas. É assim que está o Governo, ele não tem um plano de Governo a médio e longo prazo, pelo menos é o que deixa transparecer.

Se acontecer uma rebelião na cadeia pública, ou na penitenciária, se resolve com uma solução paliativa. Não há um direcionamento dos trabalhos, não há foco, não há um plano traçado. É por essa falta de planejamento que o nosso Estado está do jeito que está. No horário nobre da TV Globo mostra um Estado às mil maravilhas, mas há desemprego, as estradas e vicinais não estão boas. Contudo não há problema, pelo menos é o que mostra o institucional do Governo.

Quero complementar o que disse o Deputado **Sampaio**, e parabenizar o Coronel **Leocádio** pela sua gestão. Há alguns anos atrás, quando eu era soldado, passei dois anos tirando serviço 24/24, seja, trabalhava um dia e folgava o outro, e no outro eu já estava de serviço. Hoje, a escala do corpo de bombeiros, apesar do problema de efetivo, são 24 horas de trabalho e 72 horas de folga. Então, o que foi que aconteceu? É apenas gestão, não entraram novos bombeiros. Se você quer fazer um bom trabalho em uma Secretaria, tem que motivar os servidores, se motivar os servidores, terá aliados e, é isso que vemos no

corpo de bombeiros. Para não dizerem que viemos aqui só falar mal do Governo, neste momento, com essa gestão, reconheço o bom trabalho realizado. Acho até que deveria ser copiado pela Polícia Militar. Deveriam perguntar qual foi a solução que o **Leocádio** deu para resolver esse problema que ocorre em todas as polícias, se poderia ser usado para resolver o problema de efetivo das polícias. Muito obrigado!

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Não havendo mais orador inscrito, passamos para Ordem do Dia.

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 019/11, que “Cria a Frente Parlamentar de Segurança Pública”, de autoria dos Deputados **Sargento Damosiel, Coronel Chagas, Soldado Sampaio e Brito Bezerra**; Em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 002/11, que “fixa o índice de revisão geral anual, preceituado no artigo 37, X, da Constituição Federal de 1988, exercício 2011, para os subsídios dos membros ativos, inativos e pensionistas da Defensoria Pública do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria da Defensoria Pública; do Projeto de Lei Complementar nº 010/11, que “Altera os dispositivos das Leis Complementares nº 030, de 30.06.99, e nº 079, de 10.10.04, sobre a estrutura organizacional do instituto de previdência do Estado de Roraima – IPER, e dá outras providências”, de autoria Governamental; e o Projeto de Lei nº 034/11, que “Fixa o Índice de Revisão Geral Anual, exercício de 2011 preceituada no art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988 e art. 20-C da Constituição Estadual c/ c art. 1º da Lei nº 769, de 05 de abril de 2010, para as remunerações, salários e subsídios, proventos e pensões dos servidores civis e militares, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo, da administração pública direta e indireta e dá outras providências”, de autoria governamental.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões conjuntas, possam analisar e emitir parecer as referidas matérias.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Dou por reaberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 019/11.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – (Lido o Requerimento).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco-o em discussão.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu fico feliz em ver a Assembleia Legislativa envolvida, querendo participar de todos os segmentos da nossa área sócio-econômica, mas eu me pergunto se as Frentes que estão se formando nesta Casa têm, realmente, a consciência de que vão ser cobrados pela sociedade, terão que dar respostas. Eu me preocupo quando assisto uma discussão como assisti nas comissões agora. Nós temos problemas para reunirmos as comissões, quanto mais às Frentes Parlamentares. Então, espero que em cada uma que seja criada, as pessoas tenham bastante consciência do volume de trabalho e da responsabilidade que assume. Sou favorável ao requerimento.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Senhor Presidente, quanto à formação das comissões, foram chamados os Deputados para verem o interesse de cada um em defender as categorias da sociedade e, naquele momento, todos tiveram a oportunidade de escolher de qual comissão participar.

Como disse a Deputada **Aurelina Medeiros**, hoje há comissão com dificuldade para se reunir. Agora, estamos criando a frente da micro empresa, a frente da saúde, frente da segurança, daqui há pouco vão propor da agricultura, do transporte, e as comissões? Nós já temos as comissões. Eu queria pedir aos colegas para que reavaliássemos essa situação da Frente Parlamentar porque através das comissões, nós podemos fazer o trabalho. Já há 05, 07 Deputados em cada comissão para que cada um possa defender a sua área. Temos a Comissão de Segurança Pública que, salve engano, se reuniu uma ou duas vezes. Então, temos as nossas comissões para representar essas áreas, e todos os Deputados podem participar das comissões, só não tem direito a voto, mas pode participar. Quais os resultados práticos que estamos propondo com essas Frentes Parlamentares?

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Eu vejo as Frentes Parlamentares como mais uma ferramenta, um instrumento interno que nós temos nessa Casa para fomentar a discussão em vários segmentos da sociedade. É claro que temos as frentes Parlamentares, hoje, oriundas da segurança pública diretamente. O Deputado **Coronel Chagas**, o Deputado **Sargento Damosiel** e eu, que temos afinidade e conhecemos de perto a realidade da segurança, a nossa idéia, quando propomos a criação da Frente Parlamentar da segurança pública, é simplesmente demonstrar mais compromisso, abraçar mais essa bandeira da segurança

pública. Eu vejo como contribuição ajudar a discutir fervorosamente melhorias para a segurança pública. Então, é salutar a discussão, não vejo como burocracia para a Casa, pelo contrário.

Então, está de parabéns o Deputado. Ontem, não participei da sessão porque estava em Brasília participando da instalação da Frente Parlamentar em defesa da PEC 300. Na Câmara, ontem, duzentos Deputados assinaram requerimento compondo a Frente Parlamentar em defesa da PEC 300 e de outras PECs voltadas à Segurança Pública.

Temos aí na Câmara dos Deputados uma demonstração da importância que são as Frentes Parlamentares, a importância de discutirmos segurança pública, discutirmos a valorização do servidor, das polícias comunitárias, da polícia cidadã. Então, vejo a Assembleia Legislativa se espelhando na Câmara dos Deputados ao instalar, também, uma Frente Parlamentar da segurança, que só vem a contribuir.

Portanto, defendo e peço o apoio e o voto para a criação da Frente Parlamentar da Segurança Pública.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Senhor Presidente, tenho profundo respeito pelos Deputados **Sargento Damosiel, Coronel Chagas, Soldado Sampaio** e pelo não menos importante Deputado **Brito**, mas tenho minha opinião Senhor Presidente. Vou expressar e espero que meus colegas não interpretem mal, mas devo dizer as Vossas Excelências que recentemente, nós criamos aqui nesta Casa uma Comissão que vai acompanhar a reforma política do Brasil. Depois nós criamos uma comissão que vai acompanhar a questão do código florestal. Temos uma comissão que vai analisar a questão da saúde pública, há questão levantada pela oposição da criação de uma CPI, para investigar a saúde. É uma comissão em cima de outra, ou seja, são situações que deixam o Parlamento numa situação de constrangimento. Para frisar, o Deputado **Remídio Monai** disse que existe a Comissão de Segurança Pública, mas, das duas uma, ou cria-se a Comissão Parlamentar, essa Frente Parlamentar, e aí nós vamos descaracterizar a Comissão de Segurança Pública, ou, então, continua a Comissão de Segurança Pública e os Deputados interessados em fazer essa matéria não precisam de comissão, os Deputados podem simplesmente se apresentar fazendo parte da Comissão de Segurança Pública e fazer todos os questionamentos necessários na comissão. Agora, criar uma Frente Parlamentar! Olha só, a Frente Parlamentar diz o seguinte: Com o objetivo de discutir, propor junto à sociedade, autoridades competentes projetos que possibilitem melhoria para o sistema de segurança. Ora! Senhor Presidente, essa matéria está dentro da Comissão de Segurança Pública, se esta comissão não estiver trabalhando, e aqui digo, Deputado **Jean**, o Senhor que é o pé, o Presidente dessa Comissão, isso é uma afronta ao trabalho de Vossa Excelência. Veja bem, se você tem uma Frente Parlamentar para criar o que a Comissão de Segurança Pública faz para que criar uma frente? Eu acho que os Deputados Estaduais que propõem essa Frente Parlamentar podem muito bem se unir à Comissão de Segurança Pública e fazer um trabalho conjunto. Eu acho que os Deputados têm boa intenção, todos eles, não estou aqui desmerecendo ninguém, de maneira nenhuma, quero que fique bem claro, minha posição é tão somente de nós não criarmos mais uma comissão para de repente ligar ao nada, a lugar nenhum. Se nós nos ativermos à questão de segurança, ela é muito mais importante do que criar essa Frente Parlamentar. Então, vou votar contra a matéria.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, eu acompanhei as manifestações dos colegas e fiquei me questionando porque tais posicionamentos não foram tomados quando da criação das outras frentes. Agora, estamos propondo a criação da Frente Parlamentar da segurança, que vem apenas para contribuir com a discussão, pois sou membro da Comissão de Segurança, assim como o Deputado **Sampaio**, e levantam esse tipo de questionamento. Então, se não for para criar a Frente Parlamentar de Segurança, vamos extinguir as que já foram criadas. Mas, o nosso objetivo foi de dar mais um reforço para a Comissão de Segurança, visando discutir um assunto que está preocupando a sociedade Roraimense.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Senhor Presidente, eu sou interessado direto neste debate porque não sou autor desse requerimento, mas já fiz dois à Casa e, é importante trazer algumas elucidações a respeito da atuação das Frentes Parlamentares. A Frente Parlamentar não se confunde e nem se sobrepõe a nenhuma Comissão, ela não tem poder de aprovar matérias em âmbito temático. A Frente Parlamentar é uma sinalização que a Casa dá aos segmentos da sociedade, mostrando quais são os segmentos que os Deputados que aqui estão apóiam, independente de fazerem parte de comissões ou

não. Geralmente as comissões são compostas por 5 membros. A Casa tem 24 Deputados e tenho certeza que muitos deles Deputados se interessam por temas aos quais eles não participaram nas comissões. É um procedimento muito comum nos Parlamentos, por exemplo, a Frente Parlamentar que apóia a Micro e Pequena Empresa no Congresso Nacional tem 370 membros. Eu citei o número de membros do Congresso porque seria inviável haver uma Comissão com 370 membros. Tenho certeza que uma Comissão nesse porte jamais se reuniria com quorum. Então, eu entendo o intuito dos Deputados que apresentaram requerimento, é uma forma da gente se manifestar, de dizer para a sociedade quem são os Deputados que vão estar apoiando a Segurança Pública, as Micro e Pequenas Empresas e outros assuntos. Isso não cria nenhum tipo de despesa para esta Casa. Então, é uma forma da Assembleia exercer a sua liderança, exercer a iniciativa de mostrar que tem Deputados suficientes para tratar de todas as matérias que estão sendo propostas. Eu, particularmente, não vejo nenhum empecilho, muito pelo contrário, a criação fortalece o papel das comissões, porque quanto mais propostas sobre à Segurança Pública tiver na Comissão, mais importante ela será. Quanto mais propostas tiverem na Comissão de Saúde, mais importante ela será. Quanto mais propostas tiverem na Comissão de Indústria e Comércio, mais importante essa comissão vai ser. Então, na verdade é salutar a criação dessas Frentes Parlamentares e, nas comissões também é importante que essas Frentes Parlamentares possam atuar. Agora, concordo com o que disse a Deputada **Aurelina**, devemos criar a Frente Parlamentar, mas com a responsabilidade e acompanhamento para que se tenha uma Frente Parlamentar atuante. Tenho certeza que os autores das propostas estão cientes e conscientes. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Jean Padilha** – Senhor Presidente, em relação à Frente Parlamentar, eu concordo com o Deputado **Rodrigo**. Acho que não há problema algum em criar uma Frente Parlamentar de Segurança Pública tendo em vista que toda matéria da Frente Parlamentar terá que passar pela Comissão de Segurança. Então, eu também acho que é um desperdício. Eu discordo do questionamento do Deputado **Rodrigo** quando ele fala que tem que haver uma Frente Parlamentar para a saúde, para a educação. Então, o Deputado **Jean** foi eleito só para poder defender a questão da saúde. Não temos que defender o Estado, todas as secretarias dizem respeito ao nosso mandato. Nós temos que honrar os votos que tivemos melhorando a Secretaria de Segurança, a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação. Então, eu não concordo com isso.

Em relação ao Deputado **Jalser** que questionou o que eu estaria fazendo frente à Comissão de Segurança, digo-lhe que temos muitas matérias para serem votadas. Esses dias, estivemos no Palácio, juntamente com o **Coronel Chagas** e o **Deputado Sampaio**, para intermediarmos à greve dos funcionários. E, nós conseguimos resolver. Então, a comissão vem trabalhando, mas é preciso que todos os Deputados se reúnam para que, realmente, possamos fazer um trabalho eficaz.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** – Senhor Presidente, inicialmente eu quero discordar da tese que levantou o Deputado **Jean** e o Deputado **Jalser Renier**, e quero corroborar com o pensamento do Deputado **Rodrigo** e do **Coronel Chagas**. Esse instrumento da Frente Parlamentar não atrapalha em nada as comissões, até porque não irão analisar nenhum projeto que venha para cá, pelo contrário, queremos ter a oportunidade de debater juntamente com as comissões, mas não teremos direito a voto. Por exemplo, eu cheguei depois e não tive a oportunidade de ficar na Comissão de Segurança, mas quero participar dos debates. Assim como eu, há vários outros que se identificam com alguma frente de luta. Eu não acho que iremos atrapalhar porque é uma instituição que vem da Câmara Federal e lá existem as comissões, mas, também, as Frentes Parlamentares. Então, eu discordo do pensamento dos Deputados **Jean** e **Jalser** desrespeito com a Comissão. As minhas palavras são as mesmas do **Coronel Chagas** e do Deputado **Rodrigo**, pois acho que eles apresentaram bem suas justificativas. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Senhor Presidente, entendendo a vontade do Deputado **Damosiel** em trabalhar pela segurança. Eu cedo a minha vaga para o Deputado na Comissão de Segurança.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Acato o Requerimento de Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, eu acho importante à criação das Frentes Parlamentares desde que a gente não vá repetir figurinhas. Por exemplo, um Deputado que é Presidente da Comissão de Segurança, não pode ser membro da Frente

Parlamentar de Segurança, porque senão, só restaremos repetindo as figuras. Eu acho que se é para ampliar os debates para que mais Parlamentares possam participar da discussão, é importante que os membros da Frente Parlamentar não sejam os mesmos das Comissões.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, depois de ouvir a maior parte dos colegas se manifestando, também vou abordar o tema. Entendo que as comissões permanentes são regimentais e têm objetivos gerais e específicos, as frentes, por sua vez, são organizações de parlamentares, mas, visando assuntos que não sejam aqueles do dia-a-dia e sim temas de grande relevância para aquele setor ou aquela atividade. E assim sendo, quero dizer que sou a favor da frente desde que não usem o seu nome para deixar de atuar nas comissões permanentes que é uma obrigação regimental. Entendo, também, que as frentes como não estão necessariamente inseridas no estatuto como obrigatória, têm um caráter especial e têm que ser renovadas, se for o desejo dos Parlamentares, a cada legislatura. Por isso, quero aproveitar para anunciar aos colegas que amanhã mesmo darei entrada naquela frente que na prática já existe e é a maior deste Plenário, que é a Comissão de Agricultura, pecuária e Abastecimento, porque assim, estaremos representando um dos setores mais importantes do Estado de Roraima. Quero dizer que votarei a favor da frente que ora se discute por ter esse entendimento. Na verdade, acho que até procedem os argumentos do Deputado **Remídio**, porque no fundo manifestam uma preocupação de que cada um de nós, Parlamentares, leve cada vez mais a sério o nosso compromisso, a nossa obrigação e a nossa responsabilidade para com aquelas Comissões amparadas pelo nosso Regimento Interno. Acho que esse é o recado que o Deputado **Remídio** na essência quis colocar. Obrigado

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Eu tenho observado e, inclusive, assinei o Requerimento da Frente Parlamentar e da pequena e micro empresa, mas vejo com muita preocupação a criação das frentes, porque com a experiência que tenho, os aborrecimentos que já tive com relação às Comissões, preocupa-me que seja mais uma desculpa para o Deputado não participar das reuniões das Comissões Permanentes que são obrigatórias, necessárias para que esta Casa possa funcionar. Acho que antes da preocupação de criar as frentes, devíamos fortalecer as nossas Comissões Permanentes que abrange todos os assuntos que interessam a esta Casa. Não há nenhum Deputado aqui que não tenha autoridade para chegar em qualquer Comissão e discutir todo e qualquer problema. A grande maioria das Comissões se reuni em Plenário, aqui, durante a Sessão Plenária e, agora não conseguimos quorum dentro da Comissão no horário da Sessão, enquanto nós, Deputados, os 24, temos obrigação de estar presente aqui. Então, as frentes não trariam nada a mais do que o trabalho que já é feito nas Comissões, desde que as Comissões funcionassem. Como as Comissões não estão funcionando, está se criando frentes que, muitas vezes, vão servir só de desculpas para que as Comissões continue a não funcionar nos horários que deveriam funcionar. Não sou contra a criação das frentes, mas gostaria muito de ver nossas Comissões Permanentes funcionando, que nós nos reuníssemos à tarde, e não no horário da Sessão, para que não chegássemos meio-dia pedindo para prorrogá-la e que possamos efetivamente, acompanhar os serviços que as Comissões deveriam fazer, fora do horário das Sessões. Todas as Comissões têm dia e hora para se reunir à tarde, mas acredito que poucas têm se reunido, e aqueles cujo os Presidentes são interessados vem a maioria das vezes, e não existe quorum.

Vou fazer uma crítica a nós mesmos. Vejam, as Sessões Plenárias numa terça, quarta, muitas vezes não têm os números mínimos de Deputados presentes e, algumas vezes, os colegas chegam, assinam a frequência e vão embora. Gostaria muito de ver as nossas Comissões Permanentes funcionando efetivamente. Quero parabenizar a Deputada **Ângela**, Presidente de uma das poucas comissões que temos visto funcionar. Ela marca reuniões, leva para o debate público, para que possamos dar à sociedade a resposta para o que tanto necessitam. Obrigado

O Senhor Deputado **Chicão Silveira** – Senhor Presidente, como estamos falando de Frente Parlamentar, aproveito para parabenizar o Senhor Governador pela posse, a pouco, do novo Secretário Adjunto, Doutor **Eduardo Vale**, e do Secretário Geral, Doutor **Fernando Olegário** que são duas pessoas altamente competentes, preparadas para melhorarem a segurança pública do nosso Estado de Roraima. Sou totalmente a favor das Frentes Parlamentares.

Quero associar-me ao Deputado **Erci** na Frente Parlamentar ruralista.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Eu, na qualidade de

Deputado, quero me manifestar com relação à Frente Parlamentar. Para mim, não interessa se é bloco Parlamentar ou da Comissão. Eu quero que funcione e que as coisas andem.

Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir, passamos para a votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim” os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria e, votando “não” os Senhores Deputados estarão rejeitando-a.

Solicito ao técnico a abertura do painel para votação.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Justificava de Voto. Senhor Presidente, quero pedir as frentes que estão sendo formadas que façam incluir no nosso Regimento Interno a Frente Parlamentar e para que ela serve, porque não é muito comum e nem próprio de nenhuma Assembléia Legislativa e nem consta em nosso Regimento Interno. Como é uma prática do Congresso Nacional, precisa-se pelo menos cumprir na Assembleia Legislativa a existência e para que fins.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – O Regimento Interno diz que quando a matéria é omissa, se usa o da Câmara Federal, então, estamos criando com base na Câmara Federal.

Dou por aprovado com 14 votos “sim”, 03 votos contras e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a leitura do Projeto de Lei Complementar nº02/11, que “Fixa o índice de revisão geral anual, preceituada no artigo 37, X da CF/88, exercício 2011, para os subsídios dos membros ativos, inativos e pensionistas da Defensoria Pública do Estado de Roraima”, de autoria da Defensoria Pública e do Parecer das Comissões Conjuntas.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – (Lido o Projeto de Lei nº 02/11 e Parecer).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão o Projeto de Lei nº 02/11.

Não havendo nenhum Deputado que queria discuti-lo, passamos para votação em primeiro turno.

Comunico aos Senhores Deputados que, nos termos do artigo nº188 caput do Regimento Interno, o Projeto de Lei Complementar, será aprovado se obtiver a maioria absoluta dos membros desta Casa, portanto, a matéria necessita de 13 votos favoráveis.

Solicito ao técnico a abertura do painel. Votando “sim” os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria e, votando “não” rejeitam-na.

Aprovado o Projeto de Lei nº 02/11, em primeiro turno.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura do Projeto de Lei nº 034/11, e Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – (Lido o Projeto de Lei nº 034/11 e Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, exauridos dos nossos esforços diante da Comissão de orçamento para que fosse discutido com mais amplitude a matéria, ela veio à votação. Gostaria de expor a minha indignação quanto à necessidade e não aprovação da Comissão para que possamos juntos discutir a matéria com mais critério e recursos. Isso deixa explícito que tendo em vista que sabemos desse projeto aqui na Mesa, nós gostaríamos de discuti-lo por entender que seria possível reformular dar um aumento maior. Gostaria de no calor das discussões, enfatizar e deixar registrado a minha tristeza quando ouvi de um Deputado: “olha isso aqui tem que acabar”. Eu perguntei o porquê? Ele disse que o governo tem a maioria, então, não tem que chamar a oposição para discutir. Nós, apesar de oposição, temos o direito sim de discutir e votar a matéria e de estarmos presentes, porque estamos aqui para defender o direito do povo, sobretudo num projeto de lei que vai dar um aumento salarial a todos os servidores do Estado. Eu gostaria que nós, da oposição, fôssemos mais presentes, convidados para participar dessas discussões, pois temos todo interesse, é de interesse do povo do nosso Estado e, gostaríamos de participar. Não é porque somos oposição que devemos estar simplesmente a revelar das discussões de projetos tão importante para o nosso Estado.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** – Deputado **Brito**, gostaria que Vossa Excelência deixasse claro qual foi o Deputado que falou isso, pois eu não ouvi.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** - É uma questão de ética Deputado.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** - Questão de ética é Vossa Excelência não deixar claro.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, questão de ética. Deputado, eu não posso nominar, não devo nominar

peças. Mas foi dito que somos situação e o projeto vai ser aprovado. Portanto, não temos o que discutir, disse um Deputado. Agora, não vou nominar, isso é uma questão de ética.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Senhor Presidente, eu presidi a Comissão e não vi nenhum Deputado falar o que o Deputado está relatando.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Não sei se é só oposição que tem ouvidos para tais colocações. O Deputado **Gabriel** e o Deputado **Sampaio** ouviram. Deputado **Marcelo**, o Senhor foi muito enfático em dizer que falto com a verdade, você precisa me conhecer melhor.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Continua em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, usei essa Tribuna para cobrar a reposição salarial. Naquele momento falei e me comprometi de vir à esta Casa me retratar que a Lei nº 769 não seria uma lei eleitoreira, que o governo deveria conceder o reajuste na data base que era maio, aí, fui surpreendido quando, no final de maio, chegou a esta Casa a reposição salarial do governo. Agora, é mérito do governo? O que houve foi uma pressão de categorias. Está na Casa civil um documento protocolado por oito sindicatos que representam os servidores do executivo do Estado, cobrando essa data base e, os sindicatos foram decisivos, se não houver, todos os sindicatos vão fazer uma mobilização não descartando a possibilidade de greve. Está documentado, inclusive, o sindicato pediu audiência com o chefe do executivo para discutir esta reposição salarial. Fomos surpreendidos porque não houve essa discussão, e veio para esta Casa em regime de urgência urgentíssima essa reposição salarial, e aí, a grande questão é por que os 4,5%? Na Mensagem Governamental não veio justificando qual o índice que foi usado para determinar os 4,5%, haja vista que o Tribunal de Justiça usou o índice e determinou que a perca é de 5%. Foi aprovado nesta Casa um reajuste de 5% e o executivo disse que só poderia dar 4,5%, e não quis discutir. A nossa contribuição, enquanto oposição, é reconhecer que é um direito do servidor, e não favor do governo. É um direito que foi negado várias vezes no decorrer da história. Temos categorias com piso salarial de 64% e servidor recebendo menos que um salário mínimo devido as percas salariais nos últimos 7, 8 anos. Servidores que ganhavam dois salários mínimos, hoje ganham menos de um, exatamente por essa política de reposição salarial que não vem ocorrendo no decorrer da história do executivo, sem mencionar as quantidades de greves que houve em nosso Estado em virtude disso. O nosso posicionamento é no sentido, não de votar pela reposição, que é um direito, os servidores estão aguardando esses 4,5% que faz diferença sim, mas, pela falta de transparência da discussão, em momento algum o governo chamou essas categorias, abriu os caixas e demonstrou que tinha dinheiro ou que só poderia dar 4,5%. Temos uma pesquisa do DIASE recomendado pelo SINTER que demonstra que o governo tem dinheiro em caixa, mas sequer o governo abriu discussão. Nesse sentido, pela falta de transparência, quero orientar nesse momento a bancada de oposição a se retirar do Plenário. Não somos contra os servidores, mas sim, contra a falta de transparência em discutir um calendário de reposição salarial para esses servidores. Votamos em protesto. Votamos contra.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Quero informar aos Senhores Deputados de oposição que pediram inversão de pauta e eu dei, que a votação é em primeiro turno, o projeto é de interesse de Vossas Excelências.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Por isso Deputado, que ainda há pouco votei contra a criação de Frentes Parlamentares, porque esse projeto estava nas Comissões e eu votei o da Defensoria sem lê porque eu não estava presente nas Comissões. Esse projeto tramitou nas Comissões e todos tiveram a oportunidade de ver que a data base do pagamento dos servidores não foi fruto de pressão de ninguém, ela existe, é fixada por lei há bastante tempo. Não estou dizendo que é feita todos os anos. Queria dizer que na pesquisa do DIASE quando não existe diferenciado para categoria de professor o dinheiro do FUNDEB não é só para salário, há outras despesas, a data base é fixada em lei e o reajuste de 4,5% foi aprovado no orçamento do Estado, que todo Deputado tem obrigação de conhecer. Então, não adianta demagogia, as pessoas têm que sentar aqui e saber que fazer política e participar do Parlamento é coisa séria. Muito obrigada.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Senhor Presidente, estou surpreso com a bancada de oposição que tanto brigou por esse reajuste, e na hora de concretizar realmente o aumento do servidor ela se retira dizendo que é contra o aumento. Estou surpreso com isso. Acho que os Deputados que se retiraram da oposição não se atentaram

em prejudicar esse projeto. Vossa Excelência tanto fez Presidente, para dar celeridade na pauta e eles se retiraram do Plenário.

O Senhor Deputado **Jean Padilha** – Senhor Presidente, o Governo federal dá para o funcionário 1% de aumento, o Governo Estadual está dando 4,5% e a bancada de oposição se retira do Plenário.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a verificação de quorum para votação.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, não há quorum para a votação da matéria.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo quorum regimental, gostaria que fosse registrada a presença dos Senhores Deputados: **Rodrigo Jucá, Erci de Moraes, Marcelo Natanael, Coronel Chagas, Aurelina de Medeiros, Ângela Portella, Chicão da Silveira, Naldo da Loteria, Jalser Renier e Remídio Monai**. Que seja colocada falta nos demais Deputados que se ausentaram do Plenário.

Continua em discussão.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, o que se verificou nesta manhã no Plenário demonstra a postura de um grupo de colegas, Parlamentares, que fazem o grupo de oposição. Eles estão determinados a criar dificuldades, não para os colegas no Plenário, mas para o Governo do Estado. É a política de quanto pior, melhor. Lamentavelmente perdem hoje a oportunidade de demonstrar que são realmente a favor do funcionalismo e, principalmente, daqueles menos favorecidos. Evidente que esse percentual de reposição pouca diferença faz a quem recebe um alto salário. Contudo, a grande massa de salários mais baixos está exatamente no executivo e não nos outros poderes.

Lamento profundamente a retirada da oposição e concito meus Pares que façam todo esforço possível para, havendo quorum, votarmos o projeto, e para que os funcionários do Estado de Roraima tenham a possibilidade de ainda no mês de junho receberem essa diferença, embora não seja aquela que possa repor todas as perdas, mas é o começo e o governo demonstra a sua disposição de cumprir os dispositivos legais que dizem respeito a política de recurso humano, a política salarial.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir a matéria, passamos para votação.

Solicito ao técnico que libere o painel para a votação. Votando “sim” os Senhores Deputados aprovam a matéria e, votando “não”, rejeitam-na.

Dou por aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 034/11, com 12 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Não havendo mais matéria para pauta da Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Senhor Presidente, assim como fizeram os colegas, quero criticar a postura da oposição e dizer que não é assim que se chega a situações construtivas. É demagogia dizer que o Governo tem dinheiro em caixa para dar aumento. Quando o orçamento é aprovado, compromete-se o restante do orçamento com outras despesas. Então, o governo fez o que está aprovado em lei e o que era o seu limite.

Quero aqui fazer uma proposição a Casa. Ontem, usei a tribuna para repercutir a matéria da VEJA que trata da situação de algumas pessoas atingidas pela homologação da reserva Raposa/Serra do Sol e, quero propor a Casa que faça uma audiência pública convidando o Superintendente do INCRA e o Coordenador da FUNAI do Estado, para que eles expliquem o que já foi feito, o que falta ser feito, e qual o papel de cada um. É importante que eles venham dar satisfação pública. Esses órgãos têm sido omissos quando procurados pelos interessados, pela imprensa e, acredito que a Assembleia tem um papel importante de cobrar esclarecimentos do INCRA, da FUNAI e de todos aqueles órgãos responsáveis por resolver os problemas dos desintrusados na área Raposa/Serra do Sol.

Então, fica aí essa sugestão. Espero que seja acolhida pela Mesa e que em breve possamos convocar aqui o Coordenador da FUNAI e o superintendente do INCRA para prestar os esclarecimentos necessários e suficientes para que possamos ter certeza que as providências estão sendo tomadas. O Governo Federal tomou essa medida drástica e agora querem deixá-los prejudicados, como se o governo não devesse satisfação a eles, e não devesse tomar nenhum tipo de medida para atenuar o sofrimento e melhorar a vida deles. Fica a sugestão a Vossa Excelência e a Mesa Diretora. Obrigado.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, ainda que diante do adiantado da hora, não posso deixar de registrar a passagem do dia da imprensa, imprensa essa que, às vezes, pode até

querer pautar determinadas personagens políticas, mas, na verdade, prestam serviços inestimáveis a democracia e a sociedade brasileira e, em especial, a nós que vivemos aqui, a sociedade roraimense. Quero parabenizar a imprensa pelo seu dia e estimular que continue exercendo o papel de denunciar, fiscalizar, apontar falhas, pois só assim, poderemos chegar a um aperfeiçoamento maior na democracia nascente que se consolida a cada dia mais em nosso país.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira fazer o uso do Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 02, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio**.

Aprovada Ata Sucinta em: 02/06/11

ATA DA 2023ª SESSÃO, EM 02 DE JUNHO.
41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

(Em exercício)

Às nove horas do dia dois de junho de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima vigésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Senhor Deputado **Chicão da Silveira** para atuar como Primeiro Secretário.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

-Gab/Memo nº 052/2011, de 27/05/11, do Deputado **Brito Bezerra**, justificando sua ausência nesta Casa entre os dias 23 e 25/05/11.

-Memo. nº 29, de 31/05/11, do Deputado **Jânio Xingú**, enviando Projeto de Lei que dispõe sobre exame psiquiátrico em Policiais Cíveis e Militares, que se encontram na ativa.

-Requerimento nº 001/11, do Deputado **Marcelo Cabral**, requerendo o desarquivamento do Projeto de Lei nº 047/09, de sua autoria.

-Indicação s/nº, de autoria do Deputado **Francisco Assis da Silveira**, ao Governador do Estado de Roraima, “solicitando a construção de 9 km de rede elétrica na Vicinal 2, do Projeto de Assentamento Paredão, município de Alto Alegre, uma vez que a energização dessa Vicinal foi iniciada, mas até o presente momento não foi concluída. Esse atendimento beneficiará cerca de 40 famílias de produtores rurais.”

EXTERNOS:

-Ofício Circular nº 15/2011 – GM/SDH/PR, de 26/05/11, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, informando o lançamento da 6ª Mostra “Cinema e Direitos Humanos na América do Sul.”

-Seplan/CGC/Ofício nº 437/2011, de 30/05/11, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento, informando sobre os Termos de Convênio que foram assinados.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos

para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Senhor Presidente, não há nenhum orador inscrito para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo nenhum orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para Ordem do Dia.

Discussão e votação em primeiro turno do Requerimento nº 031/11, requerendo, após ouvido o Plenário, a criação da “Frente Parlamentar em Defesa da Saúde”, com o objetivo de executar, propor, analisar e fiscalizar as medidas em prol do Sistema de Saúde Pública do Estado de Roraima, tais como: A construção do “Novo Pacto de Saúde em Roraima”; Fiscalizar a aplicação dos recursos já existentes na área, reverter a precariedade dos vínculos empregatícios dos trabalhadores da saúde e estimular maior integração entre as Instituições de Ensino Superior e o Sistema de Saúde Pública de Roraima nas áreas correlatas, de autoria do Deputado **Rodrigo Jucá**.

Requerimento nº 032/11, requerendo, após ouvido o Plenário, a criação da “Frente Parlamentar Rural”, visando a análise, proposição e defesa de matérias que envolvam as áreas de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de forma a atuar diligentemente em prol do desenvolvimento de tais setores no Estado de Roraima.

Proposição de Moção de Aplausos nº 011/11, à Igreja Assembleia de Deus no Brasil seu centenário, de autoria da Mesa Diretora.

Projeto de Lei nº 030/11, que “Dispõe sobre a reorganização dos Conselhos Escolares do Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências.

Gostaria de registrar e agradecer a presença em nosso Plenário do Pastor Presidente da Igreja Assembleia de Deus, **Isamar Ramalho**; do vice-Presidente, pastor **Divançu** e demais Pastor e membros da Igreja Assembleia de Deus, presentes hoje na nossa Sessão.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões Conjunto possam analisar e emitir parecer às referidas matérias.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a leitura de requerimento nº 031/11.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – (Lido o requerimento).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Senhor Presidente, a Casa travou um debate bastante acalorado sobre a questão das Frentes Parlamentares, ontem, inclusive já mencionei que já havia protocolado o pedido da criação dessa frente. Espero que hoje não haja a mesma celeuma, até porque esse assunto foi discutido ontem, mas quero expor aqui que a minha proposta da criação da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde nasce em razão de algumas ações que esta Assembleia está tomando, como foi o primeiro Simpósio da Saúde. A Assembleia Legislativa organizou e realizou o Primeiro Simpósio de saúde do Estado de Roraima, muito bem feito, onde pudemos ouvir os agentes que fazem o sistema de saúde público do nosso Estado. E, agora, vejo que uma Frente Parlamentar é muito bem-vinda para dar seguimento a tudo aquilo que foi tratado no simpósio. Lembro que a frente parlamentar não tem nada a ver com Comissão, não se sobrepõe à Comissão, não vota em lugar de comissão, mas é um ato político, é uma demonstração pública, política daqueles Deputados que se importam com os problemas da saúde aqui no nosso Estado, e como é de conhecimento da Casa, através de pesquisa elaborada aqui por um instituto, contrato pela Assembleia, hoje a saúde corresponde a mais de 50% dos problemas que a população enxerga no Estado. Então, mais de 50% da população vê a saúde como assunto número um a ser tratado e melhorado aqui no Estado.

Então, peço apoio dos colegas, peço a todos que façam a sua adesão a essa frente parlamentar, de modo que a gente possa tornar a Frente Parlamentar em defesa da saúde uma das mais atuantes e forte aqui nesta Casa Legislativa. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Deputado **Jucá**, quero lhe parabenizar pela iniciativa, vejo que as Frentes Parlamentares são uma demonstração de força política, seja qual for o segmento, e a saúde do nosso Estado está precisando de todo apoio possível, que possamos concretizar em torno da saúde, haja vista que a saúde no Estado hoje é um preocupação muito grande da sociedade. Há várias ações por parte dessa Casa, como recentemente o Simpósio que veio discutir a questão da saúde no Estado, temos ouvido a sociedade reclamando, pedindo melhorias constantes na saúde. Vejo como iniciativa plausível em virtude da situação em que se encontra a saúde hoje. Então, essa frente parlamentar será com certeza mais uma demonstração de boa vontade desta Casa, dos

Deputados que compõem essa frente no sentido de buscarmos melhorias significativas para a saúde do Estado de Roraima.

Então, quero me somar a essa Frente Parlamentar no sentido de podermos contribuir em busca de melhorias a curto prazo para a saúde do nosso Estado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do requerimento nº 032/11, requerendo, após ouvido o Plenário, a criação da “Frente Parlamentar Rural”, visando a análise, proposição e defesa de matérias que envolvam as áreas de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de forma a atuar diligentemente em prol do desenvolvimento de tais setores no Estado de Roraima.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – (Lido o Requerimento nº 032/11).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, todos sabemos, não só os Deputados, mas toda sociedade, que uma das mais importantes saídas para o nosso Estado reside exatamente na potencialidade do seu solo, do seu clima, ou seja, da agricultura, da pecuária e na questão do abastecimento. Acho, que o momento que vive o Estado de Roraima, com a possibilidade real de titular as terras repassadas pelo Governo Federal será o grande momento para os nossos agricultores sejam eles pequenos, médios, ou grandes. Uma vez habilitado com a titulação definitiva da terra possam acessar o crédito e, a partir daí, com o apoio governamental, com a indução de uma política voltada a esse setor, podemos finalmente, quem sabe, com a ajuda de Deus romper o círculo vicioso da economia do contra cheque e partir para atividade produtiva para que este Estado consiga avançar rumo ao desenvolvimento e o progresso. Por isso a criação dessa Frente se impõe como mais um instrumento para que possamos implantar o desenvolvimento no nosso Estado. Peço aos meus Pares o apoio. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir passaremos para a leitura de uma Moção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Moção de Aplauso nº 011/11. Antes da leitura gostaria de colocar em votação os dois Requerimentos: do Deputado **Rodrigo Jucá**, que cria a Frente Parlamentar da Saúde, e o Requerimento do Deputado **Erci** que cria a Frente Parlamentar Rural.

A votação será simbólica os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovados os Requerimentos.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Moção de Aplauso nº 011/11.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – (Lida a Moção de Aplauso nº 011/11).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão a matéria.

Senhoras e Senhores Deputados, nesta semana a igreja Assembleia de Deus comemora 100 anos de existência no país e 96 anos de existência em Roraima. Imaginem os Senhores o que era Roraima 96 anos atrás. Então, pastores, servos de Deus que para aqui vieram nessa época, sem sombra de dúvidas, atravessaram muitos intempéries da natureza, mas sua fé inabalável fez com que essa instituição hoje seja uma das mais fortes deste Estado e deste país. Com o centenário de uma instituição do nível da Assembleia de Deus, certamente, tem muito a comemorar, pelas conquistas, pelas celebrações da fé e pelo trabalho social que vem sendo desenvolvido junto aos demais necessitados. Hoje o povo de Roraima, através da Assembleia Legislativa presta homenagem por esta data significativa a todos que se consideram fieis ou congregados da Assembleia de Deus. Momento em que a Mesa Diretora deste Poder representa o povo roraimense, fórmula votos de muita luz, paz e sabedoria a todos os congregados da instituição, ora, é homenageada. Parabéns por todo trabalho feito em prol das pessoas mais necessitadas.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, demais Deputados e Deputados. Gostaria de parabenizar o Pastor Presidente da Assembleia de Deus Roraima, **Isamar Ramalho**, e seu nome os demais pastores aqui presentes, pela competência, dedicação e pelo trabalho dedicado à frente da igreja Assembleia de Deus no nosso Estado, parabenizo a igreja pelo centenário e que, ao longo desses anos, vem contribuindo para que as famílias se fortaleçam, para que a fé e a devoção de todos aqueles que fazem parte da Assembleia de Deus continuem crescendo e que as famílias cada vez mais participem desses cultos, tendo o Pastor **Isamar** à frente desta igreja e o Estado

de Roraima tem se fortalecido muito. Pastor **Isamar** em meu nome e em nome da Casa, agradeço a presença de vocês e parabeno pelo seu trabalho e pelo centenário. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, a todos os ouvintes da Rádio Anauá, Região Sul do Estado, companheiro que nos prestigiam neste Plenário. Destaco a nossa satisfação por esta iniciativa da Mesa Diretora em apresentar esse Requerimento de Moção de Aplauso à Igreja Assembleia de Deus. Tive a honra de ser o Relator desse Projeto, votamos favorável à Moção de Aplauso por entender que a Assembleia de Deus presta um grande serviço à sociedade, visto que a igreja é um dos pilares que sustentam a família, célula mater de nossa sociedade. E, leva conforto a milhões de pessoas do País, e milhares de pessoas no Estado em todos os rincões por mais distantes que sejam. Então, eu parabeno a igreja Assembleia de Deus que vem crescendo e multiplicando os seus fiéis porque isso ajuda a levar tranquilidade, amor, carinho e paz a todos os lares roraimenses. Então, pastor **Isamar**, muito sucesso na sua gestão, desejo que as comemorações que se iniciam dia 04 deste mês sejam pleno de êxito e sucesso. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores que nos honram com suas presenças, também os ouvintes da Rádio Anauá. Senhor Presidente, parabeno a Mesa Diretora pela iniciativa, não poderia deixar de registrar nossas felicitações a toda a Igreja Assembleia de Deus.

Gostaria de fazer um registro especial da conduta, da sensatez com que o Pastor **Isamar** vem conduzindo a Assembleia de Deus, chave do crescimento dessa igreja, enfim pela sua forma humilde e dedicada junto à sua igreja. Serão batizadas mil e quinhentas pessoas durante as comemorações, ou seja, serão mais mil e quinhentas pessoas de bem. É difícil achar pessoas que pertencem à igreja Assembleia de Deus que não sejam desse perfil. Geralmente pessoas de boas condutas, pessoas idôneas, pessoas que praticam o bem, pessoas que estão mais perto de Deus. Eu tenho admiração pela assembleia de Deus devido à forma de pregar o evangelho, ela conduz disciplinando as pessoas ao bem, que Deus lhe dê sabedoria e saúde para continuar conduzindo essa igreja.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**)- Não havendo mais nenhum Deputado quem queira discutir, coloco-a em votação, a votação será eletrônica, votando “sim”, os Deputados aprovam a matéria, e “não” rejeitam a matéria.

Solicito a abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Aguardamos o início da votação e quero dizer que sou favorável, parabeno a Assembleia de Deus pelo seu trabalho, e cumprimentar todos os fiéis que manifestam sua crença todos os dias nos cultos, e como ressaltou o Deputado **Chagas**, para a sociedade é muito importante encontrar essa força, fé que dá disposição para levantar cedo e trabalhar todos os dias. Parabéns, Pastor **Isamar** e todos os seus líderes, fiéis da igreja, continuem nesse caminho.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Quero orientar a bancada da oposição a votar “sim” pela aprovação da matéria em virtude do grande trabalho realizado, não só religiosos mas social neste Estado, que é de fundamental importância para a sociedade, principalmente, a mais carente.

Então, nesse sentido, encaminhando para a aprovação, e ao mesmo tempo reconhecemos o trabalho espiritual. Pastor **Isamar**, nós que trabalhamos na área da segurança pública, sabemos o quanto são importantes às igrejas, com o trabalho para orientar e conduzir os jovens para o caminho certo, que é caminho da paz. Conclamamos as igrejas que continuem orientando as pessoas na questão social e espiritual. Muito obrigado!

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Dou por aprovada a Moção de Aplauso com 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Parecer das Comissões ao Projeto de Lei nº 030/11, que “Dispõe sobre a Reorganização dos Conselhos Escolares do Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências.

O Senhor Deputado (**Chicão da Silveira**) - Lido o Parecer ao Projeto número 030/2011.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a matéria, não havendo nenhum Deputado que queira discutir a matéria coloco-o em votação. A votação será eletrônica, votando “sim” os Senhores Deputados aprovam a matéria, e votando “não” os Senhores Deputados estarão rejeitando a matéria.

Solicito abertura do painel de votação.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Quero encaminhar a bancada de oposição para votarem “sim”, pela importância dos Conselhos de Educação envolvendo todos os segmentos, profissionais, também a família. É essencial que a família participe efetivamente da discussão da vida escolar. E que nós possamos ter efetivamente a implantação e sua implementação na prática. Muito obrigado!

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Dou por aprovado em turno único o Projeto de Lei nº 030/11, 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Chicão Silveira** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero parabenizar o Governador do Estado de Roraima **José de Anchieta**, pela feliz indicação do Delegado **Eduardo Vainer**, para Secretaria da Segurança Pública; Doutor **Fernando Olegário** Secretaria Geral, e Doutora **Luciana**, pessoas que conhecem a segurança pública, pessoas dedicadas à sua vida profissional. Parabéns.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, colegas Deputados e Deputadas.

Faço uso da palavra para convida-los para uma Audiência Pública a ser realizada segunda-feira neste Plenário. Essa Audiência Pública tratará da discussão do Projeto de Lei nº 865/11, de autoria do Poder Executivo Federal, que cria a Secretaria das Micros e Pequenas Empresas, Cargo de Ministro do Estado e outros Cargos em Comissão, discutiremos com Parlamentares Federais, Senadores, para encaminhar, através da nossa bancada federal, o posicionamento de uma das categorias que estão inseridas na fusão dessa nova secretaria, que são os profissionais que vão estar demandando os seus interesses junto com essa audiência pública de 9 às 12, a categoria interessada a discutir assuntos com os Parlamentares Federais, é o Fórum Roraimense Solidário.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, uso o Expediente de Explicações Pessoais pra lembrar aos colegas, Deputados que fazem parte da Comissão de Emancipação que abrange os Municípios de Bonfim, Cantá, Mucajaí e Iracema, que a reunião está confirmada para amanhã às 17 horas na sede do Cantá, com a presença do Prefeito Municipal, Vereadores e autoridades do Município. Esperamos contar com os colegas.

A Senhora Deputada **Ângela Portella** – Senhor Presidente, nobres colegas, gostaria de convidar para amanhã a partir das 8:30 aqui no Plenário da Assembleia a segunda etapa na área de informação política. Obrigado.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** - Senhor Presidente, Senhores Deputados, devido o grande volume de chuvas que se estendeu em toda noite de ontem, mais de 100 desabrigados existente em Boa Vista, logo cedo estive no Corpo de Bombeiros e estão com dificuldades na retirada desses desabrigados no tocante ao transporte, gostaria de pedir se alguns dos Parlamentares quiser ajudar o Corpo de Bombeiros, colocar a disposição, caminhão para auxiliar no transporte daqueles desabrigados. E quero convidar os Senhores Deputados que queira após a Sessão visitar o abrigo onde encontra os desabrigados.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, uso de Explicações Pessoais, para falar da Segurança Pública tocante ao Sistema Penitenciário, estamos com pauta de matéria no Jornal Folha de Boa Vista, já tinha denunciado esta possibilidade, que o Ministério Público está estudando de pedir a intervenção nos presídios roraimenses, a super lotação, as condições precárias aos detentos, é uma situação preocupante, seria uma intervenção em nível federal. Isso é ruim para nosso Estado. Então, então queremos manifestar a nossa preocupação, cobrar do governo toda aquela greve que foi acordado entre os policiais e o governo, sou testemunha, não está sendo cumprido e tende pior cada vez mais a questão da segurança. obrigado.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** – Senhor Presidente, gostaria de parabenizar a atitude do Governo de Roraima que cria a operação em prol dos desabrigados, o governo tomou essa iniciativa no intuito de combater, em caráter emergencial, as dificuldades encontradas em todo Estado. A Deputada **Aurelina**, Vice-Presidente da Casa estava presente, no anúncio dessa operação, Deputado **Rodrigo Jucá** também. O Governo convoca os novos Parlamentares para ajudar no que for preciso, os Prefeitos estavam presentes, a nossa realidade todo mundo conhece tanto no Município de Boa Vista, como no interior, os problemas das estradas, vicinais, pontes que estão cedendo.

Quero parabenizar também a Presidente do IBAMA **Nilva Baraúna** por ter colaborado, a quem foi solicitada doação para o

Governo do Estado uma parte da madeira apreendida para realização dessas obras emergenciais. E esta Casa, através do pares, não vai medir esforços para colaborar com o governo nessa operação devido a fortes chuvas que prejudicam a população. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queria fazer uso de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 07, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Portella, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Jânio Xingu, Jean Frank, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 14/06/11

ATA DA 202ª SESSÃO, EM 14 DE JUNHO.
41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS.
 (Em exercício)

Às nove horas do dia quatorze de junho de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima vigésima quarta Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - Lida a Ata. A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) Proceda à leitura do Expediente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Ofício nº 013/11, de 01/05/11, do Deputado **Marcelo Natanael**, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 31/05/11.

- Ofício nº 03/11, de 31/05/11, do Deputado **Damosiel Lacerda de Alencar**, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 26/05/11.

- Ofício nº 038/11, de 01/06/11, do Deputado **Dhiego Coelho**, solicitando encaminhamento do Projeto de Lei nos termos do Art. 176 do Regimento Interno.

- Ofício nº 019, de 03/06/11, do Deputado **Famarion Portela**, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 02/06/11.

- Indicação s/nº, de autoria do Deputado **Francisco Assis da Silveira**, ao Governador do Estado de Roraima, “solicitando a expansão de rede elétrica na Vicinal 7 do projeto de assentamento Paredão Novo, município de Alto Alegre, numa extensão, até o Igarapé Grande, pois as outras vicinais nas imediações já foram beneficiadas com esse bem público. Esse atendimento beneficiaria cerca de 25 famílias de produtores rurais do PA Paredão Novo.”

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

- Mensagem Governamental nº 24, de 13/06/11, submetendo à apreciação, o Projeto de Lei alterando dispositivo da Lei nº 687, de 17/10/08, que dispõe sobre a cartilha dos direitos do paciente.

RECEBIDOS DO TRIBUNAL DE CONTAS:

- Ofício nº 091/11, de 01/06/11, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, solicitando a devolução dos Anteprojetos de Lei encaminhados por meio do Ofício nº 048/11- Presidência TCE, de 18/03/11, para fins de reavaliação do texto jurídico.

- Ofício nº 088/11, de 01/06/11, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, encaminhando o Relatório da Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2011, para efeito de acompanhamento junto ao SIAFEM.

- Ofício Circular nº 008/11, de 06/06/11, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, informando sobre o cumprimento de

Deliberação do TCERR.

- Ofício nº 100/11, de 13/06/11, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, solicitando a devolução do Anteprojeto de Lei que versa sobre a “Estrutura Organizacional, o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Tribunal de Contas do Estado de Roraima e dá outras providências”, na medida em que, também para ele, surgiu a necessidade de revisão jurídica.

EXTERNOS:

- Ofício Circular nº 001/11, de 19/05/11, da Secretaria Nacional de Justiça, informando sobre a Ação 10 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA.

- Ofício nº 1075/11, de 31/05/11, da Superintendência Regional de Roraima, informando sobre o Termo Aditivo de Prazo.

- Ofício nº 452/11, de 01/06/11, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, informando sobre os Termos de Convênio que foram assinados.

- Carta nº 297, de 01/06/11, do SESC, solicitando a possibilidade de agendamento de visita orientada e participação em uma Sessão Plenária, entre os dias 14 e 16/06/11, para 68 alunos do Ensino Médio da Disciplina de Sociologia.

- Ofício nº 42/11, de 01/06/11, da Escola Estadual Professor **Antônio Carlos da Silva Natalino**, solicitando permissão para a visita de duas turmas do 2º Ano do Ensino Médio – 50 alunos, no dia 09/06/11.

- - Ofício nº 1243/11, de 02/06/11, da **Secretaria de Estado da Saúde**, encaminhando dados referentes ao quantitativo de unidades e profissionais de saúde, para análise da possibilidade de criação de um novo município na região sul do Estado, Vila Nova Colina.

- Ofício nº 1394/11, de 02/06/11, da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos, apresentando à servidora **Raimunda Alves Pinheiro**, para desenvolver suas atividades no gabinete do Deputado **Jalser Renier**.

- Ofício nº 15/11, de 02/06/11, do Fórum Permanente de Debates da Educação de Jovens e Adultos, solicitando uma reunião com a Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde dessa Casa, para tratar de assuntos referentes à Educação de Jovens e Adultos no Estado.

- Ofício nº 469/11, de 03/06/11, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, informando sobre os Termos de Convênio que foram assinados.

- - Ofício nº 003/11, de 06/06/11, da Associação Nacional dos Procuradores do Estado, informando sobre Aprovação da proposta de um Procurador-Geral do Estado de carreira.

- Ofício nº 475/11, de 07/06/11, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, informando sobre os Termos de Convênio que foram assinados.

- -Ofício nº 144/11, de 07/06/11, da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos, encaminhando a relação das Escolas localizadas nas Vilas: Nova Colina, Equador e Jundiá.

- Ofício nº 096/11, de 10/06/11, da UNALE, resposta ao Ofício nº 137 do Gabinete da Presidência da ALE – “SOS RORAIMA”.

Era o que constava do Expediente, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) - Proceda à chamada.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Senhora Presidente, Senhores Deputados, imprensa aqui presente.

Antes de me ater ao assunto que quero falar, gostaria apenas de informar aqueles que ainda não sabem, que hoje saiu publicado, no Diário Oficial da União, a posse dos novos juizes eleitorais para comporem o quórum do TRE, e esperamos que daqui por diante, aquelas ações que estavam paralisadas possam ter continuidade no seu julgamento. Foram nomeados pela Presidente **Dilma** o Doutor **Jorge Fraxe** e o Doutor **Stelio Denner** para comporem o quórum do TRE.

Não poderia deixar de ler aqui um artigo do nosso Procurador da República em Roraima, **Doutor Angelo Gular Vilela**, que foi publicado no blog do jornal Fato Real, no dia 01 de junho de 2011. É um artigo que diz muito a respeito da vida política do nosso Estado, inclusive, servindo até para nós, homens públicos, e políticos como reflexão.

O título do artigo diz o seguinte: “Aflições de um Procurador”.

Venho, maios uma vez, como cidadão e roraimense de coração, contribuir com algumas considerações desse dialogo democrático que você realiza em seu blog.

O acompanhamento, diariamente, em todos os meios de comunicação

desse Estado, independente de sua linha editorial ou política. Procuuro também, acompanhar cada comentário dos leitores relativos ao sistema de relevância para nossa sociedade. Como cidadão, quero compartilhar aqui as minhas aflições também, frente aos problemas que enfrentamos diariamente, para tentar fazer de nosso Estado um lugar melhor para se viver.

Nesses poucos anos de Roraima pude ver que as mazelas da corrupção e dos descasos dos governantes, que assolam o nosso povo, são oriundos da perpetuação de uma oligarquia que insiste em tratar a coisa pública como privada, o Estado e as instituições como se fosse feudo. Isso, infelizmente, não é de hoje. Cito como exemplo o escândalo dos gafanhotos.

Diz ainda o Procurador da República no seu artigo, que a corrupção começa na própria sociedade, que nos dia de hoje apesar do acesso mais fácil a informação, se deixa influenciar quando se vendem por promessas vazias e fantasiosas de políticos que têm como bandeira única o interesse próprio.

Em uma democracia como a nossa, ainda precisamos da lei da fixa limpa para nos dizer que nós não podemos confiar nesse ou naquele candidato por não possuir, envergadura moral política para ser nosso representante ou governante. É vergonhoso, como cidadão, ver e sentir que temos o poder de nos mobilizar para assistir nas ruas uma copa do mundo, ou até mesmo para realizar uma campanha de doação as vítimas de desastres naturais, como está ocorrendo agora, mas não temos a mesma iniciativa ou o mesmo comprometimento, de juntos, cobramos dos nossos representantes nos poderes Executivo e Legislativo, uma postura mais digna, transparente e eficiente. Volto a insistir, somos responsáveis por isso, pois o governo é o reflexo da sociedade.

No entanto, entendo, também, que as instituições como o Poder Judiciário, a Polícia Judiciária, os Tribunais de Contas e, sobretudo, o Ministério Público (verdadeiro advogado da sociedade) têm o dever de trabalhar de forma tempestiva e eficiente para minimizar esses problemas. E, nesse ponto, afirmo categoricamente que o Ministério Público Federal tem feito a sua parte. No âmbito das eleições de 2010, a Procuradoria Regional Eleitoral teve atuação firme, de forma preventiva e repressiva. O grande volume de recursos apreendidos e as inúmeras denúncias de compra de votos são resultados de uma repressão efetiva e inédita realizada em conjunto pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal e pela Justiça Eleitoral. A sujeira não foi parar debaixo do tapete. E, quando se resolve combater o sistema, passamos a conhecer suas vísceras, e aí nos chocamos. Mas essa triste realidade não é de hoje, sempre foi assim aqui. E a repressão sim, neste quilate, foi inédita em nosso Estado. Estou errado?

Destaco ainda as ações eleitorais ajuizadas pelo MPF contra candidatos eleitos que violaram a legislação eleitoral. Agora, compete ao TRE/RR fazer a sua parte. No que tange aos inúmeros fatos noticiados de corrupção, posso destacar a operação MÁCULA, na área da saúde, que resultou na união de tantos órgãos/instituições de fiscalização e que está em fase de apuração minuciosa dos documentos apreendidos, para posterior remessa ao MP/RR e ao MPF para tomarem as medidas cabíveis. No âmbito da educação, o MPF, dentro dos limites de sua atuação, investiga o desvio de verbas federais e as fraudes nas licitações. Na área ambiental e do patrimônio público, o MPF obteve a suspensão da regularização fundiária em razão de graves irregularidades nos seu procedimento. O MPF evitou que mais de 200 milhões de reais fossem canalizados para a reforma de um estádio de futebol, sem qualquer sustentabilidade, sem entrar no mérito da razoabilidade deste investimento e do efetivo orçamento dessa obra. Há o problema de eletrificação no interior do Estado no qual o MPF investiga as irregularidades. O MPF firmou Termo de Ajustamento de Conduta com os municípios de nosso Estado para viabilizar, de forma efetiva, o combate ao grande problema de Dengue. Fora isso, há diversas ações/medidas que serão realizadas, mas não posso revelar nesse momento. Enfim, somos apenas seis Procuradores da república no Estado de Roraima, e temos uma demanda gigantesca.

Assim como você, tenho um sonho de viver num Estado melhor, de viver num país melhor. Um lugar onde as pessoas, autoridades ou não, que violarem a lei, possam ter uma resposta célere, efetiva da justiça. Que a sensação de impunidade se transforme em sensação de justiça e que a lei valha de fato, e não apenas de direito, para todos nós, ricos ou pobres, autoridades ou meros cidadãos. Ingressei no Ministério Público federal acreditando que aqui poderia dar minha contribuição. Sonho em deixar para os meus filhos uma sociedade melhor que aquela que recebi dos meus pais. Assim como você, vou continuar acreditando nas instituições democráticas. Se um dia acordar e sentir que nada do que faço esteja valendo à pena para mudar esse

quadro, peço exoneração do meu cargo e vou ser professor. Quero e preciso me sentir útil.

Esse artigo que eu considero de extrema importância para o nosso Estado foi publicado no dia 1º de junho no blog Fato Real, artigo esse que foi escrito pelo Procurador Geral da República e que nos dá o alento de sabermos que as instituições de controle estão trabalhando. Apesar do trabalho que nós fazemos nesta Casa, precisamos do apoio também dessas instituições e, por isso, é que peço que conste nos Anais desta Casa o artigo do procurador da República, Doutor **Ângelo Goulart Villela**. Muito obrigado e um bom-dia a todos

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Senhora Presidente, peço permissão para me retirar do Plenário, tendo em vista que, minha esposa acabou de receber alta do hospital e preciso ir buscá-la.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Antes do Senhor sair, gostaria de parabenizar o novo pai do Estado, Deputado **Jalser**. Boa sorte para você e sua família.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Excelentíssima Senhora Presidente, Deputada **Aurelina**, em nome da qual cumprimento os demais colegas Parlamentares aqui presentes, senhores e senhoras, trabalhadores. Em nome da companheira **Eunice**, do Sindicato dos Servidores do Judiciário e do Legislativo, quero cumprimentar os demais servidores aqui presentes, assim como, também, quero cumprimentar os trabalhadores da saúde, os trabalhadores que foram aprovados no concurso e aguardam serem chamados em breve. Estamos trabalhando para isso. Acredito que vai dar certo.

Então, Senhores e Senhoras, meu muito bom-dia.

Gostaria de usar meu pronunciamento para manifestar a minha satisfação com a atuação dos heróicos bombeiros militares do nosso Estado, os quais vêm desempenhando bem suas missões no atual “estado de calamidade” decretado em Roraima. Eles estão atuando sem equipamentos adequados, sem salários dignos, mas com a motivação de seu honrado lema: “Vidas alheias, riquezas a guardar”.

Cumprimento o nosso colega **Sargento Damosiel**, que participou efetivamente das operações do Corpo de Bombeiros nos quatro cantos do Estado. Sabemos que não é fácil o momento pelo qual o Estado de Roraima passa. Já havia falado que Roraima vinha passando pó um estado de calamidade por causa da gestão do nosso Estado na saúde, na educação e, com essas chuvas, tivemos uma calamidade que elevou o quadro, vamos dizer assim, ainda mais o intensificando, inclusive, no interior do Estado, principalmente em Caracará onde quase 80% da cidade foi tomada pelas águas.

Então, é nesse sentido que eu quero cumprimentar e me sentir orgulhoso do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil do Estado que, mesmo sem as condições adequadas de serviço, mesmo não estando preparados para enfrentar as intempéries da natureza, fizeram o seu trabalho a contento.

Estão de parabéns, bem como, toda a sociedade civil que se organizou, demonstrou solidariedade nesse momento pelo qual passa o nosso Estado e, com isso, conseguimos minimizar o sofrimento da nossa população.

Então, Senhora Presidente, demais colegas aqui presentes no momento em que ouvimos o clamor de socorro do nosso povo devido a um fenômeno natural, as chuvas torrenciais nas cabeceiras de nossos rios, não nos surpreendemos a contemplar que nem o fogo, nem água, nem as alturas, nem as profundezas, nada disso pôde afastar nossos bombeiros de seu chamado. Então, mais uma vez estão de parabéns os colegas praças e os oficiais do Corpo de Bombeiros.

Também manifesto a minha vergonha ao observar a falta de habilidade política do Governador **César Maia**, ao transformar um movimento reivindicatório dos Bombeiros Militares do Rio de Janeiro em uma tragédia de repercussão internacional. Infelizmente, por falta de sentar e conversar com a categoria, com os bombeiros militares que neste País e no mundo todo são a categoria mais bem reconhecida, naquele momento, no Rio de Janeiro, após dois meses de reivindicações, de ato público, de passeata nas ruas, aqueles bombeiros, em coletividade, decidiram ocupar o quartel do Corpo de bombeiros em forma de protesto, por não estarem sendo ouvidos. Visto que não estavam sendo respeitados e, foram tratados como bandidos por parte do governo do Rio de Janeiro.

A mídia noticiou o fato que repercutiu nacionalmente. Os bombeiros foram surpreendido com tiros de fuzil, bomba de gás lacrimogêneo 439 bombeiros foram presos, retirados do seio das suas famílias simplesmente porque estavam reivindicando melhoria salarial. Um bombeiro do Rio de Janeiro ganha hoje em média 940 reais, salário indigno com uma profissão tão respeitada, tão querida pelo nosso

povo. Aquele fato no Rio de Janeiro não é muito diferente, Deputado **Brito**, do que aconteceu aqui no nosso Estado. Recentemente, em 2009, no dia 30 do mês de março, tivemos aqui algo parecido e, por pouco, não aconteceram as agressões graves que ocorreram no Rio de Janeiro, mas, por vontade política, por parte do Governo, na época houve massacre, prisões, transferência de policiais e bombeiros.

A habilidade por parte dos nossos governantes de conversar, dialogar, buscar um entendimento, se faz necessária com todas as categorias e, também, está incluído nesse processo os policiais militares. Tantos os bombeiros como os policiais militares, em todo o Brasil, hoje, fazem movimentos reivindicatórios. Nesse momento há movimento em Rondônia, em Minas Gerais, no Ceará. Até quando? Vai ser preciso um movimento a nível nacional, uma paralisação dos bombeiros a nível nacional para que essa categoria seja ouvida? Esperamos que isso não aconteça, apelamos a classe política. Recentemente, estivemos em Brasília e participamos da instalação da Frente Parlamentar em defesa da PEC 300, que cria o piso salarial do Policial Militar e Bombeiro, civis e militares. Participamos de audiência pública e hoje falta essa PEC ser votada, em segundo turno, na Câmara dos Deputados. Esperamos que isso aconteça e não tenha outro movimento a nível nacional ou a nível de Estado, onde trabalhadores são tratados com desrespeito, a margem da lei, tendo seus anseios ignorados, bem como, suas necessidades enquanto cidadãos. Então, quero pedir o apoio da classe política para que tenham uma atenção especial com todos os trabalhadores do nosso Estado. Não temos outro meio de nos organizarmos se não for através das nossas entidades e aí, às vezes, faz-se necessário para sermos ouvidos, uma greve, uma paralisação, que faz parte do processo democrático. Agora, não faz parte do processo democrático pegar as forças nacionais especializadas e jogá-las contra os trabalhadores. Isso vai contra os nossos princípios, contra os princípios da democracia.

Então, nesse sentido, quero repudiar o ato do Governador do Rio de Janeiro, assim como repudiamos, também, o ato de qualquer governo, inclusive do Governo do Estado de Roraima em não sentar e conversar com a classe trabalhadora. Aconteceu algo se deu parecido, recentemente, quando foi aprovada nesta Casa uma reposição salarial de 4,5% para os servidores do Poder Executivo e em momento algum houve diálogo, entendimento, simplesmente o governador mandou os 4,5%, a base governista votou, passou com o rolo compressor e quando a categoria foi chamada para conversar com o Governador, foi para participar do ato solene para assinar o decreto e sancionar a lei, e não para discutir. Aí, as categorias se reuniram aqui na Assembleia, no SINTER, protocolaram um documento junto ao governo do Estado dizendo que não aceitavam os 4,5%, e que, queriam sentar e conversar com o Governo para, no ano seguinte, discutirem qual será a reposição, qual será o reajuste aprovado para os trabalhadores. Simplesmente o Governador ignorou e foi até mal educado ao receber a categoria de trabalhadores dizendo que na Casa dele só recebia quem ele gostava. Então, ele não gostava das pessoas que estavam ali, em outras palavras, pediu para se retirar. O Governador esqueceu que aquela Casa não é dele, é do povo, ele está ali de passagem, foi colocado lá pelo povo e tem que respeitá-lo, visto que os trabalhadores se fazem se representar pelos sindicatos e pelas entidades.

Quero, também, repudiar a forma com que o governo do Estado de Roraima vem tratando a classe trabalhadora e os servidores, sem dialogar, sem buscar um entendimento para as reposições salariais e para os possíveis reajustes salariais que esses trabalhadores merecem, afinal, há trabalhadores no nosso Estado que ganham menos de um salário mínimo hoje. Então, nesse sentido, quero manifestar, mais uma vez, essa preocupação, demonstrando e reconhecendo o trabalho heróico do nosso Corpo de Bombeiros, na pessoa do seu oficial mais antigo, Comandante Coronel **Leocádio**, que está de parabéns pela atuação, que tem exercido com toda dedicação a sua profissão ao defender a sociedade roraimense.

Mais uma vez, quero repudiar o ato do Excelentíssimo Senhor Governador do Rio de Janeiro pela forma como ele tratou àqueles bombeiros. O ocorrido vai custar caro para ele politicamente. Enquanto ele for político, o fato será lembrado, assim como, também, os policiais e os bombeiros de Roraima jamais irão esquecer a forma truculenta com que o atual Governador tratou o movimento de 2009, em que onde os policiais reivindicavam melhorias salariais e melhores condições de trabalho.

Portanto, era isso Senhora Presidente. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu vou começar lendo um verso do poeta paraibano **Eduardo Alves da Costa**: Na primeira noite eles se

aproximaram, roubaram uma flor do nosso jardim, e não dissemos nada; na segunda noite já não se esconderam, pisaram as flores, mataram nosso cão e não dissemos nada; até que um dia, o mais frágil deles entrou sozinho em nossa casa, nos roubou a luz e conhecendo nosso medo, nos arrancou a voz da garganta e não podemos dizer nada. Trago esse poema para reflexão do que eu vou colocar aqui na Casa hoje. Em certa ocasião estava assistindo uma palestra do economista **Delfim Netto** e, em uma determinada altura da sua palestra, ele disse algo que eu memorizei: “Nós podemos até levar o burro à fonte, mas não podemos obrigá-lo a beber água”. Digo isso porque eu tenho aqui em mãos a terceira alteração de uma empresa chamada FACE ENGENHARIA LTDA, cujo um dos sócios é o Senhor **Ítalo Reges Pereira** que tem 97,5% do capital social da empresa, e a Senhora **Gleide Silva Riso**, que tem 2,5% ou seja, do capital social integralizado de um milhão de reais, um tem 975 mil e o outro tem 25 mil reais. E, na própria alteração contratual, na terceira, mostra que os poderes dessa empresa são delegados ao Senhor **Ítalo Reges Pereira**. A Secretaria de Obras licitou há poucos dias o processo 5035/2010, cujo objeto é a construção do Centro Social Educativo para adolescentes em Boa Vista. Vencedora da obra, a empresa FACE ENGENHARIA LTDA. Valor da obra, seis milhões e meio de reais, obra de convênio com o Governo Federal. Fiquei um pouco perplexo porque quem vai homologar e assinar o empenho dessa obra, é a Secretária de Trabalho e Bem Estar Social da SETRABES. Sabe quem é o **Ítalo**? É o esposo da Secretária. Sabe quem é a **Gleide**? É a mãe da Secretária da SETRABES. Será que a Secretária poderia contratar o marido ou a mãe para ter um cargo comissionado por um menor valor que fosse? Claro que não, porque por lei nepotismo já com a súmula estabelecida pelo Supremo, nepotismo não pode existir. Eu deixo uma pergunta para reflexão dos Senhores: Será que ela pode homologar e assinar o empenho para uma obra que é de convênio com o Governo Federal de seis milhões e meio destinados ao marido e a mãe?

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Isso é como se diz aquele ditado no nordeste, é bater o escanteio, correr para a área para cabecear e fazer o gol. É grave a denúncia que Vossa Excelência trás a esta Casa e, eu creio que temos que tomar providências no sentido de denunciarmos isso e, se possível, cancelarmos essa licitação. Isso é uma imoralidade, parece que ninguém tem mais medo de nada e nem o cuidado de pelo menos contratar uma empresa diferente. Eu não sei se é porque eles não confiam nos outros, acham que vão ser roubados e preferem fazer licitação com uma firma que seja deles mesmos.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua. – Obrigado Deputado. Como todos nós sabemos o **Ítalo** é um dos donos, tem 60% da empresa Sistema Boa Vista de Comunicação LTDA, desde 91. Tenho aqui todos os contratos. A quarta alteração do contrato da empresa Sistema Boa Vista de Comunicação tem o ingresso do Senhor **Ítalo**, juntamente com outro sócio. O **Ítalo** tem 60% e o outro sócio tem 40%. O **Ítalo** é esposo da Secretária que, por sua vez, é sócio da mãe da Secretária. Ele é sócio majoritário desse sistema de comunicação. Eu não tenho documento em mãos, mas o que se fala na raia miúda é que o **Ítalo** acabou de comprar a parte do outro sócio por 5 milhões de reais e, agora, é 100% dono das cotas da empresa Sistema Boa Vista de Comunicação. Aqui está, também, a quarta alteração do contrato social da empresa Sistema Boa Vista de Comunicação. Eu pergunto, então: Cadê o princípio da moralidade, da impessoalidade, da legalidade? Se alguém argumenta que é legal, mas é frontalmente imoral, é desrespeitoso. Eu já descobri que ele tem um convênio para a ampliação do Centro Estadual Profissional. Já existe uma obra do Ministério da Educação, do programa Brasil Profissionalizado, em torno de um milhão e seiscentos mil reais. Em duas obras nós vemos esse cidadão com dois contratos de convênios superior a oito milhões de reais. Eu acho muito, porque nós vivemos numa crise, as pessoas estão passando necessidade. Quantos de nós visitamos as pessoas quer seja na periferia, nos municípios? Neste fim de semana, eu e a **Ângela** fizemos uma visita a um pai que cuida de 03 filhos. Ele não tem mulher e simplesmente está doente e nós, ao o visitarmos, veio algo que me chocou, foi uma verdadeira conversa com a fome, nós dialogamos com a necessidade, com a fome. A criança come um pão de manhã com café e não almoça. A família não coloca a panela no fogo, porque não tem o que cozinhar, você se escora no fogão e ele está frio porque não cozinhou. Aí, você vê essas coisas imorais, agressivas e familiares. Eu trago essa denuncia bastante preocupado, parece que as pessoas não têm mais medo, parece que não acreditam mais no poder de fiscalização, quer seja desse Poder, do Tribunal de Contas, do Ministério

Público. Parece que o governante é um rei, cercado de rainhas, princesas e condesas. Não pode, meu Deus do céu, a sociedade merece o mínimo de respeito, a sociedade não pode ser violentada, agredida, levada na chacota, eu não sei nem as palavras, realmente é algo que é impactante. O cidadão tem a mulher que é Secretária, tem uma empresa em que ele e a mãe da Secretária ganha uma obra que ela vai homologar. É algo muito preocupante e eu deixo uma pergunta no ar, Deputado **Ionilson Sampaio**, será que esse cidadão paga o IPTU em Roraima? Deputado **Erci de Moraes**, Será que ele paga o IPVA em Roraima, ou será que ele está aqui enquanto a coisa está boa e quando não estiver ele vai embora, porque a vida dele é fora do Estado? Fica feito esse registro e, quero dizer que faço isso lamentando pela forma como estão tratando a coisa pública em Roraima, obrigado.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu quero, hoje, começar me solidarizando e propondo que esta Casa produza uma Moção de Pesar ao falecimento de um pioneiro da antiga colônia Brás de Aguiar, Senhor **Manolo**, antigo enfermeiro daquela localidade, com vasto círculo de amizades, relacionamentos, e que se não me falha a memória, já foi objeto de homenagem da Comenda Cidadão orgulho de Roraima por esta Casa quando realizamos, na legislatura passada, as Sessões itinerantes. Um cidadão que realmente representa o que temos de melhor ou representou em termos de cidadão orgulho do nosso Estado. Quero transmitir aos seus familiares esses votos de profundo pesar. O município do Cantá e Estado de Roraima perdem um dos seus filhos que muito contribuiu com este Estado. Emigrante, como nós, de São Paulo, aqui se estabeleceu, constituiu sua família, e dedicou toda sua vida a este Estado. Queríamos, por fim, fazer uma rápida abordagem com relação ao momento em que vive o nosso Estado. Estamos numa situação de calamidade pública com enchentes sem precedentes na história do Estado, enquanto antigo Território de Roraima, que tem trazido muitas angústias, preocupações, sofrimentos a milhares de famílias, mas cujo episódio tem servido para demonstrar o espírito de solidariedade dos nossos irmãos de Roraima, tanto aqueles que aqui nasceram, como aqueles que escolheram o Estado como sua terra para aqui viverem. Solidariedade essa que tem permitido proporcionar apoio, ajuda imprescindível, necessária àquelas famílias diretamente afetadas pela situação de calamidade. O Governo Federal já demonstrou a sua responsabilidade. O Ministro da Integração, veio aqui, os nossos governantes e legisladores todos estão fazendo a sua parte e a sociedade se mobilizando. Já começaram a chegar as doações dos brasileiros de outros Estados que, certamente, se manifestarão nos próximos dias com mais intensidade. Hoje, nessa manhã, como um novo alento, as águas começam a baixar com certa velocidade, o sol voltou a brilhar e nosso céu voltou a se manifestar como o chamado céu azul.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio**. – Nós temos que ter uma preocupação real nesse momento com o problema das enchentes. O momento posterior também é preocupante, mesmo com as águas baixando. Ontem, conversando com o Deputado **Chico Guerra**, Presidente desta Casa, indignado que já existe alguns casos de hepatite no Município de Caracará, e uma preocupação muito grande com relação à leptospirose, doença transmitida pela urina do rato, característica das enchentes. Os cuidados têm que ser dobrados. Fazemos um apelo às autoridades da saúde para que sejam extremamente vigilantes com essas áreas que estão sendo inundadas, com as crianças que às vezes, tomam banho com aquela água, pois a leptospirose é contagiosa e infecciosa. Então, temos que ter bastante cuidado, porque é quando as águas estão abaixando que o momento é crucial para ficarem atentos a vigilância e a saúde. Parabéns pelo Pronunciamento de Vossa Excelência. Esperamos que esse recurso que o Governo Federal disponibilizou, visto que existe uma diferença, pois os 15 milhões estão disponibilizados, o que não significa que vem efetivamente para o Estado, já que temos que apresentar o plano de ação, como vamos gastar o que pode ser gasto efetivamente, naquilo que é para atender o estado de calamidade, relativo à enchente, porque existe algumas ações em que não pode ser utilizado esse dinheiro. Conversamos aqui, ontem, com o pessoal da defesa civil, e tem que ter a anuência do Coordenador Nacional da Defesa Civil para a utilização desse recurso. Graças a Deus, porque ouvimos ontem dele, do próprio Coordenador da Defesa Civil, que alguns gestores ficam achando bom o fato acontecer, decretam Estado de emergência, vem dinheiro do Governo Federal e a gastamos do jeito que quisermos. Infelizmente, isso ainda ocorre em nosso Estado, mas, não é bem assim, felizmente, existe toda uma lógica da liberação desse dinheiro. Parabéns e vamos acompanhar a execução das transações chamando a atenção para o

problema da saúde, que agora tende a se agravar. Obrigado.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** continua. – Obrigado, peço a Mesa para inserir o aparte do Deputado **Ionilson** em nosso pronunciamento.

Vossa Excelência lembra com muita propriedade, e concordamos, que depois da cheia vem a sequela, e que elas realmente têm que ser atendidas.

Quero terminar esse pronunciamento chamando a atenção para um fato que traz consequências críticas do momento que vivemos, que Oxalá queira Deus, que nossos dirigentes, governantes, políticos aproveitem a oportunidade para tirar lições e que nessa hora estendam as mãos e que cada um faça uma reflexão das suas respectivas posturas e comportamento político, gerencial e administrativo. Não se concebe que se coloque, muitas vezes, os interesses pessoais acima dos interesses do Estado e da coletividade. Vimos manifestações nesse sentido, mas esperamos e pedimos aos céus que não seja apenas uma passagem episódica, que a maturidade, por fim, comece a prevalecer nos nossos dirigentes maior, nossa classe política, para que possamos levar o nosso Estado ao rumo mais seguro, ao porto mais seguro e a dias melhores. Muito obrigado

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados presentes.

Senhor Presidente, primeiramente, gostaria de ser solidário aos irmãos roraimenses, a todos aqueles que estão sendo assolados por essa crise que hora permeia o nosso Estado como um todo. Sofrem as crianças, os adultos, os idosos, na capital e no interior do Estado. Gostaria de prestar o meu carinho e solidariedade a todos que estão sendo atingidos nesse momento. Quero parabenizar a Associação dos distribuidores e atacadistas que, irmanados com meu gabinete, confeccionaram 1.500 cestas básicas. Desde o início dessa tragédia estamos dando assistência a 127 famílias que foram atingidas, principalmente, na capital. Nós prestamos os primeiros socorros no sentido de tirá-los das áreas alagadas, os alojamos e estamos dando toda a assistência até que essas pessoas consigam voltar novamente para seus lares e tenham, novamente, de volta suas dignidades.

Quero, também, Senhor Presidente, deixar aqui a minha insatisfação com o Governo do Estado. No dia 08.06.11 fui procurado pelo Vice-Governador do Estado que me pediu uma reunião com os distribuidores e atacadistas desse Estado e, prontamente atendi. Fomos até o Corpo de Bombeiros, onde nos comprometemos que teriam estoque e alimentos para atender toda a população, que não precisava correr para os supermercados para comprar mais do que o necessário para sua alimentação e a partir daí fazer estoque. Nós garantimos que eles iriam trabalhar com os mesmos preços sem aumentar os custos, e o governo se comprometeu que iria disponibilizar balsa de grande porte para transportar os caminhões de Vista Alegre até Caracará. De pronto mandamos vir do Amazonas gêneros perecíveis que eram os únicos que corriam riscos de faltar: frango, queijo, iorgute e verduras. Os caminhões chegaram até Vista Alegre e o governo do Estado não disponibilizou a balsa para que os produtos passassem. Mas, não é só os produtos e os prejuízos que estão atormentando os empresários, estão solidários, também, as famílias daqueles caminhoneiros que ali estão, uns com 15 dias de permanência em Vista Alegre, sem assistência. Sábado, passei o dia todo de Vista Alegre para Caracará, eles não tinham uma estrutura de alimentação, de banheiros, não tinham como tomar banho, lá havia crianças, adultos, idosos, que precisam dessa estrutura mínima. Procurei o Governo do Estado no sentido de priorizar essas famílias. Uns já estavam acometidos por doenças. A balsa que está lá é do Passarão e atravessa 04 caminhões. No sábado, à noite, quando saí de lá, havia 200 caminhões em Vista Alegre e 500 em Rorainópolis e, com 04 caminhões que a balsa comporta, não havia condições de dar vazão a toda aquela demanda. O Governo do Estado se comprometeu que viria uma balsa do Amazonas que atravessaria 40, 50 caminhões de uma vez só. As pessoas estão desassistidas, tanto em Caracará como em Vista Alegre, e não existe um porto para atracar a balsa, e mais, a balsa só estava transportando combustível, os produtos perecíveis só começaram a transportar ontem.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Obrigado Deputado **Brito**. Ontem, estive conversando com o **Leocádio**, do Corpo de Bombeiros e, muito firmemente, digo que em Caracará existem umas preocupações. Primeiro, algumas coisas têm que ter prioridade para passar na balsa: produtos perecíveis, medicamentos, oxigênio para o hospital, porque se faltar oxigênio, ficaria pior nas unidades hospitalares. Essa é a lógica, você tem não liberar aquilo que tem prioridade. O gás de cozinha, que estava faltando

na cidade, tentou-se uma solução de abastecimento pela BR-432, para ver se os caminhões poderiam vir por lá. Ai vem uma carreta carregada de trigo, com excesso de peso, e destrói a ponte que hoje poderia está servindo de acesso. Os caminhoneiros, muitas vezes, põem excesso de peso nas carretas e, na tentativa de vir pela BR-432, acabaram a interditando. O Governo do Estado tem que decidir qual a solução que irá tomar, se vai alugar uma nova balsa, se vai recuperar a 432 até desafogar aquela fila, mas, precisa tomar uma atitude rápida e urgente sob pena continuarmos penalizando a sociedade. Obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. - Obrigado Deputado, mas, a minha questão não é quanto a prioridade. Entendo perfeitamente as prioridades, oxigênio para hospital, produtos perecíveis, eles têm que ter prioridade, mas não estavam sendo priorizados, a prioridade era combustível, e quem acarretou a falta de combustível nos postos foi a correria desvairadas da população por falta de informações, pois não iria faltar combustível, mas as pessoas entenderam que iria e, realmente faltou em alguns postos, por isso priorizaram apenas o combustível. A minha crítica é quanto ao compromisso do Governo do Estado de mandar uma balsa lá do Estado do Amazonas que atenderia aquela demanda prontamente. Veja só Vossas Excelências, 200 caminhoneiros irritados em cima daquela ponte, pium do tamanho de uma galinha, pessoas sem alimentos, sem estruturas para tomar banho, suas famílias em casa desesperadas, sem dinheiro. O caminhoneiro vive de frete e o Governo nem satisfação dá. Quero louvar o trabalho do Corpo de Bombeiros, os recursos humanos existem, estão prontos, dia e noite, o que não existe é a estrutura física. O que o Governo do Estado fez? Montou um palco, onde o ator principal diz que estão sendo atendidas todas as pessoas que estão com problemas por conta do alagamento. Realmente estão, as distribuições de cestas existem, só o meu gabinete junto com as pessoas que me ajudam foram 1.500, cestas básicas que foram distribuídas até hoje, que foram doadas pela sociedade civil e por empresários, políticos, ou seja, nenhuma comprada pelo Governo do Estado. Estou sabendo apenas de uma compra feita pelo Governo do Estado, no Estado do Amazonas, de 10 mil, enquanto há empresários aqui que estão com seus comércios abertos e vendem mil reais, dois mil reais, e o governo do Estado compra 10 mil no Estado do Amazonas. Por que não prioriza nosso Estado? Quando vai pedir voto é aqui, impostos são cobrados aqui, tem que gerar empregos e rendas, aquecer a economia aqui, a minha crítica é quanto a isso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chico Guerra** – Deputado Brito, o problema da balsa é que o rebocador que está atendendo é da Petrobras. Para subir a balsa que vinha com um milhão e cem mil litros de gasolina, há uma ponta d'água que o rebocador que vinha trazendo não tinha condições de subir. Então, no domingo, tiveram que parar todas as atividades daquela balsa do Passarão para que o rebocador fosse lá e trouxesse a balsa até o terminal. Ocorre que para descarregar a balsa no terminal, o problema é que a segurança tem que está ali. Domingo, o dia todo, na noite de domingo para segunda-feira e a metade da manhã de segunda-feira, o rebocador ficou a serviço da Petrobrás que é a dona, depois voltou e está tentando resolver o problema com dificuldade. Com relação às cestas básicas, elas foram doadas pelo Governo Federal. Essas 10 mil cestas que estão chegando de avião eu acho que se fossem compradas aqui seriam muito mais baratas, mas a responsabilidade de aquisição delas, é do Governo Federal que fez a doação para atender as pessoas necessitadas.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu queria dizer que o Governo do Estado não comprou cestas básicas, a doação foi do recurso do Governo Federal. E ontem, acho que deve ser registrado até para defender os Deputados, chegou uma denúncia que os Deputados estavam interferindo no transporte da balsa do Rio Braço, para transportar os produtos deles, dos que eram comerciantes, deixando o povo de lado. Eu disse que não tinha Deputado comerciante que isso não era verdade. Agora, estou vendo que até tenho interpretado mal. Eu chamei o Corpo de Bombeiros e o Chefe Geral da Defesa Civil de Brasília veio aqui, e eu perguntei se poderíamos contratar balsa particular para ajudar. Ele disse à Defesa Civil que não paga, que ela está aqui para atender a prioridade dos desabrigados, ela só paga se for para transportar o remédio, combustível, oxigênio. O momento, é que a sociedade entenda que a prioridade não é o comércio, e sim do desabrigado doente, da emergência, da ponte que caiu. Infelizmente, a questão do Rio Branco, nós fomos lá também, é difícil, não tem porto, tiveram que improvisar, pois já caiu um caminhão no rio. É uma situação de emergência e não temos como nos organizar de outra forma.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. - Obrigado

Deputada **Aurelina**. Lamentavelmente não dá prioridade às compras aqui no Estado de Roraima não é correto. Não acredito de maneira alguma que o Governo do Estado não tenha como influenciar na compra dessas cestas básicas. Se o problema é no meu Estado, que se compre no meu Estado. Roraima é um Estado da Federação, se há alimentos aqui, porque comprar no Estado do Amazonas?

Quanto à prioridade, Senhoras e Senhores Deputados, eu sei perfeitamente que são os desalojados e desabrigados, e todos nós estamos investindo nesse propósito, atuando para atendê-los, é tanto que a classe civil organizada, a classe política, os religiosos, todos estão imbuídos nesse sentido, mas não é porque é prioridade dos desalojados que nós temos que despriorizar as pessoas que estão ali. Temos 200 caminhoneiros que têm família e estão passando fome, necessidades e, estão com problemas de saúde. Gostaria que o Governo do Estado visse e ouvisse essas pessoas e começasse atendê-las, já que a prioridade é o desalojado e desabrigados e começarmos a atender aqueles que estão lá, porque são seres humanos, pagam impostos e estão precisando de nossa colaboração.

Gostaria de pedir a Mesa que solicitasse do Governo do Estado todas as planilhas e que fossem enviadas aos Ministérios das Cidades, Ministério da Integração, para saber quanto é, realmente, o recurso que vem para nosso Estado, aonde serão investidos e de quem vai ser comprado, já que não existe licitação. Faça um apelo ao Ministério Público da União e do Estado para que acompanhem de perto esses investimentos, essas compras para que não haja favorecimentos de outras pessoas, e sim daqueles que estão necessitando do apoio do poder público.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Deputado, gostaria de reafirmar aquilo que disse em meu pronunciamento. O Estado, do meu ponto de vista, já se encontrava em um estado de calamidade muito antes dessas chuvas, faltava de um tudo. Por exemplo, no Corpo de Bombeiros, composto por homens dispostos, aguerridos, que abriram mão de seu lar, com dedicação exclusiva, 24h à disposição da sociedade, mas chegamos ao cúmulo de ter apenas sete balões de oxigênio para enfrentar a calamidade, pois sete balões de oxigênio não servem sequer para salvar uma vida ou para realizar a busca de um desaparecido em qualquer água dos nossos rios, porque precisam de, no mínimo, nove. Está aqui o Deputado **Sargento Damosiel** que conhece bem esse trabalho. Então, quero dizer que não tínhamos estrutura nenhuma para enfrentar essa calamidade, pois o que temos hoje são apenas homens da Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, dispostos a enfrentar com muita dignidade esses intempéries da natureza. Agora, eu pergunto. O Governo estava preparado para isso? Não! O Governo tem feito disso um palco, querendo tirar proveito político, para tirar a atenção da saúde que está calamitosa, da segurança, da educação. Tudo isso foi esquecido, e aí nesse momento, buscamos dinheiro, dinheiro, mas sabemos que dinheiro o Estado tem. Hoje o Estado de Roraima é o Estado que mais recebe recursos federais, em comparação com outros Estados. Então, esse é um fato e o que falta é credibilidade naquilo que o Governo fala. O Governo tem se comprometido com trabalhadores de várias categorias, mas não tem cumprido. Também não cumpriu o compromisso com os Senhores. Houve uma cena interessante, Deputado, um cidadão assistindo televisão, viu a mais alta autoridade do nosso Estado tentando tranquilizar a sociedade, dizendo que poderiam ficar tranquilos que não faltaria combustível. E, a minha surpresa foi à reação do cidadão que estava assistindo a televisão, que disse que já iria para o posto porque a autoridade mentia muito, pois se ele estava dizendo que não iria faltar, é porque iria. Portanto, essa é a imagem que temos hoje do atual Governo do Estado de Roraima, um Governo sem credibilidade que, mais uma vez, deixou de cumprir seus compromissos.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. – Obrigado Deputado. Gostaria de reafirmar aqui o meu compromisso com o Corpo de Bombeiros que está prestando um excelente serviço à nossa sociedade atendendo com presteza os desalojados e desabrigados. O Corpo de Bombeiros está de parabéns. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não havendo mais nenhum orador inscrito para o Grande Expediente e não havendo Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Quero parabenizar a Mesa pela iniciativa de solicitar que os Projetos a serem votados nesta Casa sejam discutidos, primeiramente, nas Comissões, e não como vinha acontecendo, pois perdíamos a oportunidade de discutir com as classes trabalhistas. Estamos com a classe de trabalhadores da saúde aqui. Eles estão na expectativa de discutir o projeto e nós queremos ouvi-los, e com a atitude da Mesa, teremos essa oportunidade.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Senhora Presidente, quero parabenizar a Assembleia Legislativa pela realização da campanha de arrecadação de donativos, com o envolvimento dos gabinetes, tendo em vista, que todos os Parlamentares estão envolvidos de forma direta nessa questão. Está sendo uma campanha muito bonita e interessante. Continuamos arrecadando alimentos das pessoas que ainda querem doar, porque o problema maior vem exatamente agora depois que as águas baixam e ainda existem pessoas que estão sem a devida assistência. Então, precisamos manter essa campanha ativa.

Informo, também, que a UNALE pediu a Assembleia Legislativa que abrisse uma conta específica para que pudesse fazer uma campanha junto com as outras Assembleias Legislativas do Brasil, para que as pessoas e Deputados de outros Estados possam colaborar com recursos financeiros para tender as nossas famílias desabrigadas. Enfim, para ajudar àquelas pessoas que estão necessitando tanto. Portanto, parabéns à Mesa Diretora pela iniciativa de contatar a UNALE e envolver o Brasil todo, afinal, quando há tragédias em outros Estados, o povo roraimense tem sido muito solidário.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhora Presidente, gostaria de fazer uso da palavra para convidar os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para que nos reunirmos aqui, neste Plenário, após esta Sessão.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhora Presidente, quero apenas fazer o registro de que dei entrada, nesta Casa, em uma alteração na Proposta de Emenda a Constituição, proposta pelo Governador do Estado, que trata da carreira dos Procuradores do Estado. Já protocolei na Comissão Especial, mas gostaria de fazer a leitura dos tópicos que estamos fazendo as modificações, para depois discutirmos na Comissão Especial criada para analisar a matéria. Aqui, a proposta pode ser modificada pela Comissão, pelo Plenário, o que importa é que gostaríamos que essa Emenda fosse discutida com as alterações apresentadas pelos Deputados que a subscreveram.

Obtive informações, através dos Procuradores do Estado, de que alguns membros da Assembleia Legislativa disseram a eles que a emenda não teria sido votada porque a oposição, através do seu líder, estava obstruindo, criando problemas para que ela não fosse votada. De fato eu não tinha conhecimento desta Emenda, sabia que estava tramitando nesta Casa, mas em nenhum momento tinha feito sequer a leitura, porque só costumo ler as Emendas e emitir pareceres depois de discutidas pela Comissão Especial. Portanto, é inverídica, mentirosa a afirmação de que a oposição estaria criando problemas para que a Mesa Diretora colocasse em votação essa Proposta de Emenda a Constituição. As modificações que estamos colocando, Senhora Presidente, para deixar claro que quando fazemos é para que todos saibam. É que no primeiro artigo da proposta apresentada pelo Governador, estamos acrescentando, no final do parágrafo: “vedado, em qualquer caso, a percepção de outra vantagem e o exercício da advocacia privada pelos Procuradores do Estado”. É o que nós estamos acrescentando. No artigo segundo, parágrafo primeiro coloca “que o Procurador Geral do Estado e o Adjunto serão escolhidos em lista triplíce, indicados pelos Procuradores”. Então, aprovada esta emenda, o Procurador Geral do Estado e o Adjunto, serão escolhidos entre aqueles de carreira da Procuradoria Geral do Estado. No parágrafo terceiro, Senhora Presidente, colocamos “os Procuradores do Estado a partir desta Emenda, terão regime de dedicação exclusiva”, e, estamos criando o parágrafo quinto, “que o Procurador de Estado da carreira, que exercer a advocacia privada, ou seja, terá o direito de optar, pois se ficar com a dedicação exclusiva não terá o direito de advogar e se ele não quiser dedicação exclusiva, ele terá uma redução salarial de 40% sobre o subsídio que os outros terão direito”. E, no final, diz o seguinte: “os subsídios dos Procuradores do Estado serão fixados em Leis Complementares, acrescidos”. Essa é a nossa proposta para ser discutida na Comissão e no Plenário, Senhora Presidente, ouvindo a Consultoria Legislativa desta Casa e, claro, ouvindo os Procuradores do Estado para que possamos discuti-la aqui.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhora Presidente, quero convidar a Comissão Especial Externa, constituída pela Resolução nº 025/11, para hoje, dia 14/06, às 15:00, participar da arguição do Senhor **Hamilton Gondim**, para exercer o cargo de Reitor da UERR. A reunião poderá ocorrer na sala de reuniões, uma vez, que o Plenário parece estar ocupado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, já me comprometi com os Procuradores e quero dizer para aos meus pares que agora, dia 17, a nossa Procuradoria completa sete anos. Portanto, é importante que

façamos essa discussão para que nessa data comemorativa possamos, resolver essa demanda da procuradoria, com toda responsabilidade, combatendo, discutindo, porque acho que como disse o Deputado **Mecias de Jesus**, devemos ouvi-los, devemos saber o que eles realmente querem e desejam para que a procuradoria funcione, cada vez mais, com eficiência e dando o resultado que o Estado espera. Então, queria fazer essa observação visto que dia 17 a nossa Procuradoria estará completando sete anos de relevantes serviços prestados ao Estado de Roraima.

Queria, Deputada **Aurelina Medeiros**, dizer que, mais uma vez, ratifico a minha felicidade de estar aqui no Parlamento Estadual. Pude perceber a mobilização da Assembleia Legislativa enquanto Poder, com envolvimento de todos os Deputados, se deslocando para o interior, indo aos abrigos, se deslocando para as áreas mais distantes de Boa Vista, algumas em maior intensidade, outras em menos, mas todos engajados e envolvidos no sentido de amenizar o sofrimento das pessoas. Eu vi uma entrevista de Vossa Excelência, se não me falha a memória, no canal 20, no programa do jornalista **Carvalho Pires**, onde Vossa Excelência disse que a nossa sociedade é tão sensível, tão solidária, que ao entrar em um lar, a pessoa não tinha o que dar e ofereceu um brinco. Isso é tão forte, tão forte, que não alcançamos esse grau de solidariedade da nossa gente. Isso é algo que comove, é algo que nos deixa muito orgulhoso, porque nós sabemos que quando a pessoa não tem algo para dar e oferece um pertence seu que até embeleza a sua imagem é, realmente, algo muito forte. Louvo e parabenizo a todos os servidores da Assembleia Legislativa. Eu estive aqui algumas vezes, e dei uma olhadinha ali no plenário onde a turma está empacotando, embalando roupas, quer dizer, há um dinamismo, uma vontade, um engajamento para que a Assembleia Legislativa dê uma resposta satisfatória à sociedade. Então, me faz muitíssimo feliz fazer parte deste Parlamento e, espero, como disse agora a pouco o Deputado **Erci de Moraes**, que quando as águas comecarem a baixar, as coisas voltem à normalidade. Sabemos que vamos ter chuvas, mas estamos torcendo para que essas chuvas não tenham a mesma intensidade, pois o rio pode até permanecer dentro do seu leito normal, mas não muito acima como estava anteriormente. Espero que voltemos a normalidade, quer seja, no abastecimento de gêneros perecíveis, gás de cozinha, combustível e outros, para que não fiquemos só focado na crise, e sim olharmos para frente, levantarmos a cabeça e sabermos que há um amanhã que está querendo chegar.

Portanto, fica aqui o reconhecimento do engajamento do Poder Legislativo de forma forte, não só com discurso, Deputado **Chico Guerra**, mas com ação concreta.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** – Senhora Presidente, bom dia a todos. Quero colocar aqui que ontem eu fiz uma visita ao Município de Caracará e os problemas de lá todos nós sabemos. Quem pôde fazer a visita sabe que a situação é crítica. Felizmente, as águas já baixaram sessenta e nove centímetros, mas apesar disso, a estrada ainda está bloqueada. Eu cheguei o mais próximo da ponte e constatei que a estrada está alagada em torno de dois quilômetros e meio. Tenho fotos disso e depois vou fazer um relato dessa visita.

No percurso, eu fiz algumas visitas à vicinias dos Municípios de Mucajai, ao Prefeito **Gordo Lopes**, o qual agradeceu as cem cestas básicas doadas pela Assembleia Legislativa. E, lá em Mucajai, os problemas são as pontes e as estradas, infelizmente, as estradas cederam.

Quero registrar a presença do Prefeito de Iracema, e comunicar que no referido Município, felizmente, a água não atingiu a cidade, apenas a entrada da cidade onde há um restaurante, ou seja, só uma família foi atingida. E, agradecer, desde já, o apoio que está sendo dado por aquela Prefeitura aos moradores de Caracará que estão desabrigados.

Quanto ao problema da balsa, ela já foi solicitada e, ontem, quando eu estive com os caminhoneiros, houve um tumulto por parte deles, insatisfeitos com os privilégios dados somente a alguns. Eles colocaram que a balsa do Governo, que é do passarão, só estava dando três viagens por dia e não levava quatro caminhões, mas cinco, e que a balsa da Bertoline está chegando amanhã. Vocês devem saber o quanto é demorado o percurso por estar subindo o rio. Esta balsa tem capacidade para apenas vinte caminhões. Já nos já foi informando que a sede é em Manaus e há uma filial aqui, e que o Governo vai segurar essa balsa, foi esse o termo usado, no sentido de reter, pelo estado de calamidade, para que ela não volte visando desafogar cento e setenta e seis caminhões, e não duzentos, sendo que não há quinhentos caminhões em Rorainópolis, pois isso ficou comprovado através de uma visita pelo Senhor **Pedro Cris**, do DENITE.

O Deputado **Ionilson Sampaio** falou a respeito da vicinal

432. Ontem, foi questionada a quantidade de peso da carga que vem nesses caminhões, e um dos motivos da estrada estragar é o excesso de peso, erro nosso e do Governo também, porque as balanças ainda não foram colocadas e há de se falar a verdade aqui.

Fiz uma visita ao Navio Hospital da Marinha, que está a setecentos metros da ponte de Caracaraí, e está fazendo atendimento nos abrigos, pois os atendimentos mais graves estão sendo resolvidos lá mesmo.

Também gostaria de dizer que foi montada uma cozinha lá em Vista Alegre para distribuir duzentas e vinte refeições diárias, três vezes ao dia, para esses caminhoneiros.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) Senhor Deputado, acabou o seu tempo.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** - Eu solicito o horário de liderança.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) Senhor Deputado, já estamos em Explicações Pessoais, já passou o tempo de se fazer essa solicitação.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** - Foi solicitada outra balsa de Manaus, mas, infelizmente, o prazo para chegar é de sete dias, entretanto, esperamos que não haja necessidade disso.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** - Senhor Presidente, eu gostaria de convocar os membros da Comissão de Constituição e Justiça para que se reúna amanhã após a Sessão, haja vista que hoje à tarde não dará quorum. Então, fica convocado os Senhores Deputados **Brito Bezerra, Coronel Chagas, Flamarion Portela, Aurelina Medeiros e Jalsner Renier**.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Provavelmente, amanhã, estaremos falando sobre a nossa campanha. Não fiz a prestação de conta hoje para exaltar a abnegação dos nossos servidores, porque a campanha ainda está acontecendo, ainda há arrecadação de alimentos, de doações. Nós ainda estamos visitando e dando assistências as comunidades, mas vamos prestar contas à nossa comunidade e aos nossos servidores.

Quero falar da Emenda que o Deputado **Mecias de Jesus** apresentou à Constituição. Quero dizer que a advocacia privada foi aprovada por lei nesta Casa, portanto, acho que não é matéria constitucional. Dá mesma forma, temos que nos atentar no caso das carreiras de Procuradores e de outros. A nossa Constituição Estadual não pode ir de encontro a Constituição Federal.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 14, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsner Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio**.

Aprovada Ata Sucinta em: 15/06/11

ATA DA 2025ª SESSÃO, EM 15 DE JUNHO.
41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia quinze de junho de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima vigésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - (Lida a Ata).

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Coronel Chagas**) - Proceda à leitura do Expediente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Indicação s/nº, de autoria do Deputado **Joaquim Ruiz**, ao Governador do Estado de Roraima, "solicitando a criação do Programa Aluguel Social para atender famílias em área de risco".

- Projeto de Lei s/nº, de 14/06/11, do Deputado **Joaquim Ruiz**, dispoendo sobre a concessão de aluguel social às famílias em extrema vulnerabilidade e dá outras providências.

EXTERNOS:

- Carta s/nº, de 31/05/11, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, divulgando o periódico "Norte Científico" do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR encaminha também exemplar da referida revista.

- Ofício nº 1358/11, de 06/06/11, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, encaminhando tópicos de interesse da segurança pública.

- Ofício nº 140/11, de 13/06/11, da Secretaria de Estado do Índio, informando que, por determinação do Governador, será atendida a Indicação nº 041 do Deputado **Remídio Monai**.

Era o que constava do Expediente, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

Antes gostaria de registrar a presença em nossas galerias dos alunos do SESC, da disciplina de sociologia, acompanhados pelo Professor **Ricardo Douglas** e o Diretor Regional do Curso **Quildo Albuquerque Andrade**.

Damos boas-vindas aos alunos que nos visitam para conhecer como funcionam as Sessões na Assembleia. Talvez esses jovens mais tarde, estarão aqui sentados nas cadeiras do lado de cá.

O Senhor Primeiro Secretário (**Coronel Chagas**) - Proceda à chamada.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero dar boas-vindas aos alunos do SESC, cumprimento o nosso querido Diretor Regional **Quildo**, o Professor **Ricardo**, e dizer que vocês são bem-vindos, pois com certeza vocês serão o futuro deste Estado.

Parabenizo a Defesa Civil, e também a sociedade reconhece o empenho, a garra e determinação, exemplo aqui do nosso Colega **Sargento Damosiel**, literalmente vestiu a farda, também foi servir a nossa comunidade desabrigada, àqueles que estavam sofrendo. Louvo também as campanhas feitas pela sociedade civil organizada, a igreja católica, juntamente com a TV, a própria Assembleia Legislativa faz campanha para demonstrar o espírito solidário da nossa gente, onde quer que os servidores da Assembleia, em qualquer porta que eles bateram foram recebidos e levaram de lá alguma doação. Esse espírito está dentro de cada um de nós, nossa vontade de servir. Eu sei que estes jovens que estão presentes seriam capazes de sacrificar um dia de merenda deles para também ajudar as pessoas desabrigadas, presentes isso também está dentro da nossa juventude.

Mas, quero me focar em algo que me preocupa. Temos programas sociais de governo aprovados. São programas todos eles com orçamento estabelecido na Lei Orçamentária para o exercício de 2010, nós temos, portanto, orçamentos consignados na Lei. Temos ainda uma reserva de contingência, meu caro **Joaquim Ruiz**, que é exatamente para socorrer, em casos sinistros, em caso de enchente, desastres, em caso emergencial, no caso de Roraima. Pois bem, temos um programa social de governo chamada vale-alimentação. O nosso orçamento para o exercício de 2010 traz um valor de 64 milhões e meio, e o governo, é isso que chama a minha atenção, porque a sociedade já paga muito imposto, mas está ali solidária, atendendo pedidos, então, por que o governo não pensa ou pelo menos determina para se pagar o vale-alimentação neste momento de crise. A nossa população está passando fome. Existe um cadastramento, e eu pergunto aqui para qualquer um Deputado da base governista, ninguém conhece os critérios desse cadastramento, e, o que é pior, eu já escutei jornalistas dizer que vão cortar 40 mil pessoas do vale alimentação, que seria catastrófico, pois, se tem 60 mil, como é que vão cortar 40 mil? Cortar 80% disso? Já ouvi de Deputados aqui na Casa que vão cortar 45 mil pessoas do vale-alimentação. Meu Deus! E o dinheiro que está consignado lá. Eu, como qualquer um Deputado, tenho direito a uma emenda de um milhão e meio, já coloquei a minha emenda de um milhão e meio para o vale-alimentação, que é para exatamente me dar cada vez mais autoridade em cobrar o governo a executar financeiramente esse programa. Mas, não, o governo, até de forma insensível, não leva esse benefício à população, argumentando que está fazendo esse recadastramento. E, mais, ouvi juntamente com o Deputado **Mecias**, de um jornalista dizer: "não, a primeira Dama,

através de um meio de comunicação, declarou que agora vai mudar o nome do programa, para Crédito Social”. O Deputado **Mecias**, de forma espirituosa, observou: “mas dessa forma! Cortando 40 mil pessoas. Então, não vai se chamar Crédito Social, mas débito social, porque está cortando 80% das pessoas inscritas”. E ele está certo, se cortarem esse volume de pessoas é realmente extinguir o programa.

Pois bem, o pró-custeio que é outro programa de distribuição de renda lá para o homem do campo. Não tem cadastramento, portanto, o Governo não tem nenhuma desculpa, e estão consignados no orçamento, também, os 35 milhões de reais para atender a agricultura familiar. Se o homem do campo está isolado, não está conseguindo escoar a sua produção, por que o governo não chega com programa social para atendê-lo? Então, a sociedade faz a sua parte, a sociedade se sacrifica, enquanto o governo que tem algo constituído, legalizado, não faz a sua parte. Aqui estão os alunos do ensino médio, vocês sabem que o Estado tem um programa chamado Estágio Remunerado? Que o aluno do 3º ano do ensino médio recebe uma bolsa de 300,00 por mês, ou recebia até o ano passado? Pois, este ano o governo não pagou sequer uma vez a qualquer estudante do ensino médio, que precisa para comprar apostila, para se deslocar para um cursinho, que precisa para ter instrumento de pesquisa para se preparar para o vestibular e conquistar o seu espaço na universidade, de preferência dentro de uma universidade pública. O governo também não pagou este ano sequer uma bolsa de estágio remunerado. Da mesma forma a bolsa universitária para aqueles que ingressaram na universidade particular. O governo tem institucionalizado um programa de bolsa, também não pagou um centavo há ninguém este ano. Os alunos que já estão de anos anteriores, estão tendo que sacrificar seus pais, suas famílias a pagar a bolsa, porque senão, não estudam.

Então, relacionei aqui para dizer aos senhores que só nestes 06 primeiros meses o Estado deixou de aplicar nos programas de distribuição de renda, aquele que vai lá para ponta, aquele que atende as comunidades e as famílias, 53 milhões de reais. Ontem mesmo encaminhei ofício ao Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado **Célio Wanderley** para convocar o Secretário da Fazenda para aqui explicar para onde foram esses 53 milhões que não chegaram ao seu destino, que não atendeu o seu objeto, isto é, atender as pessoas, as famílias.

Portanto, precisamos de imediato saber para onde foi esse dinheiro, não se admite, em plena crise, no Estado em situação de emergência, o governo não cumpriu a distribuição dos programas de renda, tão importante, e, tem mais, o vale-alimentação nas mãos das pessoas significa comércio dinâmico, vende mais, gerando mais emprego, pagando mais imposto, significa enfim melhor qualidade de vida para as pessoas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado **Flamarion**, comungo com Vossa Excelência, e o parabeno pelo seu excelente discurso. Cumprimento os 68 alunos do ensino médio, da disciplina de sociologia do SESC aqui presentes, parabéns ao professor **Ricardo Douglas** pela atitude de trazer esses alunos aqui. Vocês são o futuro do Brasil, precisam saber como funciona a Casa Legislativa, se aprofundar na política para que nós, num futuro breve, possamos acertar mais, e não estarmos, como hoje, passando por problemas crônicos, como é a questão da administração pública no nosso Estado, no Poder Executivo. Quanto aos 53 milhões de reais, se ao longo destes 06 meses, estivessem sendo realmente distribuídos, através do vale-solidário, pró-custeio, e programas assistenciais do Governo do Estado, com certeza, a nossa economia estaria mais aquecida, o comércio gerando emprego e renda, nós estaríamos numa posição econômica em nível bem melhor. É lamentável que o governo do Estado não atente para a necessidade de atender essa classe que hoje está com tantos problemas. Hoje, em meu gabinete, uma senhora me abordou: “Deputado, pelo amor de Deus, vocês que estão mais próximos do Poder, vocês, que são Deputados, peçam ao Governador devolver o vale, nós estamos passando fome”, e aqui nós estamos sem essa força de sermos atendidos pelo governador, mas pedimos aqui aos Deputados aliados, que peçam ao governador devolver o vale, as pessoas estão passando necessidade. Estamos hoje atendendo, momentaneamente, mas nos meses vindouros, eles vão enfrentar maiores necessidades. O dinheiro existe, estão nos cofres públicos, essas pessoas precisam ser atendidas. O comércio precisa ser aquecido, nós precisamos gerar emprego e renda. Obrigado, Deputado **Flamarion**.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua. – Obrigado, Deputado Brito, vou pegar o gancho do aparte de Vossa Excelência. Esse fim de semana, eu e a Senadora Ângela visitamos algumas famílias que a gente conhece e sabe que tem dificuldades, e que a gente procura,

dentro da nossa limitação, mas com vontade de sermos solidários, com vontade de partilhar. É que, às vezes, não nos é possível partilhar os bens materiais, mas partilhamos um abraço, um aperto de mão, até o sorriso. É sempre bom partilhar, dividir algo com as pessoas. Pois bem, Deputado **Brito**, nós conhecemos um pai de família que cria três filhos sozinho, ficou doente, e nós fomos visitá-los, depois de conversar com os filhos, eles não tinham almoçado, tinham comido somente um pão com café de manhã. Isso é dolorido, gente, ouvi esse depoimento de pessoas. Na Assembleia, os Deputados também fizeram a sua parte, mas quem tem a competência, a estrutura de poder para fazer muito mais é o governo. A pessoa é beneficiada pelo vale-alimentação, se ela tivesse o vale, seus filhos não estariam passando necessidades. Meus queridos jovens, Ângela e eu em uma conversa sobre a fome, é difícil dizer isso, quanto à fome daquelas crianças, não dá para imaginar, enquanto existe orçamento, tendo financeiro, tendo um instrumento legalizado, e as pessoas não sejam beneficiadas com aquilo que lhes pertence. E, aí, esse programa não é do Governador do dia, do ano, da época, o programa é de estado, está acima do governante, seja ele quem for. O recurso público é da sociedade, a cada farda dessa se paga imposto, cada shampoo que se compra, cada lápis, caderno, sal, cada lata de óleo que se compra se paga imposto, e é obrigação do governo retornar esses impostos em forma de benefício para o conjunta da sociedade. Portanto, não é favor, não, é obrigação fazer isso. E nós estamos aqui permanentemente cobrando que esse programa seja como disse o Deputado **Brito**, dado continuidade. Em relação ao cadastramento, ninguém sabe, é uma caixa preta, igual à de avião, ninguém sabe quais são os critérios que são adotados. Foi neste sentido, Deputado **Mecias** quando conversávamos com o jornalista, ele nos falou que iriam cortar 40 mil pessoas com direito ao vale, e o programa iria se chamar Crédito Social. Vossa Excelência de forma espirituosa, acrescentou “mas assim não é crédito social, é débito social”. Portanto, apelamos aqui, Deputado **Damosiel**, para que o governador, a equipe de governo, não corte as pessoas. O Governo Federal criou o programa “Brasil sem Miséria”. O Brasil tem 16 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, pessoas, cuja renda está abaixo de 70 reais por mês, representa 8.5 da população brasileira, Roraima tem 17% da população, o dobro que tem o Brasil, vivendo abaixo da linha de pobreza, são 76 mil pessoas, conforme o IBGE, divulgou, há o dobro de pessoas abaixo da linha de pobreza, do que o Brasil tem. Então, como se explica, se o Brasil está criando mais um instrumento para incluir as pessoas a terem uma melhor qualidade de vida, e nós em Roraima estamos excluindo. Será que as pessoas no lugar do coração passam ter a uma pedra gélida, não têm mais sentimento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Sargento Damosiel** – Obrigado, Deputado, quero dizer que sua preocupação é também nossa, no tocante a redução dos beneficiários do vale-solidário, só para complementar o seu pronunciamento, quero dizer a Vossa Excelência que, em conversa com algumas pessoas que durante o momento do seu cadastramento, a pessoa só se cadastrava se declarasse alguma renda. Ora, a maioria dessas pessoas beneficiadas, pelo programas, não têm renda, vivem de bico, mesmo assim, a pessoa tinha que ir à sala ao lado e declarar que ganhava alguma coisa. Ora, se essa pessoa declarar que ganha 400, 500, 600 reais dependendo do número de pessoas dentro da família, ela seria cortada do programa. Se ela não declarasse que ganhava alguma coisa, ela não poderia nem se cadastrar. Então, só nesse mecanismo, criado pela SETRABRES, vai cortar muitas pessoas, fora as pessoas que deixaram de se cadastrar, muitas delas não poderiam nem tirar xérox, tinha que ir atrás de alguém para que tirasse a xérox. Então, as pessoas que vão ser mais prejudicadas, que vão ficar fora do programa, são justamente as pessoas mais necessitadas.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua. – Obrigado, Deputado **Damosiel**, só para esclarecer, eu tenho guardado que o governo, na campanha passada, prometeu 150 reais por mês as 65 mil famílias, portanto, se amanhã ele apresentar qualquer programa com número menor do que 65 mil famílias, é estelionato eleitoral, enganou a população para obter o voto.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Deputado **Flamarion**, mais uma vez parabeno Vossa Excelência pela determinação, pela clareza de propósito com que Vossa Excelência se posiciona nesta casa. Ontem apresentou uma denúncia gravíssima de cunho social, talvez se diminuísse as obras das famílias, dos amigos, paternalismo para poucos no governo, sobraria dinheiro, sem dúvida nenhuma, como está sobrando para pagar as 65 mil famílias necessitadas, famílias inscritas de forma urgente, visando ganhar eleição, e que agora são excluídas de forma indigna, imoral pelo Governo do Estado que diz

ser crédito social, vai transformar um crédito num maior débito social que Roraima já viu. Havia 65 mil famílias inscritas para o vale de 60 reais, o Governador, para ganhar uma eleição de forma mentirosa, promete 150 reais, depois reduz de 65 mil para 25 mil famílias.

O governador certamente não gosta do que Vossa Excelência fala aqui, não gosta do que eu falo, nem do que a oposição fala, porque ele é daqueles que deve e não paga e se sente mal quando alguém denuncia o que ele está devendo. Por isso quero me congratular com Vossa Excelência e agradecer a presença dos alunos, dos professores neste plenário.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua. – Obrigado, Deputado **Mecias**, e encerro o meu pronunciamento.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** - Senhor Presidente, Senhores Deputados, auditório, nessa triste despedida do líder do Governo **Joaquim Ruiz** pessoa, pela qual tenho grande apreço e muita consideração, **Joaquim**, pessoa de espírito leal e, acima de tudo, faz política sem baixaria, nem golpe baixo. **Joaquim**, Vossa Excelência é uma perda muito grande para o governo, pois conduziu a tarefa de líder de forma habilidosa até ontem, considerando que a liderança do governo é algo imprescindível.

Mas, Senhor Presidente, Deputado **Chico Guerra**, desde que cheguei aqui, acompanho a sua vida pública, que tem sido pautada na honestidade, sinceridade e lealdade para com os amigos. No entanto, hoje, para mim, é desagradável e triste vir a esta tribuna, pois eu não gostaria que chegasse a esse ponto, e estar aqui para falar sobre algo grave.

Senhor Presidente, há cinco dias eu estive na Presidência deste Poder, conversando com Vossa Excelência, coloquei que neste Poder, tinha alguns assessores pagos pela presidência desta Casa para fraudar, para vigiar Deputados, para denunciar, para pagar pessoas para mentir, para desmoralizar Deputado, e ninguém tomou providências. O Senhor sabe que eu estive lá. Eu quero dizer uma coisa, que não tenho medo Senhor Presidente. Uma coisa que eu não tenho é sangue de barata, como dizem alguns aqui, que bola trocada não dói. Podem ter certeza, nasci no sul do Pará e não tenho medo de bala. Mas, o assunto é grave, dias atrás o Deputado **Rodrigo** foi vítima de uma armação por um assessor, pago por este Poder, que deveria zelar pelo Deputado, que deveria vigiar o Deputado, que deveria orientar o Deputado. Os Deputados pagam essas pessoas para elas fazerem o contrário. Eu quero dizer a Vossa Excelência, sem medo, que caso nada for feito de hoje para amanhã, vou voltar a esta Tribuna em outro tom. Deputado **Erci de Morais**, o Senhor que é um homem de bem, um homem honrado, corregedor desta Casa, digo-lhe que irei voltar num tom muito mais forte. Posso ter defeitos, mas um defeito o **Xingu** não tem é o da covardia. Um dos defeitos que o **Xingu** não tem é o ato de jogar baixo. Um dos defeitos que o **Xingu** não tem é a coragem de pagar alguém para atentar contra qualquer colega daqui. Eu jogo limpo, mas espero que não fique só neste discurso e que isso possa ser resolvido de hoje para amanhã. E já quero ficar inscrito para usar a Tribuna amanhã, quando certamente o tom será cinco vezes maior do que o de hoje. Quero, por fim, dizer que se alguém estiver pensando que o Deputado **Xingu** é um medroso, que se alguém bater na mesa, ele corre, pegou o barco errado, ele irá alagar e tem muita gente que pode morrer afogado.

Agora, Senhor Presidente, a minha consideração por sua pessoa é muito grande, votei no Senhor, mas estamos vivendo um momento muito difícil aqui. Um momento que precisa de alguém que dê um grito, pois a instabilidade está generalizada. Eu quero deixar esse pronunciamento em nome de Deus e em nome de todos os Senhores Deputados e dizer a eles que quero que todos sejam felizes, façam um grande mandato e o seu papel é em prol do desenvolvimento do Estado de Roraima.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jalser Renier**-Deputado, realmente no que Vossa Excelência toca é uma verdade. Nesses 16 anos que estou aqui na Assembleia, ainda não tinha havido isso. Somos Parlamentares, temos os nossos defeitos e nossas qualidades. E, às vezes, no afã de querer se defender, acaba desrespeitando a instituição e faltando com o decoro. E, às vezes a disciplina que é oriunda de quando você assume o mandato. E, Vossa Excelência toca num ponto importante que é o respeito e a integração do poder, mas o poder somos nós Parlamentares. E, a partir do momento em que um Parlamentar desrespeita, no exercício de sua função, o próprio Deputado está fadado a trabalhar contra a sua instituição e contra seu planejamento pessoal.

Então, Senhor Presidente, a fala do Deputado **Xingu**, na verdade, diz respeito a uma ação emergente que precisamos fazer para colocar o Poder Legislativo no seu caminho, o caminho do bem.

Então, eu acho que as farpas pessoais devem ser tratadas de uma outra maneira. Se existe algum problema pessoal que se resolva em outra esfera. Em outro palanque que não seja a Tribuna desta Casa. Então, eu quero me irmanar a Vossa Excelência, assumi a minha meia culpa porque, às vezes, você acaba se exacerbando em situações que estão contra a sua posição e o seu lado pessoal.

Quero dizer a Vossa Excelência, Deputado **Xingu**, que veio para esta Casa, trazido pelo voto popular e tem o respeito e a credibilidade de qualquer colega. Têm as suas vontades, os seus desafios e a sua dedicação ao cargo que Vossa Excelência exerce. Acho que nós temos que tomar uma posição enquanto operador desta Casa para que possamos resolver primeiramente as divergências pessoais, que não elevam o Poder, tampouco o que o povo espera de nós.

Nossa função é apresentar boas propostas, bons projetos que melhorem a qualidade de vida das pessoas, também transformem a dos alunos que estão aqui nas nossas galerias, em cidadãos preparados para o futuro promissor do Estado e do País. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Xingu** continua. – Obrigado, Deputado **Jalser**, mas a covardia é cega. Só ouve aquilo que lhe convém. Eu quero dizer que suas palavras não vão me intimidar em nenhum momento. Eu sou muito firme nos meus propósitos. É por isso que estou aqui, como Deputado. Quem me conhece sabe disso, eu apoiei o Governador na época, já fui o maior líder de juventude que teve aqui. Eu sou muito firme no meu propósito, naquilo que eu quero fazer. Então, não estou magoado com ninguém. Mas, Senhor Presidente, precisamos tomar um novo direcionamento. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Senhor Deputado, Vossa Excelência colocou que uma funcionária da Casa estaria fazendo o levantamento de alguma coisa. Eu já chamei essa funcionária, ontem, à tarde em meu gabinete, ela me disse que a única coisa que ela foi fazer em Mucajaí foi pegar a cópia de um processo do qual ela é parte. Quero dizer a Vossa Excelência que escreva o que tem de concreto, não tenho medo de ameaça. Eu nasci aqui em Roraima e aqui também não temos medo de bala. Sugiro a Vossa Excelência que escreva, para que tenhamos instrumentos em mãos para punir as pessoas que precisarem ser punidas.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, estudantes do SESC, é um orgulho tê-los conosco, em nossa Casa. Pedi que vocês ficassem para que eu pudesse contar uma história do SESC. Talvez poucos de vocês, pela idade, sabem onde começou o SESC aqui em Roraima. Eu fui Primeiro Secretário do Trabalho de Roraima, criamos a Secretaria do Trabalho, e o Deputado **Flamarion Portela** agora vai recordar. Como Secretário do Trabalho, fui atrás para trazer o Sistema “S” para o Estado de Roraima. Por que eu fiz questão que vocês ficassem? Para vocês alunos de sociologia, conhecessem uma história que não está nos livros, mas fazem parte dessa história, pessoas que estão vivas, têm a oportunidade de contar para vocês. Eu fui ao Rio de Janeiro, marquei uma audiência, naquela época o Deputado era o **Júlio Martins** que conseguiu que marcar essa audiência com o atual Presidente da Confederação Nacional do Comércio, ainda, é o mesmo, depois com a influência do Governador de São Paulo, **Paulo Maluf**, nós conseguimos a vinda de um grupo, coordenado pelo Senhor **Jaime** para ver a possibilidade de instalação da Delegacia do SESC aqui em Roraima. Os cinco técnicos do SESC do Rio de Janeiro estavam com toda boa vontade para não instalar o SESC. Recordo-me bem quando um deles disse: “Secretário, se o Governo do Território nos der um prédio, nós instalamos o SESC em 30 dias”. Eu chamei a chefe do meu gabinete, que hoje trabalha na Universidade Federal, a Senhora **Lana Mara Pinho**, e lhe pedi para trazer a chave da Secretaria. Peguei a chave da Secretaria que era minha e disse para ele: está aqui a chave do prédio e vocês vão ter a obrigação de instalar o SESC em 30 dias, porque daqui a dez dias estarei saindo desse prédio. Vocês sabem qual é esse prédio? É o mesmo onde funciona o SESC, atrás da Secretaria de Educação, onde funcionava a Secretaria do Trabalho. Em dez dias o SESC foi instalado.

O Outro assunto que é sobre o SENAI. Aí, não tem nada a ver com o comércio e a indústria, mas eu briguei para trazer um órgão do comércio e outro da indústria, dessa forma fomos conseguir trazer dois órgãos do Sistema “S”. Naquela época, falei ao Secretário de Educação, hoje, Secretário de Planejamento do Governo, que existia uma parte da estrutura da escola lá no Calunga que está desativada, oferecia toda uma estrutura da parte técnica para cursos técnicos, pois estava obsoleto, fechado e abandonado. Pedi aquela parte para instalação do SENAI em Roraima. Uma pessoa de fundamental importância no Sistema “S” foi **João de Mendonça Furtado**, já falecido. Na época era o Presidente da

Federação das Indústrias do Estado do Amazonas. Foi através dele que nós instalamos o SENAI em Roraima e aí voltei a me empenhar para trazer o SESI. Pessoalmente disse ao Governador que precisava acabar com o Centro Comunitário do Mecejana. Ele disse que já havia recebido uma denúncia das assistentes sociais pedindo a minha cabeça por querer acabar com a Secretaria do Trabalho. Eu disse: “Não Governador, a Secretaria do Trabalho foi criada, tendo como um dos objetivos a profissionalização da mão de obra. Eu não posso olhar, como Secretário do Trabalho, um Governo que termina agora os quatro anos, eu tenho que olhar a Secretaria do Trabalho como um gestor para um Governo que continue por mais 30, 40 anos”...

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Deputado, meu caro Joaquim, Vossa Excelência plantou carvalho, hoje a árvore está fortificada, preparada para enfrentar as intempéries. Mas, quero ilustrar, até homenagear esta Casa, Deputado **Chico Guerra**. É que, quando era Governador de Roraima, mandei uma mensagem para este Poder, para transferir para o SESC aquele prédio que Vossa Excelência inaugurou, até sacrificando a própria estrutura da sua Secretaria. Após estudo, esta Casa aprovou, e hoje aquele prédio não pertence mais ao Governo do Estado, mas à instituição SESC. Portanto, quero abraçar, cumprimentar e dizer que Vossa Excelência, como destaquei em meu primeiro pronunciamento, tem uma história em Roraima, e toda ela sempre marcada pelo sentimento de preocupação com o próximo. Meu caro Deputado é sempre muito destacado pelas grandes obras, mas o concreto, o ferro, o cimento, o asfalto, não é mais importante que o ser humano, nada é mais importante que a família, que o bem-estar dentro do lar. Isso é mais importante que qualquer outra coisa. Mesmo as grandes obras, só têm um significado se ela servir à população, senão, o seu efeito não é satisfatório. Portanto, eu abraço Vossa Excelência, cumprimento Vossa Excelência e tenha certeza que Vossa Excelência já participou da história deste Estado e continuará contribuindo e, ao mesmo tempo, se preocupa com o próximo, se preocupa com o ser humano. Parabéns.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Muito obrigado. Quando pensei aqui em 30 anos atrás, quando vocês ainda não eram nascidos, porque vocês são jovens. Mas, aquilo que foi projetado e realizado há 30 anos, continua ainda vivo, uma realidade, imaginei que não teria oportunidade de ver como estou vendo hoje. Então, era isso que queria colocar para vocês, o SESI veio, também, uma realidade a sede foi estabelecida no Centro Comunitário do Mecejana, enfrentei pressão violenta das assistentes sociais da época, mas mostrava para elas que haveria mais oportunidade de emprego, porque essas instituições viabilizariam cursos e dariam oportunidade não apenas para a área das assistentes sociais, mas para uma infinidade de áreas para profissionalizar os nossos jovens para gerar empregos e oportunidade. Quero agradecer a paciência que os jovens tiveram, mas não poderia deixar de contar essa pequena parte do Sistema “S” aqui em Roraima que vocês não conhecem. Acrescento neste sentido, mais uma realidade. Em Iracema, quando fui Prefeito, escolhi uma área no centro da cidade e doei quatro hectares para que o SESC se estabelecesse em Iracema. Nesta, aí, sei, não estarei mais vivo daqui a 30 anos, para ver que, ontem, fiz uma coisa muito importante para a garotada que estará, daqui a 10 anos, sendo beneficiada pelo SESC em Iracema.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Sem sombra de dúvidas Vossa Excelência tem uma trajetória política e pessoal de sucesso neste Estado, gostaria de parabenizar Vossa Excelência pela idéia de repassar parte da sua história para esses jovens e principalmente a coragem de ter tomado um posicionamento audacioso para a época e por ter implantando o sistema “S” para o nosso Estado que hoje oferece uma qualidade de ensino às pessoas que por sua vez vão contribuir muito para o engrandecimento do nosso Estado. Parabenizo Vossa Excelência frente à liderança do governo pelo nível dos debates que tivemos aqui, pela vossa contribuição com a oposição, companheirismo, pelas vezes que buscamos o entendimento quanto à discussão de matérias nesta Casa. Vossa Excelência provou seu espírito de liderança, espírito político desenvolvido, e que está realmente imbuído de altos propósitos que vão atender às necessidades do nosso povo. Parabéns a Vossa Excelência, como político, como líder do governo, pelo poder de entendimento que buscamos para alguma situação de oposição. Em nome do líder da oposição quero dizer que a oposição, está de braços abertos, será um prazer enorme recebê-lo neste grupo seletor para que possamos juntos também travar belos debates com a situação. Parabéns.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua. – Pergunto aos alunos de sociologia quantos estão pensando entrar no curso de

direito? Vejam, Senhores Deputados, tramita um projeto da Procuradoria do Estado que quer fazer algumas modificações sobre o problema da idade, de quem pode ser procurador ou não. O que me preocupa nesse projeto não é esse problema, mas é exatamente o procurador querer exercer a advocacia tirando emprego e oportunidade desses jovens que vão fazer direito amanhã nas nossas faculdades. Eu sou contra que o procurador do Estado, venha exercer advocacia fora da procuradoria, ele já ganha um salário muito bom aqui no estado, são 95% em relação ao salário dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Não é justo, pois, quem tem o privilégio da informação fazer advocacia, o Ministério Público não faz, a Defensoria não faz. Então não é justo que os procuradores queiram fazer advocacia num Estado cujo maior empregador é público, e esses jovens não podem ficar sem uma oportunidade no mercado, porque abrimos aqui na Assembleia Legislativa oportunidade para quem já tem um bom trabalho exercer advocacia tirando a oportunidade dessas gerações que pensam em melhorar a sua qualidade de vida e oferecer uma melhor qualidade de vida, às suas famílias.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Ontem, nós apresentamos, com assinatura de nove Deputados, uma proposta de emenda à constituição para ser anexada a emenda proposta pelo Governo do Estado proibindo os procuradores do Estado advogar. Nós somos favoráveis que eles recebam o salário determinado pela Constituição Federal de 90.5 do valor do Ministro do Supremo Tribunal Federal. Sem problema nenhum que o salário deles pode chegar até 27 mil reais, mas que eles não venham com as prerrogativas que têm. E com base nos seus conhecimentos privilegiados tenham o direito de advogar. Então, nós estamos dando a eles esse direito, mas tirando também as prerrogativas de advogar. Com relação à proposta do nosso líder, Deputado **Brito Bezerra**, Vossa Excelência é um bom Deputado em qualquer lado que estiver. Mas se quiser vir para a oposição eu lhe transfiro hoje o cargo de líder da oposição.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua. Muito obrigado, Deputado **Mecias de Jesus**. Antes de encerrar, Senhor Presidente, eu quero colocar aos meus colegas do bloco da situação o meu agradecimento profundo pela consideração que todos tiveram comigo, enquanto fui líder do bloco. Quero destacar a forma dos debates com a oposição, um debate dentro de um sistema democrático, respeitoso. Fazíamos aqui o contraditório. Se, em algum momento, eu me exacerbei nas palavras, peço desculpas. Eu procurei o máximo para buscar o entendimento, através do diálogo, tanto com a situação, quanto oposição, das divergências às convergências, buscar atender os interesses do povo deste Estado. Então, eu percebi que o momento é agora, e me lembrei do parlamento, no sistema parlamentarista, quando o Primeiro Ministro perde a maioria ele renuncia para que o grupo que o apóia no parlamento indique um outro primeiro ministro. E percebi que o momento é este de dar uma oportunidade para um outro colega do bloco assumir a liderança, porque em certos momentos eu não conseguia mais coordenar o bloco que do qual fazia parte.

Também agradeço ao líder do bloco, **Rodrigo Jucá**, pois estivemos juntos, também a todos os colegas da oposição e da situação juntos, neste plenário desenvolvermos debates nos princípios da democracia em benefício do povo de Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo Ordem do Dia passaremos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** – Senhor Presidente, em primeiro lugar, bom-dia a todos, em especial aos servidores da saúde que se encontram neste plenário. Eu quero dizer a eles que, quanto ao seu pleito, também conversaram com o Deputado **Rodrigo Jucá** e Deputado **Soldado Sampaio**. Nós vamos nos reunir para estudar a possibilidade jurídica, e o que estiver ao nosso alcance para poder conseguir o que vocês almejam, podem ter certeza que este Deputado e os demais pares não vão medir esforços para atendê-los. É uma satisfação que eu gostaria de dar a vocês. Tenham um bom dia.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, nós já tivemos uma conversa Inclusive, eu estava na maternidade com a doutora Odete, o Secretário de Saúde e outros médicos naquela instituição. O projeto já foi encaminhado, o que está faltando é um posicionamento da Assembleia Legislativa para que nós possamos colocá-lo em pauta. O projeto trata da questão dos médicos que receberão a partir do momento em que nós aprovarmos esse projeto, estipulando o plantão de 900 reais. Então, vai só aumentar o plantão. É só uma garantia para pessoas que passam suas vidas dedicadas à saúde, e quando chega ao final do mês não têm uma recompensa pelo trabalho realizado. Esse é um dos itens que tem no projeto original.

Mas eu estou dando uma ênfase neste porque são médicos, são enfermeiros, são pessoas da própria instituição que precisam urgentemente da aprovação desse projeto. Então, eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência que a partir da próxima terça-feira, tentaremos colocá-lo na Ordem do Dia para que a gente possa, através da Assembleia Legislativa, dar uma posição para a Secretaria de Saúde, também para os servidores daquela instituição que fazem parte da histórica pelos seus trabalhos. Então, é uma solicitação que eu gostaria de pedir a Vossa Excelência.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Deputado, eu fui procurado por algumas categorias: os fonoaudiólogos e os fisioterapeutas. Parece que eles não estão tendo o mesmo tratamento que está sendo dado para os outros técnicos. E eles desenvolvem o mesmo trabalho por serem dos mesmos plantões. Eu já conversei com o Deputado **Rodrigo Jucá** para, junto com o Secretário **Leocádio**, ver uma forma para resolver esse problema. Ínsito, também que eles tiram plantão igual a um médico.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, aproveite este momento para parabenizar o Deputado **Gabriel**, que hoje está mais experiente. Quero lhe desejar saúde e sucesso. E que ele continue firme e forte na luta em defesa do nosso Estado.

Parabenizo também a Presidente da EMUR, a ex-Deputada **Maria Helena**, minha amiga, pessoa que deu uma grande contribuição para este Estado enquanto Parlamentar, enquanto servidora pública. E continua desenvolvendo um grande trabalho à frente da EMUR. Desejo a **Maria Helena** saúde e sucesso na sua nova empreitada.

E queria me somar ao Deputado **Marcelo Natanael**, tenho acompanhado de perto a caminhada desses servidores da saúde, tantos já efetivados, como aqueles que estão na expectativa de serem chamados. Fizeram um concurso, estão na lista de espera. O Governo encaminhou documento para esta Casa, propondo a ampliação no número de vagas, em cima daquilo que esta Casa tem se pautado, principalmente com a realização do Simpósio da Saúde, que foi um processo de construção que esta Casa efetivou no sentido de contribuir com a melhoria da saúde. E todos os trabalhadores da saúde ao serem chamados para o simpósio, vieram aqui, passamos três dias discutindo saúde, montamos grupos para ouvirmos os trabalhadores da saúde, encaminhar as suas reivindicações. Então, resultou em um documento, contendo reivindicações dos trabalhadores, às sugestões para a melhoria discutidas durante o Simpósio. E há, ainda, situações que precisam ser adequadas a essa Mensagem Governamental. Já tive uma conversa com o Deputado **Marcelo Natanael**, e Deputado **Rodrigo Jucá**, peço aos Senhores Deputados que atendam, que ouçam esses trabalhadores, tanto de nível superior, como de nível técnico. Que ouçam também as pessoas que estão na lista de espera a algum tempo, aguardando serem convocados para assumir efetivamente as suas funções porque a saúde precisa. A saúde vem passando por um momento de crise, tanto na gestão, quanto na qualidade do atendimento oferecido. Os culpados não são esses trabalhadores que ficam aqui até meio-dia, desde a semana passada, saem daqui direto para os postos de saúde, para os hospitais para assumirem suas funções. Ficam aqui, perdendo a sua folga porque estão preocupados com esse projeto que está tramitando nesta Casa. Então, peço tanto aos Deputados de oposição, quanto os de situação, aos líderes desta Mesa que ouçam esses trabalhadores para buscar um entendimento. É possível fazermos alguns ajustes para contemplar a vontade dessas pessoas que aguardam serem convocadas, como também darmos uma contribuição para melhorar significativamente a qualidade do serviço de saúde oferecido à nossa sociedade. Então, era essa, a minha contribuição, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, também me como aos Deputados que já defenderam essa categoria de trabalhadores. E que, de fato, eles precisam ser bem remunerados e prestigiados, como servidores públicos, como cidadão e pais de família. E pedir a Vossa Excelência que nos permita formar uma comissão, ouvindo todas as classes da Secretaria de Saúde, para analisar o projeto que aí está e incluirmos aquelas que não estão sendo prestigiadas, e votarmos o projeto de imediato para que eles possam ter logo os benefícios esperados ao longo desses anos.

E, por fim, Senhor Presidente, quero também abraçar o Deputado **Gabriel Picanço**, amigo de longas datas, embora durante muitos anos tivéssemos trajetórias políticas diferentes, lucros diferentes, sempre mantivemos o mesmo respeito e a mesma atenção recíproca. Hoje, seu aniversário, momento especial da vida dele, também do nosso Estado por tê-lo como Deputado Estadual, grande homem, pai

de família e um grande trabalhador. Peço a Deus que o abençoe em toda a sua plenitude juntamente com a sua família, desejando votos de muito sucesso, que ele continue conosco nesta missão de bem defender Roraima. Um abraço e muito obrigado.

A Senhora Deputada **Ângela Portela** – Senhor Presidente, demais colegas, nobres pares desta Casa, parabênizo o Deputado **Gabriel** pelo seu aniversário, desejando-lhe felicidades junto a sua família.

Parabenizo o Professor Ricardo, do SESC, pela iniciativa de trazer os alunos a esta Casa, dando-lhes a oportunidade de conhecer como funciona este Parlamento. É importante sim, debater, refletir e vivenciar a política para desenvolver o exercício da cidadania.

Portanto, parabéns ao professor e aos alunos.

Com relação aos profissionais de saúde, me solidarizo com vocês, contem comigo para o fortalecimento dos profissionais desta classe. Obrigada.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Senhor Presidente, caros colegas, parece que é unânime o pleito dos nossos servidores da saúde. Esta Casa já abraçou a causa de vocês. Resta, agora, buscar uma saída legal para fazer valer o concurso público para todos aqueles que estão classificados. Tenho certeza que a lei e a justiça estarão ao lado de vocês, conseguiremos encontrar um caminho favorável.

Lembro aos membros da Comissão de Constituição e Justiça Final que, após o encerramento da Sessão, haverá reunião, então ficam convocados os Deputados **Famarion Portela**, **Brito Bezerra**, **Coronel Chagas**, **Aurelina Medeiros** e **Jalser Renier** para permanecerem no plenário após a Sessão para a reunião.

O Senhor Deputado **Famarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também abraço o Deputado **Gabriel Picanço**, que Deus lhe dê muita saúde no seio da sua família.

Defendo o concursado aprovado porque as pessoas que se submeteram a um certame, que demonstraram competência, se esforçaram e conquistaram um lugar pelo seu mérito, merecem reconhecimento e respeito.

Então, aquilo que antigamente pareciam uma palavra pesada, que agredia a sociedade, a expressão concurso público. Hoje, vejo as pessoas vir aqui no plenário, como recentemente veio todo sistema de segurança clamando por concurso público, a forma mais democrática, mais justa para a pessoa ao conquistar o seu lugar, que ele seja garantido para o resto da vida.

Portanto, um projeto com esse sentido encaminhado à Assembleia Legislativa, com certeza ele será aprovado por unanimidade, a exemplo o do DETRAN há poucos dias, havia uma demanda judicial, ao projeto que aqui chegou, era para, enquanto se resolve a demanda judicial, convocar os aprovados do concurso pela ordem de classificação. Isso é exercício de justiça. E o que for justo, esta Casa estará sempre favorável.

Existem demandas, até tive oportunidade de conversar com alguns membros e cito aqui, por exemplo, Deputada **Aurelina Medeiros**, Deputado **Chico Guerra**, os assistentes sociais, biólogos, bioquímicos, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogos, nutricionista, psicólogo, químico, terapeuta ocupacional, que têm a mesma carga, nível de formação dos cirurgiões-dentistas, enfermeiros, acontece que uns estão no nível, 12c e os demais nos níveis 11E. E, como, aqui estamos discutindo a elevação dos números de vagas para convocação dos remanescentes do concurso de 2007, é algo importante discutir com o Secretário **Leocádio**, caso contrário não dê para resolver agora, é preciso ser transparente com as pessoas e dizer que “fica então o compromisso para sanarmos essa injustiça no Plano de Cargos e Salários”. O importante é que saia definido o compromisso do Poder, e não o compromisso do Deputado **Famarion**, da Deputada **Aurelina** ou Deputado **Rodrigo**, e sim deste Poder, como conjunto, para que, realmente se faça justiça a esses profissionais.

Portanto, podem ter certeza que Assembleia vai se manifestar de forma unânime no sentido de aprovar o Projeto que aqui está.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado **Famarion**, o concurso público, algum tempo atrás, custava muito caro para político, Vossa Excelência sofreu ônus políticos por conta de um concurso público. Agora a gente está vendo a necessidade de haver esses concursos e dá oportunidade às pessoas de entrarem pela porta da frente e não pela janelinha, apadrinhados por políticos ou quem quer que seja, sempre defende os direitos do cidadão: saúde, educação e segurança. Quero dizer a todos os profissionais desse pleito, que podem contar comigo, quanto aprovação desse projeto. Obrigada.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, conheço o sentimento dos servidores de saúde, e de quem está

aguardando para o serviço. E, como membro da Comissão e Justiça, vou analisar com bastante critério, verificar todas as possibilidades legais e estender os benefícios a todas as categorias. Conhecemos bem a questão dos servidores do Estado, sou servidor público, há quase 25 anos, em muitas demandas da minha categoria estive sempre presente na elaboração de Projeto de Lei, conhecemos bem esta questão estatutária, e vamos trabalhar. Levem essa informação aos seus colegas no sentido de que faremos o possível para melhorar a saúde pública em nosso Estado, e são vocês que fazem isso.

Quero me juntar aos demais colegas que me antecederam e parabeno a pessoa que conheci no parlamento, Deputado **Gabriel Picanço**, pessoa de fé, companheiro sempre presente nas discussões nesta Casa, parabéns Deputado, sucesso, saúde e muitos anos de vida. Obrigado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, de início parabeno o Deputado **Gabriel**, que Deus lhe mantenha entre nós e neste mundo por muito tempo.

Ontem a gente conversou com algumas categorias, e hoje tive o cuidado de ir, à administração, onde solicitei a documentação que possa nos respaldar. Primeiro quero esclarecer que o projeto, que se encontra aqui na Assembleia, ele trata apenas dos aumentos dos plantões e aumento de vagas para as categorias que ainda dependem ser chamadas no concurso. E, como o Deputado não tem autonomia até para colocar Emendas que gerem despesas para o Executivo, nesses casos, nós nos limitamos a isso. Já passei a relação dos servidores que faltam ser chamados no concurso de 2007, e as pessoas que não foram chamadas até agora é porque não tinha vaga no quadro geral do Estado para comportá-los.

Então, estamos aumentando o número de vagas, até o número de pessoas que estão na administração do Estado para serem chamados. Essa lei trata apenas disso, ouvimos a questão dos enfermeiros, cirurgiões-dentistas, questões de técnicos de nível médio, que tem salários diferenciados na saúde, questões de salário inferior a de outras categorias superiores, questão de dedicação exclusiva diferenciadas de outros que têm 40 horas de serviços, que têm dedicação exclusiva de fato. Mas é difícil para Assembleia dizer que neste momento vamos tentar corrigir o problema de uma categoria, porque várias categorias da saúde a gente vai ter que ordenar. O compromisso que eu assumir pessoalmente com o pessoal da saúde, é que vamos acompanhar o plano de cargos que já está sendo pensado e elaborado à primeira aproximação, para serem discutidos com as categorias. Aí sim, vamos estar juntos com os servidores para que todas essas questões cheguem aqui ainda este ano. Esse é o compromisso do Governo com a categoria, e nosso também, para que possamos corrigir todas essas questões que a gente sabe que existem na saúde. Hoje o projeto que está aqui é pequeno, quem quiser ter acesso, podemos entregar, ele trata apenas do aumento do plantão e o aumento do número de vagas, do anexo da Lei 392. Solicito ao Senhor **João de Carvalho** que providencie cópia para entregar às pessoas, e esperamos discutir com a Secretaria de Saúde e com o Executivo, para termos o plano de cargos e salários, que já deveríamos ter a muito tempo.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, sou Presidente da Comissão de Saúde, já conversamos com todos os membros da Comissão sobre o problema do acompanhamento que vamos fazer representando a Assembleia Legislativa o chamamento do pessoal da saúde para a gente está a par de que não ocorra nenhum problema amanhã naquilo que estamos aprovando aqui. O objetivo é beneficiar todos aqueles que faltam ser chamado no concurso público. O Secretário de Saúde fez esse compromisso aqui no Plenário e foi gravado durante Simpósio de Saúde. Vamos chamar todos os concursados. E, devido à extinção da Cooperativa, vai haver um monte de técnicos, pais de famílias demitidos. Queria propor que a gente busque entendimento entre os três Senadores, e aqui tem o esposo da Senadora **Ângela**, o filho do Senador **Romero Jucá**, uma forma de absorver parte dessa mão-de-obra que vai ficar desempregada, com mais de 20 anos de serviços prestados à saúde pública de Roraima, alocando-os nos distritos: Ianomâmi e leste que precisam de pessoas qualificadas, como por exemplo, técnico de enfermagem e pessoa que trabalhem na área de laboratório. Sugiro como Presidente da Comissão de Saúde, que a Assembleia abra um entendimento com os nossos Senadores neste sentido.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado, eu falei que a lei que está aqui, trata apenas disso, eu não sei se vai extinguir alguma cooperativa, não sei se a lei e a justiça permitem contratar pessoas sem concurso. Isso não consta na lei. Eu me referi que a lei que veio para cá, só trata disso.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em nome da Mesa

Diretora, parabeno o Deputado **Gabriel** e ao mesmo tempo o Deputado **Jalser Renier** que, no último domingo, recebeu a maior dádiva que Deus dá ao homem, que é a continuação da sua espécie. Que a chegada do seu primogênito venha com saúde, e que vocês sejam felizes. É o desejo de todos nós e dos funcionários da Assembleia.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 16 à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**
 Aprovada Ata Sucinta em: 16/06/11

ATA DA 2029ª SESSÃO, EM 28 DE JUNHO.
41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.
 (Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e oito de junho de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima vigésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Proceda à leitura do Expediente.

EXTERNOS:

- Ofício nº 105/11, de 22/06/11, encaminhando o anteprojeto de Lei que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima.

- Ofício nº 108/11, de 27/06/11, solicitando a desconsideração do teor do Ofício nº 100/11, encaminhado a esta Casa aos 13 dias do mês corrente.

- Ofício nº 302/11, de 13/06/11, do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Roraima, encaminhando cópia do Laudo de Vistoria de Engenharia de Diagnóstico do Sistema Viário de Boa Vista.

- Ofício nº 09/11, de 15/06/11, do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas de Belo Horizonte, solicitando que interceda junto aos Senadores e Deputados Federais desse Estado, demonstrando a eles a importância da aprovação da proposta encaminhada.

- Ofício nº 08/11, de 16/06/11, da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e Contas, encaminhando para conhecimento o resultado da eleição para o biênio 2011/2013.

- Ofício nº 11/11, de 17/06/11, do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas de Belo Horizonte, prestando sua solidariedade ao Estado de Roraima.

- Ofício nº 312/11, de 20/06/11, do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, encaminhando as Explicações Técnicas ao Requerimento de Informações nº 005/2011.

- Ofício nº 4.413/11, de 20/06/11, da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, encaminhando cópia da Ata da reunião do Parlamento Amazônico realizada naquele Estado.

- Ofício nº 320/11, de 27/06/11, do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, encaminhando Termo de visita nº TVT2011-10.039-01/2011-CODEST-IPER-01.

- Ofício nº 146/11, de 27/06/11, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima, encaminhando exemplar do Jornal Interno do INMETRO e da Rede Brasileira de Metrologia Legal e

Qualidade, referente ao mês de junho de 2011.

- Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos par o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Procede à chamada.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores. Senhor Presidente, a minha explanação hoje se refere ao projeto da Defensoria Pública, que está para ser votado. Faço uma observação aos Senhores Deputados sobre esse projeto que esteve em pauta na Comissão conjunta, em caráter de urgência urgentíssima. Nós vamos votar o projeto da Procuradoria, do Ministério Público, mas a preocupação que eu coloco para esta Casa é o que se propõem naquele projeto de lei que é dar aumento consecutivo, não é correção salarial, referente aos exercícios de 2012, 2013 e 2014. Se eu não tenho o orçamento de 2013 do Estado, de 2014 do Estado, como é que eu vou fixar uma despesa se eu não tenho orçamento? Algum Deputado pode questionar, mas eles têm orçamento independente. É verdade, a Defensoria tem orçamento independente. Eu acho justa a correção dos salários, também concordo com aumento salarial. Agora, o que não pode mais acontecer nesta Casa é votar matérias sem discuti-la, para isso existe o Parlamento, não pode é chegar hoje os projetos para que a gente vote amanhã. O Congresso Nacional, o Senado Federal, discutem hoje o problema das medidas provisórias, e a Presidente **Dilma** tem a maioria absoluta no Senado Federal, mas, nem por isso, o Senado está discutindo os problemas das medidas provisórias que chegam com prazos quase vencidos da Câmara e não há tempo para se discutir. Nesta Casa é que se discutem as coisas de interesse dos cidadãos, do povo brasileiro, aqui especificamente do povo de Roraima. Não há amparo legal na lei 4320, na lei 101 de que se aprove uma despesa sem eu ter uma receita. Quem conhece o orçamento público sabe que não há amparo nenhum para que se vote esse projeto da forma que ele está. Ele está em pauta, eu tenho esta preocupação, eu não sou contra, não há pressa de se votar, não há urgência para se colocar esse projeto em pauta até porque temos todo o segundo semestre, e vai entrar o orçamento do Governo, mesmo que ele seja independente, o recurso que vai para a Defensoria é dentro do orçamento do Estado que compõe os Poderes, é o percentual que vem para a Assembleia Legislativa, para o Ministério Público, para a Justiça. Então, não tem porque colocarmos em caráter de urgência urgentíssima um projeto como este. Existe o projeto da saúde que depois de amplamente discutido aqui, estará pronto para ser votado. Há um acordo com o Ministério Público, com a Justiça, que o prazo com os cooperados termina no dia 22. Esse projeto foi discutido tanto nas comissões quanto com os sindicatos, que são partes interessadas no processo do chamamento dos concursados. Esse é um projeto que tem que ser priorizado para que possamos votar e beneficiar os funcionários que vão ser chamados. Há prazos legais, nós não podemos fugir, eles têm prazo até o dia 22 do próximo mês. Nós vamos entrar em recesso na próxima semana, nós não podemos prejudicar nem o povo com atendimento da saúde pública nem aqueles que vão ser chamados, são mais de 400 pessoas que precisam de emprego, que vão aquecer a economia do Estado de Roraima. Esses são temas que estou colocando para Vossas Excelências, fiz questão de ser o primeiro orador para que a gente comece hoje a priorizar aquilo que não é polêmico para aprovarmos e discutirmos, também alguns temas polêmicos como é o caso da Defensoria Pública. Eu não posso acreditar que vamos dar um aumento aqui, votando, para 2014, se não temos sequer o orçamento de 2012. Nós estamos discutindo a LDO já com senso para votarmos. Foi outra matéria extremamente discutida, e pronta para ser votada. Esse é outro tema importante, vota-se a LDO, nós temos as diretrizes para votar os outros projetos que estão em pauta. Eu estou defendendo que se faça as coisas de forma corretamente e natural, eu não estou pedindo o absurdo nem inventando a roda e nem estou sendo contra nenhuma Instituição do nosso Estado, porém, quero colocar as coisas concretas e corretas. Prioriza-se a LDO, o projeto da saúde que está pronto e vamos votar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Parabéns pela sua colocação. Gostaria de me somar nesta preocupação em darmos a real necessidade às discussões, principalmente, com a classe trabalhadora, relativas a projetos que tramitam nesta Casa. Recentemente tivemos uma reposição salarial de 4,5% que veio após todo um trabalho feito junto às Entidades, Sindicatos, Associações de servidores e reunimos 14 Entidades, em várias reuniões, tanto aqui na

Assembleia como no SINTER para discutir a reposição salarial e um calendário de reajuste salarial desses servidores no decorrer dos próximos 04 anos. Fomos surpreendidos por parte do Governo que mandou projetos em regime de urgência urgentíssima, o que tem sido uma prática do Governo cerceando a oportunidade para discutirmos com as categorias. Esse projeto da saúde veio em regime de urgência urgentíssima após toda uma discussão do nosso líder da oposição juntamente com o líder do bloco da maioria, retiramos de pauta e começamos a chamar as Entidades, os trabalhadores da saúde para discutir e, nessa discussão levamos mais de 15 dias, ouvimos todos os trabalhadores. Esse sim é o processo democrático. Não podemos permitir que o Governo mande projetos para esta Casa em caráter de urgência urgentíssima, sem discutir com os trabalhadores. Esse projeto da Defensoria é justo. Eu defendo o aumento de salário para o trabalhador. A Defensoria faz um excelente trabalho junto com a sociedade, mas também concordo que é preciso discutir, vamos chamar a associação dos Defensores, vamos promover uma discussão junto com as comissões. Nós adotamos aqui, uma prática de criarmos comissões gerais, montarmos um parecer, votarmos, atropelando todos os trâmites necessários da democracia. O que eu defendo é promovermos uma discussão junto com os Defensores, se é isso realmente que tem que ser atendido neste momento. Vamos implantar a cultura de ouvirmos a classe trabalhadora do Estado. Temos aprovado vários projetos, onde os trabalhadores não são ouvidos, simplesmente os interesses do Governo prevalecem.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado **Mecias**, eu vou colocar um dos projetos que também é polêmico, é o da Procuradoria Geral do Estado. Vossa Excelência me informou que retirou aquela emenda, na base parlamentar não há consenso de se votar o projeto da forma como ele está, porque um Procurador não pode advogar na área privada, ele é um Procurador de carreira. Nós temos que ser coerentes com o povo, o Estado não tem indústria, o comércio é incipiente, a grande maioria da população, essa garotada que vai fazer curso superior, busca os órgãos públicos, através de concurso, para conseguir emprego. Aqueles que não conseguem o passar no concurso público vão advogar. Todas as nossas faculdades, desde a Federal até a Estadual oferecem curso de direito, se um Procurador vai advogar na área privada, ele está tirando a oportunidade de centenas de jovens que estão buscando o curso superior, visando uma oportunidade de ganhar seu pão de cada dia. Se a Defensoria e o Ministério Público não podem, por que os Procuradores têm que advogar na área privada, se eles já recebem um salário muito bom? É um tema polêmico para ser resolvido e colocado na pauta, porque os Procuradores também estão interessados que se resolvam os problemas que estão aqui na Assembleia para serem votados. Mas, estou colocando que não há consenso entre nós Deputados. Grande parte dos Deputados acha que o Procurador tem que ser exclusivo do Estado, esse é um outro tema para qual temos que achar uma solução, e não colocar na pauta de votação, porque vai dar problemas aqui no Plenário, vai atrapalhar os projetos que não têm mais problema. O que eu quero dizer com isso é que se coloque em pauta aquilo que já foi amplamente discutido com a sociedade civil e que está pronto para ser votado e para solucionar o problema que é o maior problema sendo que a saúde pública é o maior problema que o Estado enfrenta.

Aparte concedido ao Senhor Deputados **Marcelo Natanael** – Faço das suas palavras as minhas, a respeito de tudo que foi colocado aqui, e requeiro ao Senhor Presidente, na qualidade de líder do Governo, que coloque em votação, pois ontem me foi passado à informação de que esse projeto da saúde estaria na pauta da ordem do dia de hoje e, para minha surpresa, não está. Então, requeiro Senhor Presidente, que esse projeto seja colocado na pauta de hoje para votação.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Obrigado, Deputado, e encerro minhas palavras fazendo coro com as palavras do Deputado **Natanael**.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Apenas para informar ao Deputado **Marcelo** que o projeto que trata da Secretaria de Saúde, ficou determinado para entrar na pauta da ordem do dia.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, **Coronel Chagas**, Senhores Secretários da Mesa, meus caros Deputados, Senhoras e Senhores aqui presentes, Senhores amigos da imprensa, Senhores Procuradores do Estado de Roraima.

Senhor Presidente, quanto ao pronunciamento do Deputado **Joaquim Ruiz**, louvo o nobre Parlamentar por sua coerência política, que as nossas palavras sejam nossas ações, que tenhamos coerência entre as ações e as palavras. E Vossa Excelência até aqui tem demonstrado isso, e parabeno Vossa Excelência pelo pronunciamento.

Mas quero dizer meu caro Deputado **Joaquim**, Senhoras e Senhores, que está faltando um maestro no Governo, um coordenador, alguém que saiba o que dirigir o destino do Estado, o que está faltando é alguém que saiba Governar, alguém com sensibilidade política e social para dirigir o povo de Roraima. Vemos a população do Estado aflita, os servidores da Secretaria de Saúde procurando melhorias de forma individual. Observamos os Policiais militares, civis, todas as categorias do Governo lutando de forma individual, cada um por si, buscando aqui nesta Casa os seus representantes para aprovar os Projetos, de interesse de suas secretarias, porque não há uma ação de Governo que demonstre preocupação com o conjunto da obra, não há preocupação do Governo com a situação global do nosso Estado, ele não se preocupa com os servidores da Secretaria de Saúde, não se preocupa com a saúde em si, o problema da saúde do nosso Estado não é só financeiro, mas, a saúde da população que está de mal a pior, poderíamos dizer que está na UTI, e para confirmar essa situação basta ir aos Hospitais, basta ir aos postos médicos, tanto na capital quanto no interior a saúde pública da Prefeitura ou do Governo para ver como se encontra. O Governo é autoridade máxima do Estado que tem o orçamento dez vezes maior do que qualquer Prefeitura, portanto, tem obrigação máxima de cuidar da saúde da nossa população.

A Constituição Federal diz que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. Não adianta querer tapar o sol com a peneira com propagandas enganosas, dizendo que a saúde está bem, mas é só perguntar à população, que ela vai responder como está.

Domingo, há oito dias atrás, eu estive na região sul do Estado, fui até Equador, depois até Caroebe, ao chegar ao Município de São Luiz do Anauá, ouvi pela rádio a entrevista do Senhor Governador, dizendo que tinha ido de carro para ver a situação da estrada. Ele se enganou, porque eu estava na estrada e vi quando chegou de avião, mas liga para a rádio para dizer que tinha ido de carro. Se ele tivesse ido de fato à viatura dele, saberia quanto custa uma hérnia de disco, quanto custa uma pessoa doente ser transferida em uma ambulância ou na carroceria de um carro até Boa Vista, procurando um hospital. O Senhor Governador mentiu quando ligou para rádio dizendo que tinha ido de carro, desceu de avião que ficou esperando por ele até retornar de Caroebe. De fato ele foi de carro de São Luiz até Caroebe, até porque em Caroebe não tem pista para pouso de avião, mas ele deveria conhecer as estradas do nosso Estado! Deveria conhecer a agricultura do nosso Estado! Não sabe ter um Governador que faz discurso, mas de fato não conhece a realidade do Estado que ele diz Governar. E é por não conhecer, que ele disse em uma entrevista que tinha gasto quinhentos e quarenta milhões de reais nas estradas, na BR-174, mas a chuva tinha acabado com tudo, quinhentos e vinte e quatro milhões! Deputado **Remídio**, na estrada que Vossa Excelência conhece tão bem quanto eu. Na realidade o trecho que foi estragado de fato pela chuva foi um trecho entre Caracará e a ponte do Rio Branco, pouco menos de três mil metros, enquanto no trecho do Rio Anauá perto de Rorainópolis muito menor que dois mil metros. Se ele gastou nestes dois trechos quinhentos e quarenta milhões de reais, o Governador sabe muito bem como enterrar dinheiro, deve ter aprendido com a Promotora de Brasília em cujo quintal encontrou milhões e milhões de reais.

Eu fico triste e lamento profundamente que o nosso agricultor não tenha a quem recorrer. Que o nosso agricultor não tenha para quem gritar. E grita para a Assembléia Legislativa, mas o que cabe a nós Deputados é apenas ir para a Tribuna e pedir socorro, clamar pela população carente do nosso Estado. Eu já disse nesta Tribuna, por várias vezes, Deputado **Flamarion**, cadê o vale-alimentação que o Governador prometeu pagar o valor de cento e cinquenta reais, a partir de janeiro. Estava no Orçamento do Estado, aprovado nesta Casa. Portanto, o que foi feito com o dinheiro? Para onde foi? Se não foi pago o vale-alimentação, para onde levaram esse dinheiro? Cadê o Pró-custeio que seria de mil e quinhentos reais, e foi aprovado no orçamento do Estado? E, mais uma vez, o dinheiro sumiu. Mais de cinquenta e três milhões de reais de programas sociais do Governo como distribuição de renda para as mesas das famílias sumiu. E, agora, o Governador quer criar o Crédito Social. O nome é bonito. Mas, ele quer mudar o nome do vale-alimentação para Crédito Social, ele deveria mudar o nome para Débito Social, porque o débito do Governador com a sociedade de Roraima é impagável, e ele diminuirá de oitenta mil famílias beneficiadas para pouco mais de vinte e cinco mil famílias. Isso é crédito? Isso é débito com a sociedade. É débito com o nosso povo. E é por isso que nós vimos aqui, os Procuradores do Estado buscando melhorias para a sua categoria. É por isso que vimos aqui os servidores da saúde buscando melhorias. É por isso que vemos aqueles que passaram em concursos públicos buscando meios para serem

chamados. Esta Casa nunca se negou em nenhum momento a aprovar qualquer medida que for para dar aos servidores concursados que precisam de nosso apoio.

Portanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu conclamo Vossas Excelências para que votemos hoje, o projeto que beneficia pessoas que vão trabalhar na Secretaria de Saúde para melhorar a situação do nosso povo. Conclamo que votemos hoje, também, o Projeto da Defensoria Pública e da Procuradoria do Estado porque todos eles vieram para cá com a anuência do Governador. O Secretário de Saúde, Doutor **Leocádio** acenou com um sorriso dizendo que é verdade e que foi assinado por ele, o Governador. Esta Casa, hoje, não pode dizer que não vai votar. O Governador manda Projeto para a Assembléia, concorda, planeja, manda e depois pede para alguns Deputados para retirarem o projeto para não ser votado. Isso não é correto. Então, que possamos analisar o Projeto. Se não for votado hoje que o analisemos melhor, que ouçamos a categoria que está aqui e se não colocarmos para votar hoje, vamos colocar amanhã ou quinta-feira, mas que votemos o Projeto de acordo com o anseio da população do nosso Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Quero parabenizar Vossa Excelência pelo excelente discurso. Em relação ao sul do Estado este final de semana estive em São João da Baliza, Caroebe. Fui de carro e pude observar as condições de intrafegabilidade estradas, talvez o Governador tenha colocado o apelido no avião dele de carro, porque quem viaja de carro naqueles verdadeiros varadores, que não podemos nem chamar de estradas, sabe o quanto está difícil à situação daquele povo, principalmente depois dessas chuvas. É lamentável ouvir todos aqueles servidores pedindo providências do Poder Público.

O vale-solidário não chega mais para atender as necessidades daquele povo. Nós não temos escritórios da Secretaria de Agricultura para atender as necessidades daquele povo no que diz respeito à questão produtiva. Nós não temos o Pró-custeio, que há meses não é pago. Nós não temos saúde, segurança, educação, ou seja, aquele povo está totalmente abandonado, enquanto isso é o dever do poder público dar toda assistência social para que as pessoas vivam dignamente.

Na mudança do nome de Crédito Social, concordo com Vossa Excelência que deveria ser Débito Social. Mas, talvez, ele queira tirar o descrédito social que já está disseminado em todas as camadas. Nunca houve na história de Roraima um Governador com tanto descrédito como esse Senhor **José de Anchieta Junior**. Em todas as camadas da nossa sociedade o descrédito dele está permeado. Concordo com Vossa Excelência, também reforço o pedido a todos a votar, hoje, os projetos da procuradoria, da Defensoria e em especial o da saúde que acessa as pessoas concursadas a fazerem parte do quadro efetivo do Governo. Muito obrigado, Deputado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Eu quero me somar a Vossa Excelência, dizendo que realmente eu falo isso com propriedade não enquanto Deputado e líder classista sobre os acordos que fizemos com o atual Governador. Está aqui, o Deputado **Damosiel** de testemunha quanto aos acordos e reuniões nós fizemos, mas o Governo não cumpre. Eu não confio nem acredito nas palavras do Governo, porque é uma prática do Governo mentir para a sociedade. Mentiu tanto que ganhou a eleição comprada, tem 33 processos de cassação, recorde na história do Brasil. E, inclusive, já está cassado.

No tocante aos trabalhadores da saúde, eu acho que temos que votar sim, pois houve uma discussão e por várias vezes, recebi trabalhadores no meu gabinete, e os orientei a visitarem os demais gabinetes. Assim como visitaram o Gabinete do Deputado **Joaquim Ruiz**, visitaram o gabinete do líder da oposição, do líder da maioria. Agora, com a emenda que nós colocamos, espera-se que as vagas criadas no quadro da saúde sejam efetivamente preenchidas por servidores concursados, porque aqui na mensagem do governo ele cita isso. Mas, no teor da lei não está muito claro.

Então, me dirijo aos trabalhadores da saúde, sugerindo-lhes a necessidade de se organizarem, através de seus sindicatos. Então, nós vamos ter outras reivindicações, outras pautas, enquanto a categoria não está realmente organizada. Cito como exemplo, os trabalhadores da Educação, o SINTER extremamente organizado, planejado suas ações, o sindicato civil também, as associações dos policiais militares e dos bombeiros idem. Vejo uma tímida organização dos trabalhadores da saúde, e os conclamo para, após vencer essa etapa aqui da aprovação dessas vagas a serem preenchidas com servidores efetivos, que a gente se organize, através dos sindicatos, das entidades para, então irmos junto com o Governo, com a Assembleia discutir condições de trabalho,

reposição salarial, pois, há trabalhadores da saúde recebendo menos de um salário mínimo. Os trabalhadores da saúde, desde 2007 não recebem o devido reajuste, são trabalhadores que acumulam perda salarial em torno de 60%, e aí o Governo vem enganando os trabalhadores, fomentando-os a fazer plantão. Tem trabalhadores com dois, três empregos para sustentar sua família, nós queremos trabalhadores ganhando bem, pois o trabalhador bem pago, com certeza terá maior compromisso com a sociedade.

Então, conclamo os Senhores trabalhadores da Saúde, para, efetivamente, se organizar em, através do sindicato, e venham para esta Casa, mesmo sabendo que o Governo recentemente, quando compramos aquela briga, quanto ao cumprimento da lei, da reposição salarial chamou as entidades ao palácio, e nós pensávamos que iria discutir a possibilidade, discutir um calendário de reajuste, no entanto, o Governador chamou aquelas entidades simplesmente para pousar na foto e ficou bem claro, “na minha casa só é bem-vindo quem gosta de mim”. Foi quando o SINTER, no mesmo momento se retirou da sala de reunião do Governador e disse “Governador, esta Casa não é sua. Esta Casa é do povo, viemos aqui para discutir um calendário de reposição salarial, se Vossa Excelência não tiver disposto a discutir, para que o Senhor chamou a gente aqui?”.

Então, é prática do Governo não discutir com os trabalhadores, e cabe a esta Casa, às comissões discutir abertamente as reais necessidades desses trabalhadores.

Então, era isso, Deputado **Mecias de Jesus**.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** continua. – Obrigado, Deputado **Soldado Sampaio**, Senhor Presidente, solicito a Vossa Excelência autorizar as transcrições dos apartes dos colegas Deputados ao meu pronunciamento, faço um apelo a esta Casa para que, após a aprovação desse projeto da saúde, sejamos unânimes, de comum acordo, não deixarmos acontecer à mesma coisa que está acontecendo no DETRAN. Recebi algumas denúncias de que no DETRAN os servidores que eram para ser chamados pela preferência, como mandava a lei dos que haviam sido aprovados no concurso público, não estão sendo, mas estão sendo substituídos por alguns apadrinhados de alguns políticos e de alguns membros da diretoria do DETRAN. Recebi esta denúncia, para a próxima Sessão trarei os nomes, pois confio que esta Casa irá fiscalizar para não deixar acontecer à mesma coisa com os bravos e futuros servidores da secretaria de Saúde deste Estado.

Por fim, Senhor Presidente, quero resumir o meu pronunciamento dizendo, chega **Anchieta**, renuncie, você já foi cassado duas vezes.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Pede Questão de Ordem. Senhor Presidente, minha Questão de Ordem é para solicitar aos membros da Comissão, mais uma vez, a retirada da minha emenda constitucional. Eu a apresentei, mas estou retirando porque disseram os procuradores do Estado que o Deputado **Mecias de Jesus** estava atrapalhando a votação dessa emenda constitucional. E os membros da comissão sabem muito bem que em nenhum momento eu falei com qualquer membro da comissão, muito menos com os membros da Mesa Diretora, que não colocassem na Ordem do Dia a emenda parlamentar citada aqui por nós. Então, mais uma vez, eu já tinha dito ao Presidente **Chico Guerra** e aos membros da comissão e reitero aqui o meu pedido para retirar da Ordem do Dia a Emenda Constitucional de minha autoria.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Será atendido o seu pedido, Senhor Deputado **Mecias de Jesus**. Tendo em vista que o Deputado Marcelo Natanael abriu mão do seu tempo, passamos para a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 029/11, que “aprova a prorrogação de duração da Secretaria de Estado Extraordinária da Promoção Humana e Desenvolvimento”; de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 031/11, que “dispõe sobre a extinção por remissão de crédito tributário relativo ao ICMS na Companhia Energética de Roraima (CER)”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 037/11, que “altera dispositivos da Lei nº 867, de 17 de outubro de 2008”; de autoria do Poder Executivo. Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 010/11, que altera dispositivos das Leis Complementares nº 030, de 30 de junho de 1999, e 079, de 10 de outubro de 2004, que “dispõe sobre a estrutura organizacional do Instituto de Providências do Estado de Roraima e dá outras providências”; de autoria do Poder Executivo. Projeto de Lei Complementar nº 015/11, que altera o parágrafo primeiro do Artigo 93 da Lei Complementar Estadual nº 164, de 19 de maio de 2010, que “reorganiza a Defensoria Pública do Estado de Roraima e estabelece competências da estrutura de seus órgãos, estrutura das respectivas carreiras”, de autoria da Defensoria Pública; Proposta de Emenda

Constitucional nº 001/11, que “acresce dispositivos ao Artigo 12 da Constituição do Estado de Roraima”, de autoria de vários Deputados. Proposta de Emenda à Constituição nº 004/2011, “que dá nova redação ao Artigo 20 que acrescenta e altera o parágrafo do Artigo 101, acresce o Artigo 101-A a Constituição do Estado e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo. Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 014/11, que altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 003 de 1994, que “dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Ministério Público.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer aos Projetos de Lei nº 026/2011, 029/2011, 031/2011 e 037/11 e Projetos de Leis Complementares nº 010 e 015/2011. E a Comissão Especial Externa para analisar e emitir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 004/2011.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Havendo quorum regimental, dou por reaberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 026/11 e o dispositivo da Lei 392 do dia 14 de agosto de 2003.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – (Lido o Projeto de Lei nº 026/2008 com suas emendas e o parecer, juntamente com o Dispositivo da Lei 392, do dia 14 de agosto de 2003, e o Relatório contendo as emendas modificativas aos Artigos 1, 2 e 3).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão o Projeto de Lei nº 026/11.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, a nossa emenda colocada foi rejeitada pela comissão, mas ficamos felizes pelo fato de ser acrescentada, garantindo a realização de concurso público no prazo máximo de um ano. Isso é um avanço. Nós temos um quadro de servidores da saúde formado por servidores efetivos. Eu acho que já é um grande avanço. Agora, também quero manifestar minha preocupação quanto ao procedimento costumeiro do Governo em fazer acordo com a categoria dos servidores e não cumprir o devido acordo. Temos um exemplo claro, colocado pelo Deputado **Mecias de Jesus** que nesta Casa foi aprovada uma lei, que permitia ao DETRAN contratar pessoas aprovadas no concurso, porém o Governo não está cumprindo. Ouvi, há pouco, inclusive, o líder do Governo fazendo um desafio, dizendo que talvez daqui a um ano esse concurso não se realiza. E, também, recentemente, o Deputado **Joaquim** teve uma negociação junto com os trabalhadores da Polícia Civil, Agentes Penitenciários, onde o Governo se comprometeu de realizar um seletivo, mas até o presente momento não cumpriu nem lançou o edital. Mais uma vez não cumpriu com o acordo.

Então, eu quero conclamar o Secretário de Saúde, Doutor **Leocádio**, pela sua história, pelo seu compromisso à frente deste Estado. Quero dar esse voto de confiança a ele pelo desafio à frente da Secretaria de Saúde, para que empenhe toda a postura política necessária chame para si as responsabilidades e determine o preenchimento das vagas pelos remanescentes do concurso, e que as vagas excedentes sejam preenchidas pelos seletivos, e que cumpra nesse compromisso não só da Assembleia Legislativa, mas do Secretário de Saúde. Que esse concurso público seja realmente efetivado no prazo de um ano. Eu estarei aqui cobrando, não só aos Deputados aqui presentes, mas, também, ao Secretário de Saúde, cujo compromisso constava na lista desse entendimento junto à Comissão Especial para que a gente saia com essa relação para que, no prazo de um ano, haja um novo concurso público para a saúde preencher essas vagas após a alteração dessa lei. Era isso, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Senhor Presidente, na política a gente aprende algumas coisas, inclusive, a exercitar a habilidade, a capacidade de negociar. É verdade que o projeto não é o desejável nem pelos trabalhadores. E acredito até que nem pela maioria dos Deputados. Mas foi o entendimento do possível. O Secretário **Leocádio** nos explicou qual era a situação, apesar de que nós já tínhamos feito algumas emendas anteriormente às que iriam prejudicar todo o escopo do projeto, impedindo o Governo inclusive de fazer um processo seletivo num Estado que está tão carente de mão-de-obra, até porque o prazo de vigência da cooperativa encerra no mês de julho. Então, a cooperativa estará extinta até o final de julho, e o Governo precisará encontrar uma nova forma de fazer a contratação dessas pessoas, de imediato. O concurso público é a forma mais correta, mas não daria tempo até o final de julho. Então, a Assembleia Legislativa cedeu, e a própria oposição entendeu que era preciso chamar as pessoas que já

estavam previamente aprovadas, preenchendo todas as vagas. E em caso de necessidade da Secretaria de Saúde por mais funcionários para suprir a carência de pessoas, que seja feito através do processo seletivo, e esse processo nós garantimos que terá a vigência de um ano. E, até lá, ficou consignado na lei que o governo promova o concurso público. Acho que foi a melhor solução possível, por isso a maioria dos Deputados da oposição votou favorável ao projeto. Portanto, estamos aí para referendar o projeto que o governo enviou com as alterações feitas pela Assembleia Legislativa.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero prestar o meu apoio ao Secretário de Saúde, uma vez que, a nossa saúde passa por uma situação muito difícil e a população tem sofrido. Para minimizar essa situação, Deputados queremos contribuir com essa forma de contratação de pessoal, é uma contribuição para que o Secretário **Leocádio**, a exemplo da sua grande atuação na SEFAZ, consiga resgatar a nossa saúde que está doente, agonizando-a. E para resgatá-la, tem que haver condições necessárias, por isso vamos votar favorável ao projeto.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação.

A Votação será eletrônica e nominal. Votando “sim” os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria, votando “não” os Senhores Deputados rejeitam-na.

Solicito ao técnico a liberação do painel para votação.

Em votação o Projeto de Lei nº 026/11.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Justificativa de Voto. Senhor Presidente, o meu posicionamento na Comissão foi bem claro, a nossa emenda foi rejeitada, que era o chamamento da classificação dentro dos que tinham 40 pontos. Vi na discussão do relator quando fiz a proposição, uma atitude inteligente também, mas defendi desde o início que seriam os classificados com o intuito de garantir na letra da lei a convocação na lista dos reservas, e as demais vagas serem preenchidas com seletivo até a realização de concurso público. Para mim, não era a emenda ideal, daí o meu voto contra na Comissão Especial. Diante do que foi rejeitado, nós temos oportunidade de votar e garantir a convocação imediata e criar um compromisso pela letra da lei, invocando o Secretário para assumir esse compromisso como assumiu na Comissão Especial, realizando o concurso público no prazo de um ano e, nesse sentido, que votei sim, porque quero dar esse voto de confiança ao Secretário de Saúde, **Leocádio**.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Dou por aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 026/11, com 20 votos favoráveis, um contra e nenhuma abstenção.

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 014/11, que altera o parágrafo IV do artigo 232, do Regimento Interno da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima e dá outras providências.

Em discussão a matéria. Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica, votando “sim” os Senhores Deputados estão aprovando a matéria, votando “não” estarão rejeitando-a.

Solicito ao técnico, a abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede Questão de Ordem. Senhor Presidente, gostaria que ficasse registrado o meu voto “sim”, tendo em vista que a máquina está rejeitando a minha senha e voto.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** pede questão de Ordem. Senhor Presidente, quero registrar o meu voto “sim”, visto, que também, a máquina não está aceitando.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, o meu voto também, não está sendo registrado. Voto “sim”.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Dou por aprovado, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 014/11, com 21 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Quero parabenizar o Deputado **Célio Wanderley** pela passagem de seu aniversário, que Deus lhe proteja e que continue sendo esse companheiro. A Mesa Diretora se orgulha em tê-lo como Deputado nesta Casa.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Presidente, quero parabenizar o Deputado **Célio** e dizer que é muito bom ter você com a gente. Parabéns.

Quero registrar com pesar o falecimento de **Roberval Mendes**, médico veterinário, prestou serviços durante muitos anos, era servidor da união, hoje no ministério da agricultura prestando serviço no matadouro frigorífico, além de colega de profissão, amigo, deixa sua

família, **Margarida** e seus filhos. Meus sentimentos aos familiares.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, quero comunicar aos colegas Deputados que hoje, à tarde, não haverá reunião da Comissão Conjunta. E, comunicar aos Deputados da Comissão de Educação e Saúde que tão logo após o termino da Sessão Plenária, vamos nos reunir.

Gostaria de parabenizar o Deputado **Célio**, um bom pai, bom filho. Parlamentar que começou sua vida pública na primeira legislatura, uma referência quando eu era mais jovem do que ele na idade e experiência, pois quando precisamos de algum conselho, procurávamos por ele.

Quero lamentar também o falecimento do **Roberval**, meu amigo, trabalhou comigo na CODESAIMA, pois quando o nosso pai criador do universo nos chama para a vida eterna, o caminho é sem volta. Agora, ele vai para o descanso, já que vinha sofrendo há mais de 10 dias na UTI. Que Deus o leve para a vida eterna e que ele encontre um lugar entre os anjos.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, eu também quero me juntar à Deputada **Aurelina** e ao Deputado **Joaquim** pelo passamento do Roberval e pedir a Deus que conforte a família.

Gostaria de fazer um apelo a Vossa Excelência, a Mesa Diretora, visto que, ontem ficou acertado que votaríamos a LDO pela manhã, e gostaríamos que Vossa Excelência dissesse aos membros desta Casa que dia vamos votá-la, se é na próxima quinta-feira, se é amanhã, ou hoje à tarde, para termos a noção do tempo em função do recesso que se aproxima.

Quero parabenizar Vossa Excelência, Deputado **Chico Guerra**, pelo seu aniversário ocorrido ontem, e dizer que é uma satisfação muito grande e uma honra para mim, e minha família, ser seu amigo. Desejo-lhe muita paz, felicidade, sabedoria e força para que Vossa Excelência possa conduzir os destinos desta Casa. Vossa Excelência tem feito assim e pode contar sempre com minha amizade sincera, leal e verdadeira. Há, também, uma pessoa que está aqui todos os dias, que nos serve com a maior atenção, que fez aniversário ontem, é o **Wanderlan**. Na época que eu era Presidente, ele fazia aniversário no meu dia, agora ele faz aniversário no dia do novo Presidente. Quero abraçá-lo e dizer que ele é uma pessoa especial para todos nós. E, concluindo, quero abraçar esse grande amigo, **Célio Wanderley**, por mais esse aniversário. Hoje ele nos convidou para um jantar, mas disse que era na casa do **Damosiel**. Então, **Célio Wanderley**, você é um grande amigo, companheiro, um grande pai de família, um homem que Roraima precisa. Que Deus continue o abençoando.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, queria me solidarizar as felicitações ao Deputado **Célio Wanderley** pelo seu aniversário, muita saúde, sucesso, que Vossa Excelência continue sendo essa pessoa exemplar e que esta data se repita por muitos anos. Queria, também, registrar a presença do Presidente do nosso partido PC do B, 85 anos, o Senhor **Fábio**. Também, queria registrar que estiveram aqui pela manhã os trabalhadores que fizeram o concurso tanto da Assembleia Legislativa como do DETRAN, pessoas que estão na expectativa de uma decisão da justiça. Quero me solidarizar com esses companheiros e cobrar da justiça que tome uma decisão o quanto antes, que corrija essa situação e quero pedir a Vossa Excelência um horário para atender esses trabalhadores que querem lhe falar tanto sobre o concurso do DETRAN, como sobre o da Assembleia Legislativa.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Senhor Presidente, gostaria de ocupar esse espaço hoje para agradecer por esses anos de convivência que nós temos aqui com o Deputado **Célio Wanderley**. Lembro-me que em meu primeiro mandato foi o primeiro Deputado Estadual que eu preocupei para que ele desse algumas orientações. Lembro-me, também, que ele estava em seu consultório, eu cheguei, era muito jovem ainda, tinha pouco mais de 22 anos e ele me atendeu de maneira muito carinhosa e, a partir daí, desenvolvemos uma amizade muito grande dentro desta Casa de respeito. Eu comecei a admirá-lo, primeiro por Vossa Excelência ser um grande vencedor nesta eleição, por conseguir sucumbir a doença, passar por cima de uma dificuldade que qualquer um de nós pode passar, que é ter um problema de saúde, mas Vossa Excelência passou por cima de tudo isso e conseguiu ser um grande vitorioso nesta eleição. Então, quero aqui agradecer os anos que eu convivo com Vossa Excelência, visto que é o seu sexto mandato, esse é o quinto que estou aqui nesta Casa, e eu quero dizer que é uma satisfação muito grande tê-lo aqui e que aprendi muito com os momentos que Vossa Excelência, nos proporcionou, a maneira como Vossa Excelência apresenta as suas justificativas, às vezes, com seu silêncio, e isso é sem dúvida alguma motivo de muita alegria para nós tê-lo como companheiro, Deputado, homem de bem, uma pessoa que representa bem os interesses do Estado e, tenho certeza que, continuará

representando e brilhando sempre. Da mesma forma, parabeno ao **Wanderlan** e desejo a ele todo sucesso e muitos anos de vida.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, também me solidarizo aos Deputados que me antecederam, desejo muito anos de vida ao Deputado **Célio Wanderley**, companheiro que estou conhecendo melhor aqui na Assembleia Legislativa. Desejo-lhe muita saúde, muitas alegrias e muito sucesso Deputado **Célio Wanderley**. Da mesma forma, a Vossa Excelência, Deputado **Chico Guerra**, pois ontem foi o seu aniversário e ao servidor desta Casa, Senhor **Wanderlan**, pela passagem do seu aniversário. Desejo-lhes muitos anos de vida. Nós queremos apenas fazer um questionamento, Senhor Presidente, nós tínhamos alguns Projetos de Lei, uma PEC estava em discussão dentro da Comissão Geral, não foi votado naquele momento porque isso seria feito à tarde e, agora, ouvi o Deputado **Joaquim Ruiz** informar que não vai mais haver a reunião. Então, tinha sido acordado isso dentro da Comissão. Eu sou o Presidente da Comissão Especial da PEC nº 04, que é da PROJE, e estava certo o Deputado **Célio Wanderley** em apresentar o seu voto, o seu parecer. Sou relator do Projeto de Lei Complementar nº 015, que trata com os subsídios dos Defensores, cujo parecer está pronto para a leitura da Comissão. Então, quero apenas saber se vai ou não haver as reuniões e, se não houver, quando terá. Muito obrigado Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** – Senhor Presidente, quero me juntar aos colegas e parabenizar o Deputado **Célio Wanderley** que, como diz o Deputado **Jalser Renier**, foi um dos primeiros Deputados que eu procurei quando me elegi. Fui a casa dele que me acolheu muito bem, conversamos muito e, tem sido aqui uma espécie de conselheiro pela sua experiência. Quero lembrar ao Senhor, Senhor Presidente, que seis Deputados irão viajar, e queremos saber se Vossa Excelência já tem noção do dia em que será votada a LDO, pois os Deputados precisam se preparar.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** – Senhor Presidente, quero felicitar ao **Wanderlan**, bem como ao Senhor Deputado **Célio Wanderley**. Deputado, respeitado e que se faz respeitar. Vossa excelência tem a admiração de todos os colegas da Casa. Querida, também, nesta oportunidade, parabenizar, apesar de não estar fazendo aniversário hoje, mas pelo posicionamento e postura que tomou hoje, o Deputado **Marcelo Natanael**, que apesar de ser da base governista, foi contra as orientações e colocou seu posicionamento e o manteve. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, quero ser solidário a família do Doutor **Roberval**, pelo seu falecimento e lembrar os brilhantes serviços que prestou a este Estado. Quero, também, parabenizar a Vossa Excelência e ao Deputado **Célio Wanderley** pela passagem de seus aniversários, e dizer que Roraima precisa de vocês para que este Parlamento seja melhor e harmônico. Quero dizer, também, a Vossa Excelência que Deus há de iluminar a todos nós, para que possamos passar muito mais aniversários para

abrilhantarmos a alegria de nossas famílias. Faça, também, uma pergunta a Vossa Excelência: quando irá haver a próxima Sessão para que possamos convocar a Comissão de Ética para uma reunião?

O Senhor Presidente **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero cumprimentar a Deputada **Eulina** que nos honra com sua presença em nossa galeria e, na mesma linha de raciocínio, registrar as minhas felicitações ao Deputado **Célio Wanderley** pela passagem de seu aniversário. Deputado, quando estamos ficando velhos perdemos o entusiasmo com as comemorações, mas todos os dias temos que agradecer a Deus por mais um dia, por mais uma oportunidade de vida que ele nos dá e você, em nosso meio, tem sido uma pessoa muito especial, não apenas pela sua idoneidade, seriedade, tranquilidade, mas pela larga experiência na vida pública, e por tudo que tem nos ensinado. Parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, só para explicar ao Coronel **Chagas** o porquê da suspensão da reunião da Comissão Conjunta de hoje, é porque dos projetos, ainda há três que não têm como serem apresentados hoje, conforme informações dos relatores. Então, por isso suspendi a reunião da Comissão conjunta, colocando para depois a votação da LDO, quando entrarmos em recesso, isto que alguns implicam com aquilo que será aprovado nela. Então, não adianta colocarmos agora porque poderá dar problema quando ela for votada. Contudo, inclusive, já conversei com a Presidente da Casa sobre esses dois aspectos que são problemáticos e que será necessário aprovarmos primeiramente a LDO, e após, insistirmos com os membros da Comissão de Educação e Saúde para após o encerramento da Sessão, iniciamos a reunião da Comissão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Eu queria dizer com relação à LDO, que nós temos informação do Poder Executivo de que darão entrada hoje, nesta Casa, mais cinco projetos em caráter de urgência. Tenho conhecimento de que já entraram dois ou três que são projetos de suma importância para resolver alguns problemas emergenciais do Estado como, por exemplo, a contratação das pessoas para atender o sistema penitenciário. Então, talvez votemos na quinta, mas se não votarmos na quinta a LDO, com certeza votaremos na terça.

Não havendo mais nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 30, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 30/06/11



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
DO ESTADO DE RORAIMA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
DO ESTADO DE RORAIMA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO

